



CENTRO UNIVERSITÁRIO SENAI CIMATEC
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
GESTÃO E TECNOLOGIA INDUSTRIAL

Eduardo Fialho Silva

**Proposta de modelo para contratações públicas de produtos
para pesquisa e desenvolvimento**

Tese de Doutorado

Salvador, 2024

EDUARDO FIALHO SILVA

PROPOSTA DE MODELO PARA CONTRATAÇÕES PÚBLICAS DE
PRODUTOS PARA PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto
Sensu do Centro Universitário SENAI CIMATEC como
requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em
Gestão e Tecnologia Industrial

Orientador: Prof. Dr. Thiago Barros Murari

Coorientadora: Prof^a Dr^a Josiane Dantas Viana Barbosa

Salvador, 2024

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do Centro Universitário SENAI CIMATEC

S586p Silva, Eduardo Fialho

Proposta de modelo para contratações públicas de produtos para pesquisa e desenvolvimento / Eduardo Fialho Silva. – Salvador, 2024.

160 f. : il. color.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Barros Murari.

Coorientador: Profa. Dra. Josiane Dantas Viana Barbosa.

Tese (Doutorado em Gestão e Tecnologia Industrial) – Programa de Pós-Graduação, Centro Universitário SENAI CIMATEC, Salvador, 2024.

Inclui referências.

1. Dispensa de licitação. 2. Dissonância governativa. 3. Governança pública. 4. Instituição pública de ciência e tecnologia. 5. Produto para pesquisa e desenvolvimento. I. Centro Universitário SENAI CIMATEC. II. Murari, Thiago Barros. III. Barbosa, Josiane Dantas Viana. IV Título.

CDD 658.4



CENTRO UNIVERSITÁRIO SENAI CIMATEC

Doutorado em Gestão e Tecnologia Industrial

A Banca Examinadora, constituída pelos professores abaixo listados, aprova a Defesa de Doutorado, intitulada “Proposta de modelo para contratações públicas de produtos para pesquisa e desenvolvimento” apresentada no dia 11 de dezembro de 2024, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Título de Doutor em Gestão e Tecnologia Industrial.

Assinado eletronicamente por:
Thiago Barros Murari
CPF: ***.148.148-**
Data: 17/12/2024 19:33:45 -03:00

Orientador: Prof. Dr. Thiago Barros Murari
SENAI CIMATEC

Assinado eletronicamente por:
Josiane Dantas Viana Barbosa
CPF: ***.515.704-**
Data: 18/12/2024 10:42:31 -03:00

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Josiane Dantas Viana Barbosa
SENAI CIMATEC

Assinado eletronicamente por:
Aloisio Santos Nascimento Filho
CPF: ***.459.665-**
Data: 17/12/2024 18:45:39 -03:00

Membro Interno: Prof. Dr. Aloisio Santos Nascimento Filho
SENAI CIMATEC

Assinado eletronicamente por:
Cristiano Vasconcellos Ferreira
CPF: ***.867.289-**
Data: 17/12/2024 22:57:20 -03:00

Membro Interno: Prof. Dr. Cristiano Vasconcellos Ferreira
SENAI CIMATEC

Assinado eletronicamente por:
Magda de Lima Lucio
CPF: ***.998.031-**
Data: 26/12/2024 15:49:57 -03:00

Membro Externo: Prof.^a Dr.^a Magda de Lima Lucio
UnB

Assinado eletronicamente por:
Marcos Batista Figueredo
CPF: ***.859.205-**
Data: 19/12/2024 09:10:28 -03:00

Membro Externo: Prof. Dr. Marcos Batista Figueredo
UNEB

Esse documento foi assinado por Aloisio Santos Nascimento Filho, Thiago Barros Murari, Cristiano Vasconcellos Ferreira, Av. Orlando Gomes, 1845 – Plata – CEP: 41650-010 Salvador - Bahia - Tel. (71)3462-9500 Fax: (71)3462-9599 Josiane Dantas Viana Barbosa, Marcos Batista Figueredo e Magda de Lima Lucio. Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://assinatura.senaibahia.com.br/validate/L29XY-BE4ZB-BTY64-NBQX3>



Dedico este trabalho a Carol e Duda, esposa e
filha amadas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Escola Corporativa da Fiocruz pela oportunidade de participar de um doutorado vocacionado para a inovação focada em resultados práticos, no qual desenvolvi conhecimentos e habilidades que dedicarei ao serviço público;

Agradeço aos meus orientadores, Thiago e Josiane, que tão bem souberam me conduzir durante essa jornada, me ajudando a perceber as diversas possibilidades e caminhos, mas deixando claro que cada passo caberia somente a mim;

Agradeço a todos os professores e colegas com os quais interagi e aprendi durante o doutoramento, com uma menção especial aos integrantes do Oficina do Saber, grupo criado pelo Professor Renelson Sampaio onde compartilhamos conhecimentos, experiências, dilemas, frustrações e descobertas;

Agradeço à minha família por toda a paciência e apoio durante essa jornada, em que, mesmo tão perto, fui muitas vezes ausente. Sei que não foi fácil. Obrigado!

“O homem sem propósitos é como um barco sem leme.”

Thomas Carlyle

Resumo

Fazer avançar o desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil tem se mostrado um grande desafio. Apesar do país se encontrar entre as 10 maiores economias do mundo, sua posição no índice global de inovação (49^a) é bastante modesta, e isso parece se refletir no índice de desenvolvimento humano (89^a posição). Parte importante do esforço científico brasileiro acontece dentro de instituições públicas, que têm dificuldades para prover adequadamente as condições necessárias ao bom andamento dos projetos de pesquisa. A administração pública é tradicionalmente rígida e morosa, especialmente na contratação de serviços e insumos, criando incompatibilidades com a necessidade de flexibilidade e agilidade para as atividades de pesquisa e desenvolvimento. O Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação foi criado para prover melhores condições para essas atividades no Brasil, inclusive prevendo a possibilidade de as instituições públicas de ciência e tecnologia contratarem produtos para pesquisa e desenvolvimento por dispensa de licitação, procedimento consideravelmente mais ágil do que o pregão eletrônico. No entanto, essa nova opção legal vem sendo pouco adotada pelas instituições públicas brasileiras. O presente estudo demonstra que esse problema não decorre apenas do comportamento de um grupo específico de agentes públicos ou de alguma deficiência do marco legal, mas de uma patologia da governança pública, aqui nominada de dissonância governativa. O estudo buscou uma melhor compreensão desse problema e propôs um modelo conceitual para dar mais eficiência e eficácia às contratações de produtos para pesquisa e desenvolvimento, utilizando dados extraídos de arquivos eletrônicos públicos, a literatura científica e um estudo de caso sobre as universidades públicas federais brasileiras.

Palavras-chave: Governança Pública; Produto para Pesquisa e Desenvolvimento; Instituição Pública de Ciência e Tecnologia, Dispensa de Licitação; Dissonância Governativa

Title and Abstract

PROPOSAL FOR A MODEL FOR PUBLIC CONTRACTING OF PRODUCTS TO RESEARCH AND DEVELOPMENT

Advancing scientific and technological development in Brazil has proven to be a major challenge. Although the country is among the 10 largest economies in the world, its position in the global innovation index (49th) is quite modest, which seems to be reflected in the human development index (89th). A significant part of Brazil's scientific efforts takes place within public institutions, which have difficulty in adequately providing the conditions necessary for the smooth running of research projects. Public administration is traditionally rigid and slow, especially when it comes to contracting services and supplies, which creates incompatibility with the need for flexibility and agility in research and development activities. The Legal Framework for Science, Technology, and Innovation was created to provide better conditions for these activities in Brazil, including the possibility of public science and technology institutions contracting products for research and development without bidding, a procedure that is considerably faster than electronic bidding. However, this new legal option has been little adopted by Brazilian public institutions. This study demonstrates that this problem does not arise solely from the behavior of a specific group of public agents or some deficiency in the legal framework but from a pathology of public governance, herein referred to as governative dissonance. The study sought to better understand this problem and proposed a conceptual framework to make procurement of products for research and development more efficient and effective, using data extracted from public electronic archives, scientific literature, and a case study on Brazilian federal public universities.

Keywords: Public Governance; Product for Research and Development; Public Science and Technology Institution; Exemption from Bidding; Governative Dissonance

Lista de Tabelas

<i>Tabela 1. Comparativo dos 20 maiores PIBs (IGI, IDH, PIB per capita e População)</i>	<i>14</i>
<i>Tabela 2. Comparativo dos 20 melhores IGI (PIB, IDH, PIB per capita e População)</i>	<i>15</i>
<i>Tabela 3. Comparativo dos 20 maiores IDHs (IGI, PIB, PIB per capita e População)</i>	<i>16</i>
<i>Tabela 4. Custo Operacional (Dispensa de Licitação X Pregão Eletrônico)</i>	<i>36</i>
<i>Tabela 5. Dispensas P&D por universidades públicas federais em 2023</i>	<i>58</i>
<i>Tabela 6. Dispensas P&D por outras instituições públicas federais em 2023</i>	<i>59</i>
<i>Tabela 7. Dispensas P&D por universidades públicas estaduais em 2023</i>	<i>59</i>
<i>Tabela 8. Dispensas P&D por outras instituições públicas estaduais em 2023</i>	<i>60</i>
<i>Tabela 9. Dispensas P&D por fundações de apoio em 2023</i>	<i>60</i>
<i>Tabela 10. Dispensas P&D por outros em 2023</i>	<i>60</i>
<i>Tabela 11. Dispensa P&D Universidades Federais x Documentos Orientadores</i>	<i>71</i>

Lista de Quadros

<i>Quadro 1. Papéis gerais das instâncias de Governança Pública</i>	42
<i>Quadro 2. Universidades Públicas Federais com documentos orientadores para dispensa de licitação PD&I</i>	62
<i>Quadro 3. Requisitos Indispensáveis para a Dispensa de Licitação P&D</i>	76
<i>Quadro 4. Caixas de Decisão do Modelo e suas bases legais ou de Governança Pública</i>	80
<i>Quadro 5. Notação BPMN para o Modelo Conceitual</i>	81

Lista de Figuras

<i>Figura 1. Inovações Legais versus comportamento do Agente Público</i>	21
<i>Figura 2. Governança Pública</i>	41
<i>Figura 3. Fatores de Resistência à Mudança</i>	49
<i>Figura 4. Dissonância Governativa</i>	50
<i>Figura 5. Dispensas P&D por Estado</i>	69
<i>Figura 6. Uso da Dispensa de Licitação P&D pelas Universidades Públicas federais em 2023</i>	70
<i>Figura 7. Dispensas P&D em Universidades Públicas Federais 2023 (com documento orientador x sem documento orientador)</i>	72
<i>Figura 8. Sequência lógica dos Requisitos Indispensáveis</i>	77
<i>Figura 9. Sequência lógica dos Requisitos Indispensáveis com ciclo de aprendizado</i>	77
<i>Figura 10. Opções Legais para a contratação de Produtos para P&D</i>	78
<i>Figura 11. Modelo conceitual para as contratações de produtos para pesquisa e desenvolvimento em ICTs públicas brasileiras</i>	82
<i>Figura 12. Modelo conceitual para as contratações de produtos para pesquisa e desenvolvimento em ICTs públicas brasileiras (ciclos de aprendizado e geração de evidências)</i>	83

Lista de Abreviaturas

- ABDI** – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
- AGU** – Advocacia Geral da União
- CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CGU** – Controladoria Geral da União
- CNPq** – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CPIN** – Compras Públicas para Inovação
- CT&I** – Ciência, Tecnologia e Inovação
- FINEP** – Financiadora de Estudos e Projetos
- FIOCRUZ** – Fundação Oswaldo Cruz
- FIOTEC** – Fundação de Apoio à Fiocruz
- ICT** – Instituição de Ciência e Tecnologia
- IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano
- IGI** – Índice Global de Inovação
- MEC** – Ministério da Educação
- MDIC** – Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
- P&D** – Pesquisa e Desenvolvimento
- PD&I** – Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
- PIB** – Produto Interno Bruto
- RDC** – Regime Diferenciado de Contratações Públicas
- SRP** – Sistema de Registro de Preços
- TCU** – Tribunal de Contas da União

Sumário

Resumo	vii
Title and Abstract	viii
Lista de Tabelas	ix
Lista de Quadros	x
Lista de Figuras	xi
Lista de Siglas e Abreviaturas	xii
1 Contextualização e Justificativa	14
1.1 Objetivo	23
1.2 Objetivos Específicos	23
1.3 Organização do Documento	23
2 Revisão da Literatura	25
2.1 As Instituições de Ciência e Tecnologia Públicas Brasileiras e os Órgãos de Controle	26
2.2 A base legal para as compras e contratações para PD&I em ICTs Públicas	30
2.3 O comportamento dos órgãos de controle com outros tipos de dispensa de licitação	36
2.4 Os agentes públicos e a insegurança jurídica	38
2.5 Governança Pública no Brasil e as contratações para PD&I	40
2.6 Dissonância Governativa: um conceito para melhor definir o problema	46
2.7 Hipóteses	52
3 Materiais e Métodos	53
3.1 Extração de dados por interfaces de programação de aplicativos públicas	55
3.2 O caso das Universidades Públicas Federais	60
4 Resultados e Discussão	69
4.1 Um modelo conceitual para as contratações de produtos para P&D em ICTs públicas brasileiras	73
5 Conclusão	85
5.1 Limites e Limitações	87
Referências	89
Anexo 1	100
Anexo 2	108

1 Contextualização e Justificativa

É difícil estabelecer claramente uma relação de causa e efeito tendo de um lado a ciência, tecnologia e inovação (CT&I) e de outro o desenvolvimento econômico e social. Essa visão do processo de pesquisa, que gera os impactos no desenvolvimento econômico e social, como mostra a história, nunca foi linear, nem mesmo na atualidade (AUDY, 2017). É perceptível, no entanto, que existe uma correlação entre o desenvolvimento econômico e social de um país e a sua capacidade em produzir CT&I.

Quando colocamos lado a lado os dados dos países a respeito de PIB (WIKPÉDIA - FMI, 2024), PIB per capita (WIKPÉDIA - FMI, 2024), IDH (WIKPÉDIA - PNUD, 2022) e População (WIKPÉDIA, 2021), levantados na Wikipédia, e a posição deles no Índice Global de Inovação (IGI; em inglês, *Global Innovation Index*, GII) de 2023 (IGI, 2023), publicado pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI; em inglês, *World Intellectual Property Organization*, WIPO), entidade de direito internacional público integrante do Sistema das Nações Unidas, temos um quadro interessante sobre essa correlação. A Tabela 1 organiza essas informações considerando os 20 maiores PIBs do mundo:

Tabela 1 - Comparativo dos 20 maiores PIBs (IGI, IDH, PIB per capita e População)

PAIS	PIB 2024 (rank)	IGI 2023 (rank)	IDH 2022 (rank)	PIB P. CAP. 2024 (rank)	PIB 2024 (bilhões US\$)	POPULAÇÃO 2021
Estados Unidos	1	3	20	6	28.781	339.987.103
China	2	12	75	66	18.532	1.426.391.281
Alemanha	3	8	7	18	4.591	83.783.942
Japão	4	13	24	32	4.110	124.127.899
Índia	5	40	134	132	3.937	1.429.921.746
Reino Unido	6	4	15	21	3.495	69.505.718
França	7	11	28	23	3.130	65.273.511
Brasil	8	49	89	76	2.331	203.080.756
Itália	9	26	30	25	2.328	60.461.826
Canadá	10	15	18	17	2.242	37.742.154
Rússia	11	51	56	63	2.056	146.140.931
México	12	58	77	61	2.017	134.127.189
Austrália	13	24	10	10	1.790	25.499.884
Coreia do Sul	14	10	19	29	1.760	51.269.185
Espanha	15	29	27	30	1.647	46.754.778
Indonésia	16	61	112	110	1.475	277.184.719
Arábia Saudita	17	48	40	33	1.010	34.813.871
Países Baixos	18	7	10	11	990	17.134.872
Turquia	19	39	45	69	853	84.339.067
Taiwan	20	--	--	--	828	23.816.775

Fonte: autoria própria com base na Wikipédia e índice Global de Inovação 2023

É interessante observar que o Brasil, apesar de ter o 8º maior PIB, se encontra na 49ª posição no Índice Global de Inovação (IGI) 2023, melhor apenas do que Rússia (51ª), México

(58^a), e Indonésia (61^a). Esse mau desempenho do Brasil no IGI também se repete em IDH (89^a posição), onde só supera a Indonésia (112^a) e a superpopulosa Índia (134^a), e no PIB per capita (76^a posição), novamente só superando Indonésia (110^a) e Índia (132^a). Como contraponto igualmente interessante, na Tabela 2 refazemos o exercício, porém considerando os 20 países mais bem ranqueados no IGI 2023:

Tabela 2 - Comparativo dos 20 melhores IGI (PIB, IDH, PIB per capita e População)

PAIS	IGI 2023 (rank)	PIB 2024 (rank)	IDH 2022 (rank)	PIB P. CAP. 2024 (rank)	PIB 2024 (bilhões US\$)	POPULAÇÃO 2021
Suíça	1	21	1	3	807	8.654.622
Suécia	2	24	5	14	603	10.099.265
Estados Unidos	3	1	20	6	28.781	339.987.103
Reino Unido	4	6	15	21	3.495	69.505.718
Singapura	5	36	9	5	423	5.850.342
Finlândia	6	49	12	16	281	5.540.720
Países Baixos	7	18	10	11	990	17.134.872
Alemanha	8	3	7	18	4.591	83.783.942
Dinamarca	9	41	5	9	386	5.792.202
Coreia do Sul	10	14	19	29	1.760	51.269.185
França	11	7	28	23	3.130	65.273.511
China	12	2	75	66	18.532	1.426.391.281
Japão	13	4	24	32	4.110	124.127.899
Israel	14	27	25	20	527	8.655.535
Canadá	15	10	18	17	2.242	37.742.154
Estônia	16	101	31	34	39	1.326.335
Hong Kong	17	43	4	--	368	7.496.981
Áustria	18	33	22	13	468	9.006.398
Noruega	19	29	2	4	504	5.421.241
Islândia	20	109	3	7	27	341.243

Fonte: autoria própria com base na Wikipédia e índice Global de Inovação 2023

Aqui a correlação entre capacidade de produzir CT&I e desenvolvimento econômico e social parece mais evidente. Dos 20 maiores PIBs, apenas 9 (em amarelo) se mantêm nessa lista. Exceto pela China, todos os demais ranqueados entre os 20 melhores do Índice Global de Inovação (IGI) 2023 integram o grupo dos chamados países desenvolvidos, e estão entre os 35 melhores IDHs e PIBs per capita. Mesmo muito deles tendo populações significativamente menores do que a brasileira, a maioria integra o grupo dos 50 maiores PIBs do mundo, com exceção da Estônia e da Islândia, que têm populações significativamente pequenas. Quando as informações são novamente reordenadas, considerando os 20 países de melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 2022, conforme Tabela 3, essa correlação é ainda mais evidente:

Tabela 3 - Comparativo dos 20 maiores IDHs (IGI, PIB, PIB per capita e População)

PAIS	IDH 2022 (rank)	IGI 2023 (rank)	PIB 2024 (rank)	PIB P. CAP. 2024 (rank)	PIB 2024 (bilhões US\$)	POPULAÇÃO 2021
Suíça	1	1	21	3	807	8.654.622
Noruega	2	19	29	4	504	5.421.241
Islândia	3	20	109	7	27	341.243
Hong Kong	4	17	43	--	368	7.496.981
Dinamarca	5	9	41	9	386	5.792.202
Suécia	5	2	24	14	603	10.099.265
Alemanha	7	8	3	18	4.591	83.783.942
Irlanda	7	22	28	2	519	4.937.786
Singapura	9	5	36	5	423	5.850.342
Austrália	10	24	13	10	1.790	25.499.884
Países Baixos	10	7	18	11	990	17.134.872
Bélgica	12	23	25	15	589	11.589.623
Finlândia	12	6	49	16	281	5.540.720
Liechtenstein	12	--	159	--	--	39.039
Reino Unido	15	4	6	21	3.495	69.505.718
Nova Zelândia	16	27	51	22	242	4.822.233
Emirados Árabes Unidos	17	32	31	19	503	9.890.402
Canadá	18	15	10	17	2.242	37.742.154
Coréia do Sul	19	10	14	29	1.760	51.269.185
Luxemburgo	20	21	72	1	82	625.978

Fonte: autoria própria com base na Wikipédia e índice Global de Inovação 2023

Nesse caso, apenas 6 (em amarelo) dos 20 maiores PIBs permanecem na tabela, mas, por outro lado, 13 dos países mais bem ranqueados no Índice Global de Inovação (IGI) 2023 estão presentes. É interessante notar que dentre esses países, com uma ressalva à Liechtenstein que não foi avaliado, o que tem a pior avaliação no IGI 2023 são os Emirados Árabes Unidos, na 32ª posição, o que, considerando que o IGI 2023 avaliou 132 países, é uma posição respeitável. Parece claro, portanto, que para melhorar as chances de o Brasil evoluir economicamente e socialmente, investir em CT&I é importante.

O problema é que produzir ciência, tecnologia e inovação (CT&I) no Brasil é um desafio complexo, que envolve condições sociais, políticas e econômicas desafiadoras. Produzir CT&I no Brasil a partir de instituições públicas envolve uma complexidade ainda maior, pois condiciona essa produção à burocracia do direito administrativo e à governança pública. Conforme De Negri, Rauen e Squeff (2018), “as restrições burocráticas e institucionais, muito comuns nas instituições públicas brasileiras, podem representar um entrave significativo em várias atividades de P&D, nas quais a agilidade e a eficiência institucionais são essenciais”. O projeto de pesquisa “requer flexibilidade para ser eficiente, pois as hipóteses estão sendo construídas e testadas, novos conhecimentos são obtidos tornando os planos absolutamente flexíveis” (PEREGRINO, 2021). Porém, “o contexto do setor público, por ter um alto grau de

burocratização, inibe uma cultura empreendedora baseada na inovação e na autonomia e flexibilidade” (VALADARES e EMMENDOERFER, 2015).

As dificuldades não são poucas. Conforme Rainey (2014, apud CARROLL, 2017), existem muitas restrições que podem prejudicar o desempenho das organizações públicas, como conjuntos complexos de objetivos, dificuldades na medição de desempenho, intervenções políticas, rotatividade, regras impostas externamente, recursos e financiamento inadequados, além de políticas e programas que são mal elaborados por formuladores de políticas nos ramos executivo e legislativo. Sadler (2000, apud LAPOLLI e GOMES, 2017), aponta uma série de características tradicionais do ambiente público que inibem o empreendedorismo corporativo, como:

...processos burocráticos; falta de concorrência; falta de controle de recursos; regulação e prestação de contas em massa; medição dos insumos, em vez de entregas; multiplicidade e ambiguidade de metas; necessidade permanente de consulta com as partes interessadas antes da tomada de decisão; intromissão política na gestão; políticas salariais e de funcionários restritivas; tendências de aversão ao risco; sistemas de recompensa/punição distorcidos ou inexistentes. (SADLER, 2000, apud LAPOLLI e GOMES, 2017)

No entanto, o fato é que se produz CT&I no Brasil, e que parte importante dessa produção acontece em instituições de ciência e tecnologia (ICTs) públicas. Também é importante compreender que a administração pública não é uniforme, inclusive nas suas dificuldades, pois “o contexto do nível do governo, tipo de serviço ou atividade pode desempenhar um papel importante para o empreendedorismo no setor público” (AUDRETSCH, SIEGEL e TERJESEN, 2020).

A administração pública federal, por exemplo, pode ser direta ou indireta. A direta é formada por órgãos (ministérios, secretarias, departamentos etc.) que são parte integrante do governo central e, portanto, não possuem personalidades jurídicas próprias, existindo e respondendo como parte de um todo (governo federal). O termo órgão faz todo sentido nesse caso, pois determina claramente que se trata de parte de um mesmo corpo (governo federal), não sendo uma entidade separada. Já a indireta é formada por entidades vinculadas ao governo central, mas que desse se distinguem por terem personalidade jurídica própria. São as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as empresas de economia mista.

Quando pensamos em ICTs públicas federais, normalmente nos referimos às autarquias (universidades, institutos etc.) e às fundações públicas, embora existam outros modelos de ICT, inclusive na administração direta. As entidades da administração pública federal indireta geralmente possuem um grau maior de independência em relação ao governo central, porém tal independência foi fortemente restringida pela Constituição Federal de 1998, que “retirou da

administração indireta a sua flexibilidade operacional, ao atribuir às fundações e autarquias públicas normas de funcionamento idênticas às que regem a administração direta” (KLERING; PORSSE e GUADAGNIN, 2010). O mesmo entendimento pode ser encontrado em Santos e Oliveira (2010):

Como visto no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado de 1995, a Constituição de 1988 representou um retrocesso burocrático e também revelou-se irrealista por não levar em consideração a necessidade de uma reforma na administração pública que pudesse torná-la mais eficiente e de melhor qualidade, aproximando-a do mercado privado, que foi o que se buscou até então. Em vez disso, o que fizera foi retirar a flexibilidade que existia anteriormente nas entidades da administração indireta, passando a incidir sobre elas regras rígidas como as que havia na administração burocrática. (SANTOS e OLIVEIRA, 2010, p.88)

Ainda que a maior independência das entidades da administração pública indireta em relação ao governo federal seja relativa, esse é um dado a ser considerado. Conforme observa Santos e Oliveira (2010), autarquias e fundações públicas gozam de autonomia administrativa, embora sob regras rígidas da administração pública (como sujeição às normas do processo licitatório) e não estão subordinadas hierarquicamente ao governo. No caso das ICTs públicas (a grande maioria entidades da administração pública indireta), por se ocuparem de pesquisa, desenvolvimento e inovação, elas também são beneficiárias de leis e normas criadas com o objetivo de oferecer maior flexibilidade e agilidade de gestão, tão necessárias às suas atividades.

Quando pensamos em ciência, tecnologia e inovação (CT&I), ainda que na tradicionalmente burocrática administração pública, automaticamente precisamos pensar em flexibilidade e agilidade de gestão, pois sem elas as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação tendem a não apresentarem os resultados esperados. Por esse motivo, o presente trabalho se ocupou da formulação de um modelo dedicado a contribuir com o aumento dessa flexibilidade e agilidade de gestão, especificamente no que se refere à seleção das opções legais disponíveis mais eficientes e eficazes para as compras e contratações públicas em apoio aos projetos de pesquisa.

É importante, no entanto, definir o tipo de compras e contratações para PD&I tratado no presente estudo. Para isso, é interessante a distinção feita por Cortinhas (2019) sobre as duas vertentes de compras e contratações públicas para inovação. Conforme a autora, de um lado temos o uso do poder de compra do estado, através da concessão de incentivos fiscais e da realização de um maior volume de compras junto a empresas privadas que comprovadamente invistam em inovação tecnológica. De outro temos as contratações de produtos (bens, insumos, serviços e obras) para os “projetos de pesquisa e desenvolvimento para a inovação”

(CORTINHAS, 2019) em instituições de ciência e tecnologia (ICTs) públicas. O presente estudo trata desse segundo tipo de contratações.

Também é importante esclarecer que o estudo limitou esse escopo de compras e contratações ao que a Lei 14.133/2021 (BRASIL, 2021), que rege as licitações e contratos no serviço público, definiu como produtos para pesquisa e desenvolvimento:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

...

LV - produtos para pesquisa e desenvolvimento: bens, insumos, serviços e obras necessários para atividade de pesquisa científica e tecnológica, desenvolvimento de tecnologia ou inovação tecnológica, discriminados em projeto de pesquisa; (BRASIL, 2021)

Ao estabelecer condições diferenciadas para contratações para PD&I, a lei limitou a definição de produtos para pesquisa e desenvolvimento aos discriminados em projeto de pesquisa. Por outro lado, a lei abriu o escopo do que pode ser considerado produto para pesquisa e desenvolvimento, abrangendo bens, insumos, serviços e obras necessários para atividades de pesquisa científica e tecnológica, desenvolvimento de tecnologia ou inovação tecnológica.

Ou seja, o que a lei define como produto para pesquisa e desenvolvimento não é um tipo de produto (de pesquisa e desenvolvimento), até porque essa tipificação não existe, mas a sua finalidade (para pesquisa e desenvolvimento), sob a condição de ele estar discriminado em um projeto de pesquisa. Desse modo, ainda que destinada a dar suporte a atividades de PD&I, uma contratação não se configurará como para pesquisa e desenvolvimento se o produto não estiver discriminado em um projeto de pesquisa.

Peregrino (2021) descreve o projeto de pesquisa como um plano de estudos através do qual o cientista formula hipóteses e planeja seus experimentos, sendo que essas hipóteses evoluem e se transformam, de forma que o plano de uma pesquisa não pode ser rígido, como poderia ser o plano de produção de um bem conhecido. “Neste, a tecnologia é um insumo testado. Na pesquisa é imprevisível o resultado” (PEREGRINO, 2021). Quem atua na fronteira do conhecimento tende a ter uma redução na probabilidade de sucesso caso enfrente grande rigidez de gestão. Por isso, De Negri, Rauen e Squeff (2018) apontam para a necessidade flexibilizar regras ou criar regras diferenciadas (de compras de material e equipamentos para pesquisa, por exemplo) para dar às ICTs públicas a agilidade e competitividade necessária para a realização de pesquisa de ponta.

No serviço público as compras e contratações são reguladas por algumas leis, e precisam acontecer de acordo com elas, de forma a atender diversos princípios da administração pública, que podem ser encontrados listados no art. 5º da Lei 14.133/2021 (BRASIL, 2021): legalidade,

imessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, probidade administrativa, igualdade, planejamento, transparência, eficácia, segregação de funções, motivação, vinculação ao edital, julgamento objetivo, segurança jurídica, razoabilidade, competitividade, proporcionalidade, celeridade, economicidade e desenvolvimento nacional sustentável. Não raro, esses princípios entram em conflito.

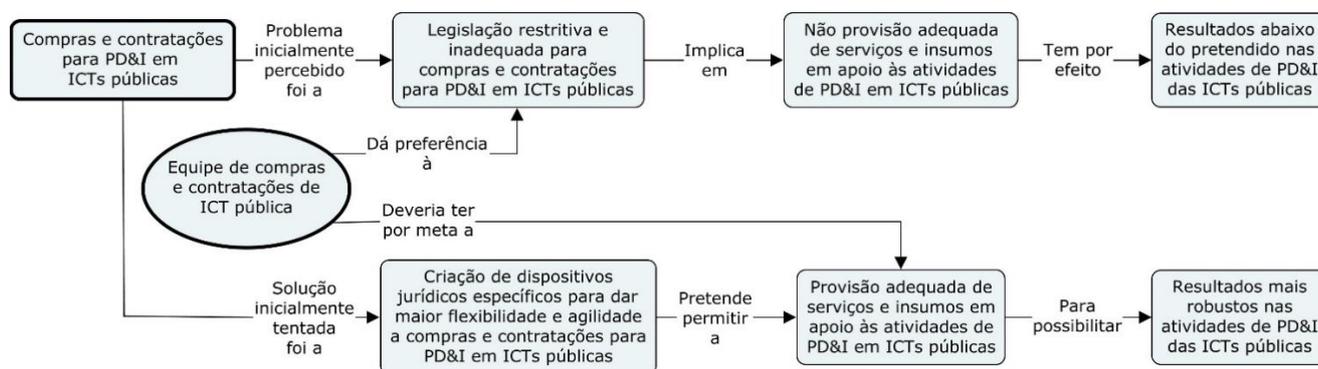
Não há escolha possível fora desse arcabouço burocrático, mas é oferecido um leque (não muito amplo) de opções para as aquisições e contratações dentro desse universo do direito administrativo, leque esse que os órgãos de controle parecem preferir que fique o mais fechado possível. Conforme Sundfeld (2021), a convivência da boa gestão pública com limites e controles deveria ser possível, mas haveria, por parte dos controladores, uma preferência por maximizar rigidez e controle, o que comprometeria a boa gestão. Isso é especialmente problemático quando se tem em vista que um “dos processos mais relevantes para a inovação, que pode elevar os riscos relacionados com o projeto, é a compra de materiais e insumos em geral” (CORTINHAS, 2019).

Segundo Machado (2018), a “gestão de compras é um dos pontos de maior entrave que os institutos de pesquisa enfrentam, principalmente pelas restrições das legislações e das formas de fiscalização dos órgãos de controle”. Para tentar melhorar essa situação foram criadas leis específicas para dar maior agilidade e flexibilidade a esses processos, como a Lei das Fundações de Apoio (Lei nº 8.958/1994), que estabeleceu os parâmetros do relacionamento entre as ICTs públicas e as fundações de apoio (entidades privadas sem fins lucrativos que têm por missão apoiar as ICTs em suas atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação), e a Lei de Inovação (Lei 10.973/2004), que buscou criar incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo.

Mais recentemente foi criado o Marco Legal da Ciência Tecnologia e Inovação (Lei nº 13.243/2016), resultado de grande esforço da comunidade científica brasileira e de seus apoiadores para prover condições mais favoráveis ao desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação no Brasil, o que demandou alterações no texto constitucional através da Emenda Constitucional nº 85. No entanto, como apontam Chioato e Lins (2022), apesar do grande avanço no arcabouço legal que regula as compras para inovação no serviço público, permanece no gestor público a percepção de insegurança jurídica e de risco pessoal para realizar contratações com base nos novos dispositivos legais.

Miranda e Verde (2018) apontam que, embora no Brasil o estímulo à inovação venha sendo um dos focos do discurso em todas as iniciativas que caracterizam a política industrial nacional, os resultados alcançados são pouco expressivos. “Não basta ter apenas um arcabouço jurídico, é necessário um novo comportamento diante da inovação por parte das ICTs, empresas e pessoas” (CARVALHO e TONELLI, 2020). Especificamente sobre contratações para PD&I em ICTs públicas, a Figura 01 apresenta de forma simplificada o problema percebido na interação entre os agentes públicos (equipes de compras das ICTs públicas) responsáveis por essas atividades e os dispositivos legais específicos para dar a elas maior eficiência e eficácia:

Figura 1. Inovações Legais versus comportamento do Agente Público



Fonte: autoria própria.

Parece subsistir algum conflito entre os princípios da eficiência e eficácia, objetivados pelos dispositivos jurídicos específicos para compras e contratações para PD&I em ICTs públicas, e o princípio da legalidade. A eficiência se caracterizaria como a melhor utilização dos recursos disponíveis, enquanto a eficácia se caracterizaria como o alcance dos objetivos através dos recursos disponíveis (CHIAVENATO, 1994 apud CASTRO, 2006). No caso de contratações para PD&I, os dispositivos jurídicos específicos parecem ser os mais adequados no atendimento desses princípios, por conferirem maiores agilidade e flexibilidade no suporte às atividades de pesquisa.

Porém, eficiência e eficácia não podem se contrapor a outros princípios que regem a Administração Pública, em especial o princípio da legalidade, pois “a Administração Pública não tem liberdade e nem vontade pessoal, só pode fazer o disposto em lei” (CAMARGO e GUIMARÃES, 2013). Acontece que os dispositivos jurídicos específicos para contratações para PD&I em ICTs públicas também são parte da lei, no que parece que há algum tipo de sobreposição legal, onde talvez se considere que alguns dispositivos jurídicos (de cunho mais geral) têm prevalência sobre outros (mais específicos), o que poderia justificar a não utilização desses últimos. Além da própria incoerência da situação, já que são todos dispositivos

juridicamente válidos, é interessante observar o que dispõe Castro (2006) a respeito do que está contido no Art. 37 da Constituição Federal (1998):

A Constituição determinou que os Poderes obedecerão aos princípios da eficiência e da legalidade. Logo, todos os atos públicos deverão caminhar sob o resguardo de ambos os princípios. Não pode haver choque entre eles. Não se pode admitir uma ação dentro dos limites da legalidade e não atinente à eficiência, ou vice-versa. (CASTRO, 2006, p. 9)

Apesar disso, o fato é que a maior parte das ICTs públicas parece evitar esses novos dispositivos jurídicos. Para Sundfeld (2021), a legislação brasileira e, principalmente, seus intérpretes não priorizam a boa gestão pública, buscando, na verdade, limitar e controlar ao máximo os gestores públicos, chegando mesmo a ameaçá-los, por considerá-los suspeitos a priori. Para Campana (2017), estaria disseminada entre os controladores uma obstinação pela punição dos agentes públicos, sem a mensuração adequada da gravidade dos fatos ou consideração da intenção do agente ao praticar o ato.

Já para Chioato e Lins (2022), que entendem que houve um avanço consistente na legislação que regula as compras e contratações para inovação no serviço público, o problema decorreria de uma lacuna no entendimento entre os agentes públicos que realizam as compras e contratações e os órgãos de controle, onde os primeiros aguardariam as manifestações dos órgãos de controle à respeito das inovações legais para ter segurança jurídica no seu uso, e os órgãos de controle aguardariam o uso das inovações legais para se manifestarem.

Tais percepções sugerem uma relação imbrincada entre os agentes públicos envolvidos nos processos de compras e contratações e os controladores, que levaria à paralisia e consequente ineficiência, com a responsabilidade recaindo aparentemente sobre esses últimos. Carvalho e Tonelli (2020), por outro lado, chamam a atenção para a possibilidade de as ICTs públicas não alcançarem uma estrutura/política institucional adequada para o aproveitamento de novos dispositivos inseridos pelo Marco Legal da Ciência Tecnologia e Inovação (BRASIL, 2016), e incluem na equação do problema os costumes, práticas e atitudes dos gestores públicos, pesquisadores, empresários e dos atores políticos quanto à inovação.

A questão parece envolver, portanto, um sistema complexo com diversos agentes, que resistiria, por motivos não claramente percebidos, às mudanças pretendidas com as inovações legais. Nesse tipo de situação, conforme prescreve Senge (2018), para tentar superar a resistência à mudança é necessário identificar adequadamente a origem dessa resistência, concentrando-se nas normas implícitas e nos relacionamentos de poder associados a elas.

Seguindo a sugestão de Senge (2018), e para subsidiar a proposição de um modelo que auxilie no uso mais adequado das opções legais para as contratações para PD&I, foi formulada a seguinte questão norteadora:

Por que as ICTs públicas brasileiras não utilizam amplamente os dispositivos jurídicos criados para dar maior eficiência e eficácia às contratações para PD&I?

1.1 Objetivo

Propor um modelo conceitual para as contratações de produtos para pesquisa e desenvolvimento em ICTs públicas brasileiras.

1.2 Objetivos Específicos

- Identificar fatores que dificultam a utilização da dispensa de licitação para contratação de produtos para pesquisa e desenvolvimento em ICTs públicas brasileiras;
- Comparar as ICTs públicas quanto ao uso da dispensa de licitação para contratação de produtos para pesquisa e desenvolvimento;
- Distinguir o que influencia em uma maior utilização da dispensa de licitação para contratação de produtos para pesquisa e desenvolvimento.

1.3 Organização do Documento

A tese está organizada em 5 capítulos: Contextualização e Justificativa; Revisão de Literatura; Materiais e Métodos; Resultados e Discussão; e Conclusão. Dispõe também de 2 anexos.

O **Capítulo 1**, Contextualização e Justificativa, apresenta o cenário sobre o qual o estudo foi desenvolvido e introduz o problema, que buscou sintetizar através da questão norteadora. Nele foi abordado o contexto das compras e contratações em apoio a projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação em instituições públicas de ciência e tecnologia, e a relação disfuncional entre os agentes que compõem o sistema complexo que envolve essas contratações públicas. Nesse capítulo também foram apresentados os objetivos (geral e específicos) da tese.

O **Capítulo 2**, Revisão de Literatura, de modelo narrativo, foi subdividida em 6 partes para abordar as diversas dimensões que envolvem o problema. Ao fim da revisão de literatura foram propostas hipóteses para direcionar o estudo. As 6 subdivisões da revisão de literatura são:

- As instituições de Ciência e Tecnologia Públicas Brasileiras e os Órgãos de Controle
- A base legal para as compras e contratações para PD&I em ICTs públicas
- O comportamento dos órgãos de controle com outros tipos de dispensa de licitação
- Os agentes públicos e a insegurança jurídica
- Governança Pública no Brasil e as contratações para PD&I
- Dissonância Governativa: um conceito para melhor definir o problema

O **Capítulo 3**, Materiais e Métodos, descreve a forma como os dados foram levantados para a pesquisa, o que envolveu a utilização de APIs (Application Programming Interface) públicas e pesquisa nos portais da Internet das universidades públicas federais, e a metodologia adotada para o estudo de caso e para a proposição do modelo.

O **capítulo 4**, Resultados e Discussão, apresenta e discute os resultados alcançados com o cruzamento dos dados extraídos através das APIs com o levantamento de documentos orientadores sobre dispensa de licitação para contratação de produtos de pesquisa e desenvolvimento realizado nos portais de Internet das universidades públicas federais, e propõe, com base nesses resultados e na revisão de literatura, um modelo conceitual para as contratações de produtos para pesquisa e desenvolvimento em ICTs públicas.

O **Capítulo 5**, Conclusão, traz as considerações finais sobre o estudo desenvolvido, comentando sobre a potencialidade dos resultados alcançados e os riscos de que o sistema complexo continue apresentando resistência em decorrência da dificuldade de obter racionalidade na interlocução entre a governança interna e externa das instituições públicas, e apresenta também limites e limitações do estudo.

O estudo dispõe ainda 2 dois anexos, onde se encontram os dados selecionados e refinados, a partir das extrações realizadas através das APIs, para dar sustentação ao estudo de caso desenvolvido.

2 Revisão da Literatura

Devido às características do estudo, foi adotado o modelo narrativo de revisão de literatura, que, como ensina Rother (2007), é apropriado “para descrever e discutir o desenvolvimento ou o ‘estado da arte’ de um determinado assunto, sob ponto de vista teórico ou contextual”, ainda que não permita a reprodução dos dados ou forneça respostas quantitativas para questões específicas.

Por força de sua questão focal e de seus objetivos, o estudo assumiu uma natureza explicativa, pois buscou a identificação dos fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência do fenômeno (GIL, 2002), mas também apresentou um viés exploratório, buscando maior familiaridade com o problema e constituindo hipóteses (GIL, 2002), as quais estão dispostas ao fim desta revisão de literatura.

Diversas bases bibliográficas (Google Scholar, Science Direct, Scopus, Periódicos CAPES e Dimensions) foram consultadas, mas poucos artigos que abordam especificamente a dispensa de licitação para contratação de produtos para pesquisa e desenvolvimento foram identificados. Por isso, a busca foi ampliada para estudos sobre o novo marco legal da CT&I, e sobre compras e contratações em instituições públicas. Também foram buscados estudos sobre a resistência à mudança em sistemas complexos, a insegurança jurídica do agente público e a governança no serviço público brasileiro, temas que interessam para a melhor compreensão do problema abordado.

Por se tratar de uma questão focal muito específica e fortemente vinculada ao contexto interno do Brasil, grande parte dos artigos identificados são de autores brasileiros, mas também foram identificados artigos de autores estrangeiros, notadamente nas questões mais amplas. Embora não seja um estudo de cunho jurídico, qualquer discussão sobre atividades desenvolvidas pela administração pública resvala na lei.

No caso abordado neste estudo, referente a contratação de produto para pesquisa e inovação em instituições de ciência e tecnologia (ICTs) públicas, o direito administrativo oferece como opções mais de uma modalidade de contratação (licitação, dispensa de licitação e inexigibilidade), criando uma situação que leva ao exercício da discricionariedade administrativa. Di Pietro (1988, apud DI PIETRO, 2010) define a discricionariedade como “a faculdade que a lei confere à Administração para apreciar o caso concreto, segundo critérios de oportunidade e conveniência, e escolher uma entre duas ou mais soluções, todas válidas perante o direito”. Por esse motivo, foram levantadas leis e normas que se relacionam com as

contratações de produtos para pesquisa e desenvolvimento, bem como documentos contendo os posicionamentos dos órgãos de controle sobre esse tema.

2.1 As Instituições de Ciência e Tecnologia Públicas Brasileiras e os Órgãos de Controle

A questão do embate entre a governança pública e a produção de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) em instituições públicas não é nova. Os problemas persistem mesmo após diversas tentativas de criação de leis e normas para dar maior flexibilidade e agilidade às ICTs públicas no desenvolvimento de atividades de PD&I. Dispositivos jurídicos, como a Lei das Fundações de Apoio (Lei nº 8.958/1994) e a Lei de Inovação (Lei 10.973/2004), historicamente parecem sofrer resistência, com limitações aparentemente impostas, principalmente, pela ação dos órgãos de controle, seja no cotejo com outras normas, de cunho mais geral, seja pela observação preferencial, e talvez obsessiva, de alguns princípios da administração pública. A existência do problema é claramente percebida, como pode ser depreendido das recomendações de De Negri, Rauén e Squeff (2018):

Tornar efetiva a Lei de Inovação (Lei no 10.973/2004, alterada pela Lei no 13.243/2016): ela foi criada em 2004 e vários dos seus artigos nunca foram utilizados ou o foram de forma pouco relevante para o país. Em que pese a existência da Lei de Inovação e de outras legislações concernentes à C&T, seu emprego prático esbarra em interpretações que não compartilham dos regramentos destas. Consultores jurídicos, procuradores federais, advogados da União e juristas independentes tendem a aplicar legislações mais tradicionais que são muitas vezes avessas à mudança técnica, em detrimento de possibilidades abarcadas na Lei de Inovação. (DE NEGRI, RAUEN e SQUEFF, 2018, p. 554)

Criar entendimento harmonioso das diferentes legislações e garantir que a C&T seja, de fato, tratada de maneira distinta. A alta gestão da C&T precisa se aproximar dos órgãos de controle e, de forma conjunta, construir esse entendimento amplo dos limites e possibilidades do marco legal de C&T, de forma que, sem prescindir do controle e do foco na eficiência necessária, não se inviabilize o progresso técnico no país. (DE NEGRI, RAUEN e SQUEFF, 2018, p. 554)

Outro exemplo desse embate entre a lei e a atuação dos órgãos de controle, é a limitação da atuação das fundações de apoio, que também podem ser contratadas por dispensa de licitação em suporte às atividades de PD&I, mas que, conforme Rauén (2016), sofrem com limitações impostas pelos órgãos de controle:

Além da precariedade na aplicação dos mecanismos de incentivo previstos nos Artigos 4º, 8º e 9º, o fortalecimento dos agentes intermediadores do processo de interação ICT-empresa pretendido pela Lei de Inovação obteve pouco ou irrisório impacto no papel de facilitadores do processo inovativo do sistema brasileiro. De fato, as fundações de apoio, devido a seu papel de captadoras dos recursos financeiros extraorçamentários e de contratantes de recursos humanos temporários em projetos de pesquisa de ICTs em parceria com empresas, passam constantemente pelo escrutínio de órgãos de controle, sendo objeto de constantes processos da Controladoria-Geral da União (CGU) e de acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU).

Em geral, as interpretações dos órgãos de controle e os questionamentos que recaem sobre as atividades de apoio à inovação em ICTs pelas fundações também são reflexo da insegurança jurídica. A insegurança configura-se na operacionalização de suas atribuições estabelecidas na Lei de Inovação e na própria Lei das Fundações de Apoio, tendo em vista que as atividades previstas nesses regramentos acabam por sobrepor-se a outros regramentos, cujos objetos são comuns, porém as formas de condução de tais atividades são conflitantes.

Importantes exemplos dessa sobreposição são a Lei no 8.666/1993, que disciplina o processo de licitação, no caso das compras e contratações de serviços por órgãos públicos, e a Lei no 8.112/1990, que disciplina, por meio de concursos, o processo de contratação de recursos humanos por órgãos públicos. A sobreposição desses objetos (compras e contratações de serviços e de recursos humanos) e as diferentes formas de operacionalização entre os regramentos que disciplinam a atuação dos entes públicos (licitação e concurso) e dos agentes intermediadores vinculados a eles, como as fundações de apoio, acarretam dúvidas sobre as formas de procedimentos legais das fundações nas atividades de apoio. Tais questionamentos levam, portanto, a diferentes interpretações sobre as possibilidades de procedimentos dessas instituições, que acabam sendo alvo de subsequentes processos impetrados pelos órgãos de controle. Essa situação tem como efeito secundário diminuir a flexibilidade inicialmente proposta pela Lei de Inovação e pela Lei das Fundações de Apoio na gestão de atividades de inovação, engessando as possibilidades de atuação de ICTs e das instituições intermediadoras. (RAUEN, 2016, p. 23)

A constante ação dos órgãos de controle sobre normativos jurídicos criados para o fomento da ciência, tecnologia e inovação parece, portanto, ser um problema. Tais órgãos, pelo que se pode perceber, tendem a hierarquizar normas jurídicas, colocando em patamar superior as normas de alcance mais amplo, preterindo normas específicas quando elas versam sobre objetos semelhantes, como pode ser percebido no caso citado por Rauen (2016). Possivelmente a ação dos órgãos de controle tem como um dos motivos de fundo suas dificuldades para tratar situações específicas, dada a imensa diversidade de órgãos e entidades públicas sob suas jurisdições, e seus diversos campos de atuação. Quanto maior a uniformidade e padronização das regras, mais fácil proceder com o controle geral, e daí privilegiar normas de cunho mais geral em detrimento de normas específicas, como as voltadas para a ciência, tecnologia e inovação (CT&I), parece seguir um padrão lógico.

Batista Júnior e Campos (2014) se contrapõem a essa generalização do controle, tendo por argumento que, diante de uma margem de discricionariedade aberta pela lei, o “poder/dever” da Administração seria o de adotar aquela decisão que, no caso concreto, for a mais eficiente para a prossecução do bem comum. Porém, os atores identificam que entre os controladores existem aqueles que, com lastro em uma ideia estéril da legalidade, pretendem cercear todas as atuações administrativas. O entendimento de Peregrino (2021) vai nessa mesma linha:

...o insulamento burocrático e a tentativa de universalização de procedimentos que hoje é promovida pelos órgãos de controle na elaboração de normas a serem seguidas por todos estão por trás do engessamento da máquina pública e delimita sua relação com a sociedade e os agentes da economia, prejudicando a formação da aliança instituição de pesquisa-governo-empresa, e assim, impedindo o advento da sociedade do conhecimento. (PEREGRINO, 2021, p. 16)

No caso da ciência, tecnologia e inovação (CT&I), essa hierarquização de normas jurídicas, privilegiando as normas gerais, parece estar em descompasso com a Constituição Federal do Brasil (BRASIL, 1998), que, no § 1º do seu Art. 218, parece deixar claro que o tratamento à CT&I não só está no mesmo patamar do de outras áreas, como deve ser priorizado:

Art. 218. O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação.

§ 1º A pesquisa científica básica e tecnológica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência, tecnologia e inovação. (BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988)

Parece claro, portanto, que a carta constitucional brasileira define como valor a ser defendido o progresso da CT&I no Brasil, e condiciona a atuação do Estado, do qual os órgãos de controle fazem parte, a ter esse valor como prioridade. Seria estranho, portanto, que os órgãos de controle, a título de padronização para fiscalização das atividades do serviço público, como compras e contratações, obstassem propositalmente a eficiência no suporte à PD&I em ICTs públicas, ainda mais frente à emergência de opções legais com a finalidade de permitir tal eficiência, como as inseridas pelo Marco Legal da Ciência Tecnologia e Inovação (Lei nº 13.243/2016). Porém esse receio existe, como apontam Carvalho e Tonelli (2020):

De um lado há a Lei 13.243/2016, com suas novas possibilidades jurídicas, e do outro os órgãos de controle que podem vir a entrar toda a dinamicidade. Não se discute a necessidade desses órgãos de realizar suas atribuições. Contudo, é necessária uma mudança no sentido de não prejudicarem aspectos que não seriam de fato problemáticos para o alcance da inovação. Por mais claro que o Marco Legal de Inovação de 2016 seja, mesmo com seu decreto de regulamentação, uma mudança cultural também é necessária no âmbito dos órgãos de controle. (CARVALHO e TONELLI, 2020, p.19)

Algumas questões talvez tenham influência negativa no comportamento dos órgãos de controle em relação à CT&I. A primeira delas diz respeito à própria organização (ou desorganização) das atividades de controle, em decorrência da sobreposição e falta de coordenação entre os diversos órgãos e entidades que se dedicam a essa atividade. Campana (2017) lista os principais:

- Tribunal de Contas da União (TCU)
- Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU)
- Polícia Federal,
- Ministério Público
- Advocacia-Geral da União (AGU)
- Conselho Administrativo de Defesa Econômico (CADE)
- Comissão de Valores Mobiliários (CVM)
- Poder Judiciário
- Poder Legislativo (Comissões Parlamentares de Inquérito)

Esse é um aparato de controle bastante robusto, ao qual ainda se somam as entidades da sociedade civil organizada que se dedicam a acompanhar e controlar as atividades da administração pública. A autora, no entanto, aponta para a descoordenação na atuação dos

órgãos de controle, e suscita a existência de uma disputa entre eles por espaço de atuação, recursos e vantagens:

Assim, temos diversos órgãos de fiscalização, que, em total contrariedade à lógica racional, investigam de forma isolada os mesmos fatos ao mesmo tempo, muitas vezes para apurarem as mesmas responsabilidades, o que acaba gerando conflitos entre os próprios controladores, acirrando a competição por maior espaço de atuação – recursos e vantagens, conseqüentemente – e destoando da própria economicidade exigida da atuação estatal. (CAMPANA, 2017, p. 194 e 195)

Esse mesmo problema é abordado por outros autores, como Sundfeld (2021), que aponta para o aumento de conflitos em decorrência da multiplicação de controles, inclusive entre os controladores, que também cometeriam abusos e buscariam por poder e vantagens, e adverte sobre o alto custo dos órgãos de controle. Peregrino (2021), por sua vez, identifica “uma proliferação de estruturas não conectadas com a realidade, com exageros nas formalidades, lentidão, hipertrofia dos organismos de controle, autogeridos, e ao final, predomínio da administração sobre sua finalidade social”.

Outro ponto preocupante é a possível exacerbação do papel do controlador, que estaria transbordando para questões próprias da governança interna das instituições públicas e dos formuladores de políticas da esfera governamental. Nessa linha, para além de limitar a flexibilidade e agilidade de atividades meio (compras e contratações) das ICTs públicas no suporte aos projetos de PD&I, os controladores, em algumas situações, estariam avançando sobre a definição de objetivos das ICTs públicas e das políticas públicas voltadas para a CT&I.

Um exemplo particularmente recente desse tipo de situação pode ser encontrado no Portal do TCU, em uma matéria intitulada “Tribunal fiscaliza investimentos em ciência, tecnologia e inovação” (TCU, 2024). Essa matéria, datada de 03/06/2024, trata sobre o acompanhamento, feito por essa corte de contas, de recursos, da ordem de R\$ 31,4 bilhões, operados pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) nos quatro anos precedentes ao da matéria. Não há nada de estranho em o TCU acompanhar a adequada aplicação de recursos públicos federais, é algo esperado e próprio da sua competência e missão. O que parece estranho, na notícia, é o TCU interferir diretamente na política pública definindo como os recursos deveriam ser empregados.

No caso, conforme a matéria esclarece, os recursos objetivaram o financiamento de projetos voltados para inovação crítica e pioneira, com alto risco tecnológico, mas com potencial de gerar novos produtos, e de projetos voltados para inovação para competitividade e para desempenho, com risco tecnológico médio ou baixo, mas sem a capacidade de gerar produtos globalmente inovadores. O TCU, através do Ministro responsável pelo

acompanhamento dessa ação da Finep, entendeu que o investimento em inovação crítica e pioneira é mais importante do que em inovação para competitividade e para desempenho, por, na sua concepção, esse último tipo possuir menor potencial de inovação.

Isso levou à determinação, pelo TCU, de um limite de tolerância de 20% de projetos voltados para inovação para competitividade e desempenho, com base em médias anuais observadas, como forma de não comprometer o alcance do objetivo dos financiamentos feitos pela Finep de promoverem o desenvolvimento econômico e social do País. Como no período de janeiro a maio de 2023 a quantidade de financiamentos a esse tipo de projeto (inovação para competitividade e para desempenho) ultrapassou tal limite de tolerância (20%), o TCU interpelou formalmente a Finep sobre essa situação.

Esse exemplo pode ser cotejado com as observações de Figueiredo (2009) sobre a trajetória de acumulação tecnológica das empresas de economias em desenvolvimento, como a brasileira. O autor traça uma trajetória para essa acumulação rumo à fronteira tecnológica internacional, e um dos passos necessários é a absorção de capacidades tecnológicas. “Desenvolver capacidade tecnológica para aproximar-se tanto da fronteira de produção como de inovação deriva de uma opção estratégica de cada empresa” (FIGUEIREDO, 2009). Esse processo de acumulação de capacidades rumo à fronteira tecnológica, durante o qual o potencial de inovação é inferior ao de empresas que já estão na fronteira é, portanto, necessário.

Talvez o TCU e seus Ministros, além dos conhecimentos próprios para o controle dos recursos públicos, tenham um conhecimento aprofundado sobre os processos de inovação, ao ponto de terem segurança para determinar como tais investimentos devam ser feitos, mas, ainda assim, essa é uma situação que parece um tanto fora de lugar.

2.2 A base legal para as compras e contratações para PD&I em ICTs públicas

Como já abordado anteriormente, as compras e contratações públicas só podem acontecer na forma definida pela legislação (direito administrativo). A lei que atualmente rege o sistema de compras e contratações públicas é a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Porém estiveram vigentes até o final do ano de 2023 outras 3 leis que versavam sobre compras e contratações públicas, sendo essas a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, antiga lei de licitações e contratos, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, conhecida como lei do pregão, e a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011 (arts. 1º a 47-A), que instituiu o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, criado originalmente para viabilizar a infraestrutura para a copa

do mundo de futebol no Brasil, que ocorreu 2014, mas que acabou ganhando caráter geral por oferecer condições mais flexíveis para grandes obras.

Ainda que já com sua vigência encerrada, é interessante observar especialmente a Lei nº 8.666/93, pois foi nela que a Lei nº 13.243/2016 (Novo Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação) inseriu alterações para dar mais agilidade e flexibilidade às compras e contratações para PD&I. Já vimos que a Lei nº 14.133/ 2021, apesar de não ter sido modificada pelo marco legal, até por ser posterior ao mesmo, absorveu as inovações para as compras para PD&I. Já vimos, também, a definição de produtos para pesquisa e desenvolvimento e que existe uma previsão de dispensa de licitação para eles.

A compreensão de dois pontos, no entanto, se mostra importante para a contextualização da questão focal deste estudo. O primeiro ponto é saber que opções legais os agentes públicos possuem para contratar produtos para pesquisa e desenvolvimento. O outro ponto é compreender por que a dispensa de licitação é, ou deveria ser, uma opção mais interessante para esse tipo de contratação. Começando pelas opções legais para contratação de produtos para pesquisa e inovação, temos o seguinte:

- Pregão Eletrônico
- Pregão Eletrônico/Sistema de Registro de Preços (SRP)
- Inexigibilidade de Licitação
- Dispensa de Licitação

PREGÃO ELETRÔNICO: é uma decorrência da lei do pregão (Lei nº 10.520/2002), um procedimento licitatório realizado inicialmente de forma presencial, mas que ganhou uma versão eletrônica a partir da edição do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005. Essa modalidade de licitação, em sua versão eletrônica, foi absorvida pela Lei nº 14.133/2021. Foi uma evolução em relação às diversas modalidades de licitação que existiam na Lei nº 8.666/93, que por não terem tido relevância na compra de produtos para pesquisa e desenvolvimento, não foram tratadas neste estudo. O pregão eletrônico é uma licitação propriamente dita e, conforme Foss (2019), ganhou a preferência na administração pública, especialmente dos órgãos de controle, por oferecer muitas vantagens em relação às modalidades de licitação que a precederam.

PREGÃO ELETRÔNICO/SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP): não é propriamente diferente do pregão eletrônico comum, tendo a mesma base legal. A diferença

está no resultado, que não se materializa imediatamente em uma compra de produto ou contratação de um serviço, como no pregão comum, mas em uma ata de registro de preços. Na ata de registro de preços são listados produtos ou serviços, com valores e quantitativos máximos de contratação, mas dela não resulta qualquer compromisso da administração pública em efetuar compra ou contratação, apenas uma expectativa desses negócios. Por outro lado, a contraparte da ata, o fornecedor, fica obrigado, durante 12 meses, a dispor do produto ou serviço nela listado, no valor previamente acertado e até o quantitativo máximo nela previsto, caso a Administração solicite. Conforme Peixoto (2016):

Na licitação por SRP, os preços ofertados são registrados em Ata de Registro de Preços (ARP). Dessa forma, a Administração não assume o compromisso de contratação, nem mesmo de quantitativos mínimos, pois a existência de preços registrados não a obriga firmar o contrato (PEIXOTO, 2016, p. 163)

O registro de preços é tratado na legislação de compras e contratos públicos como a forma preferencial para proceder a aquisição de produtos, e os órgãos de controle incentivam fortemente a utilização dessa ferramenta, que condiciona a compra a um planejamento acurado a ser feito com grande antecedência, o que, em tese, daria previsibilidade e conformidade ao gasto público e, por outro lado, garantiria uma aquisição ágil, pois a partir da emissão da ata bastaria acionar o fornecedor para ele entregar o produto requerido. Essa lógica parece ser a mais bem vista pelos órgãos de controle, inclusive, para produtos para pesquisa e desenvolvimento. Na Lei nº 14.133/2021 a indicação preferencial do registro de preços aparece no inciso II do Art. 40:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

...

II - processamento por meio de sistema de registro de preços, quando pertinente;

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: acontece em hipóteses em que a competição é inviável, o que impossibilita a licitação pública (NIEBUHR et al, 2021). Trata-se de um tipo de contratação relevante para os projetos de PD&I, sendo uma ocorrência relativamente comum para contratação de produtos para pesquisa e desenvolvimento, principalmente nos casos de fornecedor exclusivo. A inexigibilidade de licitação, no entanto, não é uma condição que decorre da lei, mas que se impõe a ela. Como explicam Niebuhr et al (2021), “Sempre que se verifica a inviabilidade de competição, está-se diante de inexigibilidade, queira o legislador ou não”.

O tema merece um estudo específico, especialmente nos casos de equipamentos na fronteira tecnológica utilizados para pesquisa científica. Esse tipo de equipamento normalmente está em constante evolução incremental e, dessa forma, sofre obsolescência acelerada. Isso é

um problema porque, na visão do controle, diferenças que pareçam pequenas, e, portanto, sem grande influência no funcionamento do equipamento, devem ser descartadas na descrição do mesmo para a realização de uma licitação, para viabilizar a competitividade entre o maior número de licitantes. Ocorre que diferenças aparentemente discretas entre versões de um equipamento na fronteira tecnológica podem ter grande impacto nos resultados das atividades de PD&I de uma ICT pública. Como, no entanto, a inexigibilidade de licitação não se constitui em uma inovação legal, não faz parte do escopo do presente estudo.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: é uma forma simplificada de contratação, pois está desobrigada das formalidades da licitação e, em tese, da necessidade de competição entre eventuais fornecedores. Nesse tipo de contratação, embora a licitação seja viável, a sua realização importaria em prejuízos ao interesse público (NIEBUHR et al, 2021). Os casos em que a licitação é dispensável estão taxativamente estabelecidos no Art. 75 da Lei 14.133/2021. Para o presente estudo, interessa principalmente a dispensa de licitação para contratação de produtos para pesquisa e desenvolvimento, e a para contratação de instituição brasileira (fundação de apoio) que tenha por finalidade estatutária apoiar, captar e executar atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive para gerir administrativa e financeiramente essas atividades.

Assumpção (2021) aponta que a possibilidade de dispensa de licitação para compras de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica já havia sido inserida na Lei 8.666/93 (BRASIL, 1993) pela Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998. Essa possibilidade, porém, só se tornaria efetivamente operacional em 2010, com novas modificações inseridas pela Lei 12.349, de 27 de maio de 1998, mas apenas para bens e insumos adquiridos com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) ou de outras instituições de fomento credenciadas pelo CNPq para este fim específico.

Como explica Assumpção (2021), foi o Marco Legal da CT&I (BRASIL, 2016) que alargou o entendimento do que seria produto para pesquisa e desenvolvimento, que passou a abranger, por exemplo, obras e serviços, além de equipamentos multifuncionais, como notebooks. Portela et al (2020, apud ASSUMPÇÃO, 2021), observa que o Marco Legal da CT&I (BRASIL, 2016) modificou quatro pontos restritivos da Antiga Lei de Licitações (BRASIL, 1993):

- a) Criou o conceito legal de “produtos para pesquisa e desenvolvimento”;
- b) Suprimiu a exigência de exclusividade da utilização em pesquisa;
- c) Excluiu o critério de fonte de recurso, mas fixou a exigência de discriminação dos produtos a serem contratados em projeto de pesquisa formalizado;
- d) Incluiu a previsão e contratação de obras e serviços de engenharia entre os objetos possíveis de contratação pelo procedimento simplificado.

Para uma melhor compreensão, é interessante ver a evolução da dispensa de licitação para pesquisa e desenvolvimento na Lei nº 8.666/93, começando pela inserção dessa possibilidade pela Lei nº 9.648/98:

Art. 24. É dispensável a licitação:

...

XXI - Para a aquisição de bens destinados exclusivamente a pesquisa científica e tecnológica com recursos concedidos pela CAPES, FINEP, CNPq ou outras instituições de fomento à pesquisa credenciadas pelo CNPq para esse fim específico. (BRASIL, 1993; BRASIL, 1998)

Nessa primeira versão, a dispensa de licitação se referia somente a compra de bens, através de recursos concedidos por instituições de fomento. Posteriormente, por modificação inserida pela Lei nº 12.349/2010, o inciso passou a ter a seguinte redação:

XXI - para a aquisição de bens e insumos destinados exclusivamente à pesquisa científica e tecnológica com recursos concedidos pela Capes, pela Finep, pelo CNPq ou por outras instituições de fomento à pesquisa credenciadas pelo CNPq para esse fim específico; (BRASIL, 1993; BRASIL, 2010)

O inciso teve seu escopo ampliado com a possibilidade de aquisição de insumos para pesquisa científica e tecnológica, mas manteve a vinculação a recursos concedidos por instituições de fomento. Só com a modificação inserida pelo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação é que o inciso passou a ter um alcance mais amplo:

XXI - para a aquisição ou contratação de produto para pesquisa e desenvolvimento, limitada, no caso de obras e serviços de engenharia, a 20% (vinte por cento) do valor de que trata a alínea “b” do inciso I do caput do art. 23; (BRASIL, 1993; BRASIL, 2016)

Essa versão é muito similar à da Lei 14.133/2021, já mencionada anteriormente, e a definição do conceito de produtos para pesquisa e desenvolvimento na Lei 8.666/93 também é basicamente o mesmo:

Art. 6º Para os fins desta Lei, considera-se:

...

XX - produtos para pesquisa e desenvolvimento - bens, insumos, serviços e obras necessários para atividade de pesquisa científica e tecnológica, desenvolvimento de tecnologia ou inovação tecnológica, discriminados em projeto de pesquisa aprovado pela instituição contratante. (BRASIL, 1993; BRASIL, 2016)

Essa evolução normativa criou, portanto, uma base legal ampla para a contratação de produtos para pesquisa e desenvolvimento por dispensa de licitação, porém os órgãos de

controle parecem olhar para as dispensas de licitação com desconfiança e reserva. Essa desconfiança seria tão arraigada, que Guimarães (2016) diz o seguinte:

Em relação à contratação direta, tamanho é o risco jurídico envolvido, que se tornou um verdadeiro campo minado para o gestor. Mesmo quando inequivocamente indicada, é preferível o ônus da licitação para o interesse coletivo do que o ônus pessoal de ser exposto ao risco de enquadramento em condutas de improbidade. (GUIMARÃES, 2016)

E então chegamos ao segundo ponto, do porquê a dispensa de licitação para a contratação de produtos para pesquisa e desenvolvimento pode ser uma opção mais interessante para a contratação de produtos para pesquisa e desenvolvimento. A primeira resposta é tempo. Como já visto, o projeto de pesquisa exige agilidade e flexibilidade na provisão de materiais, serviços e insumos.

Essa agilidade até seria possível caso esses produtos já estivessem previstos em atas de registro de preço, ou disponíveis em estoque na ICT pública, mas repetindo Peregrino (2021), as hipóteses em um projeto de pesquisa evoluem e se transformam, de forma que o plano de uma pesquisa não pode ser rígido. Se a pesquisa evolui e se transforma, os materiais, serviços e insumos necessários também poderiam mudar, e daí as contratações começariam do zero. E é nesse ponto que o fator tempo pode pesar.

Conforme o Portal da Transparência do Governo Federal (BRASIL – Portal da Transparência, s.d.), no ano de 2023 o tempo de tramitação médio de uma dispensa de licitação foi de 44 dias entre a publicação do processo de compra e a assinatura do primeiro contrato. Já no caso de um pregão eletrônico para registro de preços esse tempo sobe para 185 dias. É importante mencionar que o Portal da Transparência não distingue no seu cálculo o tipo de dispensa de licitação, colocando no mesmo computo dispensas mais simples, como a compra de um produto de prateleira, com dispensas muito mais complexas, como, por exemplo, as que envolvem transferência de tecnologia ou material para uso das forças armadas.

Nas dispensas de licitação mais simples, como a da maioria dos produtos para pesquisa e desenvolvimento, a tendência é de um tempo ainda menor, o que tornaria a diferença para o tempo de tramitação do pregão eletrônico para registro de preços ainda mais impressionante. Mesmo assim, considerando as médias disponíveis, onde o pregão eletrônico para registro de preços demandaria um tempo mais de 4 vezes superior, a diferença já seria suficiente para uma sustentação crível de que a dispensa de licitação se apresentaria como opção mais interessante para novas contratações.

A segunda questão é o custo. Existe um custo operacional consideravelmente diferente entre a realização de uma dispensa de licitação e um pregão eletrônico. Quanto maior a complexidade e morosidade de um processo de compra ou contratação, maior o custo de operacionalização desse processo. Conforme citado por Silva et al (2024), a CGU estima que o valor de um pregão eletrônico em mais de 10 vezes o custo de uma dispensa de licitação. A CGU dispôs seus cálculos no seu Relatório de Avaliação 906185, no qual apresentou os dados constantes da Tabela 4:

Tabela 4 - Custo Operacional (Dispensa de Licitação X Pregão Eletrônico)

Modalidade	Custo Total	Custo Atualizado	Modalidade/Dispensa
Dispensa de Licitação	R\$ 2.025,00	R\$ 4.851,43	1
Pregão Eletrônico	R\$ 20.698,00	R\$ 49.587,62	10,22

Fonte: Relatório de Avaliação 906185, de 25/11/2022, da Controladoria Geral da União (CGU)

Considerando essas diferenças nos custos operacionais dos procedimentos, não só o fator tempo precisaria ser avaliado, considerando que uma contratação de produto para pesquisa e desenvolvimento, não disponível em ata de registro de preços ou estoque da ICT pública, não teria como ser viabilizada através de pregão eletrônico sem comprometer o andamento da pesquisa científica, mas também o próprio preço do que se pretenderia contratar, sob pena de realização de uma contratação antieconômica em decorrência do custo operacional da opção legal para contratação de produtos para pesquisa e inovação selecionada.

2.3 O comportamento dos órgãos de controle com outros tipos de dispensa de licitação

A preocupação com uma possível influência negativa dos controladores sobre a qualidade da gestão pública não é exclusiva do Brasil. Para Rahayu e Rahayu (2020) os auditores internos do governo da Indonésia não devem se comportar como cães de guarda, pois a governança pública deve incentivar a melhor tomada de decisões, com o uso eficiente e responsável dos recursos públicos. Landoni (2020) credita a inovação no serviço público italiano a uma boa governança corporativa, com autonomia gerencial, rotinas mais flexíveis, coordenação com o governo, e uma missão apoiada publicamente. Genin, Tan e Song (2021) perceberam que empresas estatais chinesas submetidas a um planejamento central têm reduzida a sua independência, o que geraria complacência gerencial.

São visões que se contrapõem ao comportamento dos órgãos de controle conforme percebido por autores brasileiros já citados no presente estudo, que indicam uma inflexibilidade e mesmo uma irracionalidade dos controladores no Brasil. Porém, quando confrontado com a realidade essa inflexibilidade não parece tão absoluta assim. Para começar, no serviço público brasileiro são realizadas mais dispensas de licitação do que licitações propriamente ditas, ainda

que o volume financeiro contratado por licitação seja maior. Conforme Foss (2019), no ano de 2017 foram registrados no comprasnet.gov.br, que era então o site de compras do Governo Federal, 20.557 pregões e 60.656 dispensas de licitação, com volume financeiro envolvido nos pregões na casa dos R\$ 18 bilhões e nas dispensas de licitação na casa dos R\$16 bilhões. Tanto em valor quanto (e principalmente) em quantidade de procedimentos, não parece razoável tratar a dispensa de licitação como uma exceção.

E o comportamento dos órgãos de controle não sugere uma oposição intransigente ou sistemática para obstar a realização de dispensas de licitação. Voltando ao Relatório de Avaliação 906185 da Controladoria Geral da União (CGU, 2022), citado por Silva et al (2024), a posição desse órgão de controle parece defender claramente o uso da dispensa de licitação por limite de valor nos casos em que ela seja aplicável, sob o argumento de que a adoção do pregão eletrônico, nesses casos, ocasionaria danos ao erário:

Não obstante, a adoção do pregão eletrônico deve atentar para os custos de transação envolvidos na sua operacionalização, o que denota respeito ao Princípio da Eficiência.

Nesse contexto, o presente relatório demonstrou a ocorrência de pregões deficitários no período analisado e ainda que grande parcela destes poderia ter adotado a dispensa por valor para alcance do objetivo pretendido, o que representaria benefício potencial de R\$ 217.546.406,36. (CGU, 2022, p. 21)

O MANUAL DE COMPRAS DIRETAS DO TCU (TCU, s.d.) parece ir no mesmo sentido, acrescentando que não caberia ao gestor público se contrapor à permissão legislativa para a contratação direta:

Configurada a permissão legislativa de se contratar diretamente, não cabe ao gestor a livre escolha de se realizar ou não o certame licitatório. Ainda que se justifique que a licitação seria o meio mais adequado a resguardar a isonomia e impessoalidade na contratação, cumpre ressaltar que, apesar de viável, o processo licitatório possui um alto custo administrativo (até por ser conhecidamente mais demorado), sendo improvável que a economia a ser obtida seja suficiente para cobri-lo, além de ser um procedimento mais demorado.

Por fim, aprofundando-se a análise, não constitui a licitação um fim em si mesmo, de forma que o dever de licitar precisa ser aplicado em consonância com os demais princípios aplicáveis à Administração, tais como a economicidade, a eficiência, a proporcionalidade e a razoabilidade.

Portanto, para que não afronte outros princípios aplicáveis à gestão pública, deve o administrador, nas hipóteses de dispensa de licitação, selecionar a melhor proposta utilizando-se de outras formas capazes de resguardar a isonomia e a impessoalidade da contratação, tal como a realização de cotação eletrônica, que é uma espécie de pregão eletrônico simplificado. (TCU, s.d., p. 1 e 2).

A cotação eletrônica, ferramenta citada no manual de compras do TCU, conferia isonomia e impessoalidade na contratação ao transformar a dispensa de licitação da Lei nº 8.666/93, exclusivamente para insumos contratados por limite de valor, em um tipo de pregão eletrônico simplificado, inserindo a competitividade entre “licitantes”. Esse mecanismo evoluiu para a ferramenta da dispensa eletrônica, que foi normatizada para a Lei nº 14.133/2021 pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 8 de julho de 2021. Conforme Niebuhr et al (2021),

“trata-se de um meio para ampliar a cotação de preços, estendendo-o para um número expressivo de fornecedores, de maneira rápida e eficaz”.

Se não parece haver uma intransigência intransponível dos órgãos de controle ao uso da dispensa de licitação, e tendo a dispensa eletrônica suprido praticamente todos os princípios da administração pública que devem ser observados em compras e contratações, especialmente os da impessoalidade e da competitividade, por que as dificuldades para a adoção da dispensa de licitação de produtos para pesquisa e desenvolvimento? A familiaridade que os órgãos de controle têm sobre as dispensas de licitação por limite de valor parece estar na base da explicação. Já, conforme observa Cortinhas (2019), os agentes públicos ainda não se sentem seguros para a utilização da dispensa de licitação para pesquisa e desenvolvimento pela “inexistência de vastos precedentes no TCU sobre a aplicação do inciso XXI do artigo 24 da Lei de Licitações e a ausência de manuais explicativos de compras realizadas utilizando esse tipo de dispensa legal”.

2.4 Os agentes públicos e a insegurança jurídica

Conforme Brewer e Walker (2013, apud Jung, Bozeman e Gaughan, 2020), no setor público as regras são tão extensas e restritivas que não há consequências adversas para a má gestão, sendo os resultados pautados pelo medo da mudança e pela expectativa de que qualquer tipo de comportamento “fora da caixa” poderá ser punido. Assim, como uma disfunção da burocracia, o serviço ficaria orientado aos processos e às tarefas, em vez de ter foco nos resultados e nos clientes (MATIAS-PEREIRA, 2012; GOMES e LAPOLLI, 2014 apud LAPOLLI e GOMES, 2017).

Para Lapolli e Gomes (2017) a sobrecarga a que são submetidos os agentes públicos, especialmente os que ocupam cargos de gestão, os quais teriam a maior parte de seu tempo comprometido por tarefas e questões puramente burocráticas, levaria a uma situação de perda dos resultados que os órgãos da administração pública deveriam apresentar em favor da sociedade. A gestão dessas instituições públicas, por sua centralização e rigidez, teria se tornado um fim em si mesma.

Para Batista Júnior e Campos (2014) existe uma cultura de “subserviência” dos agentes públicos aos órgãos de controle, na qual, por receio de punições, os agentes públicos se esconderiam por detrás das normas ou responderiam negativamente, ainda que, na maioria das vezes, tal comportamento acabe se traduzindo em prejuízos desarrazoados para o administrado e resulte na não prestação do serviço público. Isso se configuraria como uma espécie de

condicionamento do agente público ao “não”, pois “o ‘não’ protege o servidor que o disse” (BATISTA JÚNIOR e CAMPOS, 2014).

Conforme Costa e Terra (2019), o agente público atua com um viés de medo de ser punido pelos órgãos de controle caso adote determinadas práticas (baseadas em novas legislações), mesmo que consideradas benéficas, optando por aguardar definições claras dos tribunais de contas para adotá-las ou não. Nesse tipo de situação, em que o agente teme ser punido por tomar a iniciativa, a instituição pública tende a ser menos eficaz (JUNG, BOZEMAN e GAUGHAN (2020).

Com relação à dispensa de licitação para contratação de produtos de pesquisa e inovação, por um lado Cortinhas (2019) observa que inexistem vastos precedentes no TCU sobre o tema, e, por outro lado, Chioato e Lins (2022) apontam que a interpretação prática das leis só se estabelece ao longo de sua aplicação em casos concretos. Considerando a insegurança jurídica do agente público para a utilização dessa nova modalidade de contratação, fecha-se um ciclo negativo. A escassez de casos concretos dificulta que os órgãos de controle consolidem seus entendimentos sobre a nova dispensa de licitação, e a falta de posicionamento dos órgãos de controle gera insegurança na utilização da nova dispensa de licitação pelos agentes públicos.

Outros pontos também parecem importantes. Assumpção (2021) verificou que muitos servidores alegam falta de conhecimento e embasamento técnico para usar as novas possibilidades legais para compras para PD&I. Tal situação parece envolver demandas de geração e difusão do conhecimento. No entanto, considerando a possível tendência de identificar os agentes de compras e contratações como os únicos responsáveis por esse processo de aprendizado, é interessante manter atenção à advertência de Nonaka (2008) de que a responsabilidade pela criação do conhecimento em uma organização não pode ser creditada exclusivamente a um departamento ou grupo de especialistas.

Já Carvalho e Tonelli (2020) abordam a necessidade de se estabelecer uma cultura de inovação, com mudanças em valores, crença e hábitos dos atores envolvidos com a inovação. Para isso eles apontam a necessidade de estabelecer a política institucional para mudança interna para reduzir a resistência dos atores às mudanças ambientais. Os autores parecem apontar, portanto, para a necessidade de atuação das governanças internas das ICTs públicas.

2.5 Governança Pública no Brasil e as contratações para PD&I

O conceito de governança pública surge no contexto das reformas globais na Administração Pública, especialmente no fim do século XX (MARTINS et al, 2022). A governança pública se baseia no conceito de governança aplicado à iniciativa privada, que tem sua gênese, conforme Teixeira e Gomes (2019), da seguinte forma:

Em suma, a governança nasce tendo em vista o distanciamento dos proprietários, da gestão dos seus empreendimentos, com o objetivo primário de alinhar as expectativas dos gestores às dos primeiros, de modo a estabelecer as ações que venham dirigir, monitorar ou controlar as organizações para o alcance dos resultados pretendidos, sendo seus princípios plenamente aplicáveis aos mais diversos tipos de organizações. (TEIXEIRA e GOMES, 2019, p. 524)

Esse problema foi inicialmente identificado por Jensen e Meckling (2008), que nominaram os proprietários da empresa como principal e os gestores por eles contratados como agentes. Por isso, a denominação de problema principal-agente, ou dilema da agência. O dilema da agência, conforme Vieira e Barreto (2019), tem a seguinte dinâmica:

Como o principal *shareholder* ou *stakeholder* não pode supervisionar completamente o agente (gestor), existem riscos de agência (estratégias oportunistas podem ser adotadas pelo agente em detrimento do interesse do principal) e custos de agência (relativos à supervisão dos agentes pelos principais, a prestação de contas dos agentes aos principais e a assimilação das perdas residuais que ainda resultarem das atitudes oportunistas não mitigadas) que são inerentes a essas relações e são comumente observadas não só em sociedades empresárias (corporativa). (VIEIRA e BARRETO, 2019, p. 23)

Na governança pública, conforme o Referencial básico de governança aplicável a organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU (2020), a relação seria similar, com a sociedade (cidadãos) no papel de principal e as autoridades, dirigentes, gerentes e colaboradores do setor público no papel de agentes. A Figura 2 representa esquematicamente a governança pública conforme o Tribunal de Contas da União (TCU):

Figura 2 -Governança Pública



Fonte: Referencial básico de governança aplicável a organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU (2020)

Como pode ser percebido, o modelo adotado pelo TCU estabelece uma dicotomia na Governança Pública, subdividindo-a em governança externa, representada principalmente pelos Órgãos de Controle, e governança interna, representada principalmente pela Alta Administração. O Quadro 1 apresenta os papéis gerais das instâncias públicas de governança conforme o Referencial básico de governança aplicável a organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU (2020):

Quadro 1 - Papéis gerais das instâncias de Governança Pública

Instâncias de Governança	Papel Geral
INSTÂNCIAS EXTERNAS DE GOVERNANÇA	São responsáveis pela fiscalização, pelo controle e pela regulação , desempenhando importante papel para promoção da governança das organizações públicas. São autônomas e independentes, e não se vinculam às organizações que são por elas governadas . Exemplos típicos dessas estruturas são o Congresso Nacional, o Tribunal de Contas da União e os conselhos superiores no Poder Judiciário.
INSTÂNCIAS EXTERNAS DE APOIO À GOVERNANÇA	São responsáveis pela avaliação, auditoria e monitoramento independente e, nos casos em que disfunções são identificadas, pela comunicação dos fatos às instâncias superiores de governança, sejam elas internas ou externas. Exemplos típicos dessas estruturas são as auditorias independentes e o controle social organizado.
INSTÂNCIAS INTERNAS DE GOVERNANÇA	São responsáveis por definir ou avaliar a estratégia e as políticas internas , bem como monitorar a conformidade e o desempenho destas, devendo agir nos casos em que desvios forem identificados. São, também, responsáveis por garantir que a estratégia e as políticas formuladas atendam ao interesse público servindo de elo entre principal e agente . Exemplos típicos dessas estruturas são os conselhos de administração ou equivalentes e a alta administração.
INSTÂNCIAS INTERNAS DE APOIO À GOVERNANÇA	Realizam a comunicação entre partes interessadas internas e externas à administração, bem como auditorias internas que avaliam os processos de governança e de gestão de riscos e controles internos, comunicando quaisquer disfunções identificadas à alta administração. Exemplos típicos dessas estruturas são a ouvidoria, a auditoria interna, o conselho fiscal, as comissões e os comitês (p. ex.: comitê de riscos; comitê de desburocratização; comitês estratégicos).

Fonte: Referencial básico de governança aplicável a organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU (2020)

Apesar do modelo parecer bastante claro e bem definido, a realidade não é tão simples e estática. O estado não é uma empresa, e os papéis de principal e de agente não se encaixam tão facilmente. Por exemplo, conforme Martins, Júnior e Enciso (2018), existe uma dualidade no papel do conjunto dos cidadãos, “sendo este principal e ao mesmo tempo cliente das instituições públicas”.

Caso o conjunto dos cidadãos seja interpretado apenas como principal, interessado exclusivamente na proteção do seu investimento como proprietário do estado (recursos públicos), talvez os seus interesses como cliente das instituições públicas acabem negligenciados. Como os órgãos de controle se dedicam principalmente a fiscalizar, controlar e regular o uso de recursos públicos, e não à garantia de qualidade dos serviços que as instituições públicas precisam entregar para a sociedade, talvez isso gere dificuldades nesses órgãos para perceber os cidadãos no papel de clientes das instituições públicas.

Essa estruturação da governança pública definida pelo Tribunal de Contas da União (TCU), inclusive, não está isenta de críticas. Conforme Martins et al (2022), o modelo do TCU estabelece uma separação nítida entre governança e gestão, com a governança responsável por

estabelecer estratégias e diretrizes, e a gestão por operacionalizar e executar as ações públicas, o que não estaria alinhado com a literatura mais atual sobre o tema, que observa uma maior proximidade entre governança e gestão. Essa rigidez estrutural do modelo de governança do TCU, adotado pelo governo brasileiro através do Decreto nº 9.203/2017 (BRASIL, 2021), coloca o controle como sinônimo de governança (MARTINS et al (2022).

A própria acepção do conceito de governança pública, no entanto, é muito diversa. Teixeira e Gomes (2019), em sua sistematização dos conceitos de governança pública, encontraram na literatura, entre 1996 e 2018, 36 definições diferentes. Os autores, no entanto, entendem que:

Em que pese o grande diálogo acadêmico em torno do conceito de governança pública, tem-se que alguns princípios transitam e dialogam em todos os argumentos apresentados, como, por exemplo, a prestação de contas e a responsabilização dos agentes públicos; a transparência e a credibilidade de informações; as políticas, a gestão e as estruturas públicas eficientes, que legitimem as escolhas públicas e direcionem a atuação do gestor; e, as instituições e os processos de execução da política pública que ajam conforme interesse público. (TEIXEIRA e GOMES, 2019, p. 533)

Ao falar de “estruturas públicas eficientes, que legitimem as escolhas públicas e direcionem a atuação do gestor”, bem como de “instituições e os processos de execução da política pública que ajam conforme interesse público”, os autores estão falando em resultados da gestão pública. Conforme Castro (2006), a inserção do Princípio da Eficiência na Constituição Federal Brasileira (1988), através da Emenda Constitucional 19 (1998), deixou claro que o texto constitucional não se satisfaz apenas com controle, que de outra forma também pode ser traduzido como legalidade, mas exige igualmente resultados.

O próprio Referencial básico de governança aplicável a organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU (2020) é claro sobre esse ponto, estabelecendo a seguinte recomendação:

Por isso, recomenda-se que cada organização observe a natureza do seu negócio, o contexto no qual se encontra inserida, seus objetivos mais relevantes e os riscos a eles associados, e implemente as práticas de governança com formato e nível de complexidade adequados para o alcance daqueles e tratamento destes, de acordo com a sua realidade, evitando a implementação de controles cujos custos superam os possíveis benefícios (art. 14 do Decreto-lei 200/1967).

Nunca é demais lembrar: a governança organizacional tem como objetivo a entrega de resultados às partes interessadas que, no caso das organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU, são representadas principalmente pelos usuários dos serviços, cidadãos e sociedade em geral. (TCU, 2020, p. 22)

O problema, portanto, não parece se localizar na intenção da governança pública definida pelo TCU, mas talvez no modelo burocrático de governança adotado por essa corte de contas que, além de separar governança e gestão, subdivide a própria governança pública em duas partes, governança externa e governança interna, com papéis bastante definidos e excludentes.

Essa rigidez do modelo formulado pelo TCU, centrado no controle, parece uma contradição com as linhas de governança pública adotadas na esteira das reformas do estado. Conforme Martins et al (2022), em que pese a polissemia do termo governança pública, ela surge como agente transformador de modelos rígidos, propondo flexibilidade territorial e circunstancial, adaptabilidade a distintos contextos, e produzindo diferentes usos e sentidos, se constituindo em um instrumento político-relacional.

Já o a governança pública burocrática, adotada pelo TCU, parece mais próxima ao conceito de *compliance* que, nas palavras de Vieira e Barreto (2019), significa estar em conformidade, através do cumprimento rigoroso de regras e concordância com o que é legal. De certa forma, essa desconexão com os princípios da eficiência e da eficácia parece um retorno à administração pública burocrática, no sentido weberiano, que as reformas do estado das décadas de 1980 e 1990 buscaram superar.

Nesse modelo rígido de governança pública adotado no Brasil pode haver desequilíbrios na relação entre essas duas faces da governança pública (externa e interna), com uma se impondo sobre a outra. O fato de o modelo de governança pública ser definido unilateralmente pelo TCU, agente principal da governança externa, já sugere que esse desequilíbrio tende a existir. Se a governança interna não for capaz de assumir adequadamente o seu papel de definir ou avaliar a estratégia e as políticas internas e garantir que a estratégia e as políticas formuladas atendam ao interesse público (TCU, 2020), isso pode resultar em um vácuo que a governança externa busque preencher com controle e regulação no seu sentido mais estrito.

Peregrino (2021) identifica que existem entre os órgãos de controle dissonâncias na interpretação de dispositivos legais. Esse problema seria exacerbado, conforme Batista Júnior e Campos (2014), pela atuação concorrente de diversos órgãos de controle na verificação do cumprimento estrito das normas, o que levaria ao “legalismo estéril”. Guimaraes (2016) entende que a hipertrofia tornou o controle essencialmente burocrático, desprezando seus aspectos finalísticos.

No caso das contratações para PD&I, seria de se esperar que a governança interna das ICTs públicas atuasse para oferecer aos agentes públicos um ambiente mais propício para desenvolver suas atividades. O agente público isoladamente não é parte da governança pública, ele é sujeito da governança pública e lhe deve reverência. Nessa posição, caso a voz da governança pública seja apenas a dos órgãos de controle (governança externa), só restará ao agente público sujeitar-se a ela.

No caso da Lei nº 13.243/2016, cabe a cada ICT se preparar institucionalmente para usufruir e aplicar as possibilidades trazidas por esse marco legal, de acordo com suas especificidades, para alcançar uma estrutura que absorverá a inovação (CARVALHO e TONELLI, 2020). Para Cortinhas (2019):

Ainda, em que pese toda a legislação que abarca as compras públicas no Brasil, cada instituição possui autonomia para ratificar dentro de seus processos internos as obrigações trazidas pelos marcos legais vigentes. Esta internalização das normas é uma etapa importante dentro deste tema, pois a partir da publicação de instruções ou portarias internas cada organização pública ratifica o uso das normas legais, padroniza seus processos e melhora a gestão de seus processos de compras. (CORTINHAS, 2019, p. 34)

Esse posicionamento poderia trazer um maior equilíbrio entre governança interna e externa, para a obtenção de resultados mais expressivos nas atividades de PD&I em ICTs públicas. Porém, parece haver alguma dificuldade na alta gestão das ICTs públicas em assumir esse papel de balizador da governança pública em relação aos resultados esperados da PD&I, o que parece ainda mais grave frente a ação voluntariosa e excessiva dos órgãos de controle sobre essas atividades. A respeito do tema, Peregrino (2021) diz o seguinte:

Enfim, se temos enormes dificuldades para entender as regras do jogo, por que alguns se julgam na posição de formuladores de regras para o jogo? Uma tentativa de entender o cenário atual é que, no Brasil, a burocracia e o controle da atividade criativa tornaram-se “um fim em si mesmo”, assumindo o mesmo grau de importância ou o mesmo protagonismo dos controlados. Nesse ambiente, controlar a ciência ficou tão importante quanto o fazer ciência. (PEREGRINO, 2021, p.16)

Com a baixa eficiência dos processos em apoio às atividades de PD&I em ICTs públicas, no que as contratações de produtos para P&D se destacam, uma opção seria incentivar a iniciativa privada a liderar os esforços brasileiros para inovação e desenvolvimento tecnológico. Ações veem sendo tentadas com o propósito de incentivar o capital privado a assumir papel mais relevante no desenvolvimento da CT&I no Brasil, como os exemplos da Lei de Informática (BRASIL, 1991) e da Lei do Bem (BRASIL, 2005), através de incentivos fiscais para que empresas brasileiras invistam em pesquisa e desenvolvimento.

Porém, conforme Mazzucato (2014), um ambiente nacional de inovação e empreendedorismo forte e dinâmico precisa de um estado forte e dinâmico atuando, induzindo e financiando a inovação e o empreendedorismo, especialmente no desenvolvimento de novas tecnologias que envolvem alto grau de incerteza, que têm uma possibilidade não estimável de fracasso e exigem esforço de longo prazo, situação que afasta o capital de risco privado (que só atua em uma perspectiva mais clara de retorno) e, portanto, é fortemente dependente do apetite de risco público. Uma governança pública centralizada e de caráter burocrático, preocupada principalmente com a conformidade da aplicação dos recursos públicos, não parece muito alinhada com essa necessidade de apetite de risco.

Em que pese esse desalinhamento, os órgãos de controle têm apresentado iniciativas para tentar amenizar o problema. O TCU, em associação com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e com apoio do Instituto Tellus, criou a plataforma de Compras Públicas para Inovação – CPIN (ABDI; TCU; BRASIL; TELLUS, 2022). Essa iniciativa, no entanto, pouco abordou a dispensa de licitação para contratação de produtos para P&D.

Já a Advocacia Geral da União (AGU), através da Câmara Permanente de Ciência, Tecnologia e Inovação (CP-CT&I) e da Equipe Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (e-CT&I), vem envidando esforços para dar mais segurança jurídica aos gestores e servidores públicos federais nos processos de apoio às atividades de PD&I, mas, no que se refere à dispensa de licitação para Contratação de Produtos para P&D, mantém no seu portal na WEB o Parecer n. 00002/2019/CP-CT&I/PGF/AGU (AGU/2019.2), e a “minuta padrão de contrato para aquisição de produtos ou contratação de serviços para pesquisa e desenvolvimento” (AGU/2019.1), ainda sob a égide da Lei nº 8.666/93 (BRASIL, 1993), que perdeu sua vigência em 2023. Até outubro/2024, a AGU ainda não emitiu novo parecer e minuta contratual para contratações de PD&I nos termos da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (BRASIL, 2021).

Um ponto a ser ressaltado, no entanto, é que, em que pese as críticas ao modelo de governança pública adotado no Brasil e o comportamento dos órgãos de controle, o fato é que as opções para conferir maior agilidade e flexibilidade às contratações públicas para pesquisa e desenvolvimento fazem parte do ordenamento jurídico brasileiro, estando alinhadas com o texto constitucional, e, portanto, não deveriam encontrar óbice na governança pública, mesmo essa tendo caráter marcadamente burocrático.

2.6 Dissonância Governativa: um conceito para melhor definir o problema

O painel “Resultados do TCU” (TCU, s.d.) parece reforçar a percepção de que essa corte de contas, que é o principal órgão de controle federal, tem dificuldade em perceber os cidadãos no papel de usuários das instituições públicas, e que atuaria sob a ótica de representante da sociedade no papel de principal. Os resultados apresentados no painel se referem a recuperação ou impedimento de aplicação inadequada de recursos, aplicação de multas e punição de agentes. Não há no painel qualquer métrica que correlacione a atuação do TCU à eficiência das instituições públicas nos serviços prestados à sociedade.

Guimarães (2016), abordando o que ele nominou de culto ao controle, adverte que “disseminou-se a compreensão de que quanto mais controle, melhor, como se a dose de controle fosse indiferente ao bom funcionamento do aparelho administrativo”. Sobre a mesma questão, Campana (2017) diz o seguinte:

Na verdade, no cenário atual, é possível afirmar que esse intrincado excesso de controle dos agentes públicos e o aumento da burocracia estatal configuram umas das principais causas da ineficiência não só do próprio sistema de fiscalização da Administração Pública, mas como de sua própria atuação ordinária, mostrando-se oportuno abordá-los individualmente. (CAMPANA, 2017, p. 193 e 194)

No caso das empresas privadas, esse descasamento entre controle e resultado é mais facilmente percebido. Conforme Batista (2012), organizações privadas, para sobreviver, se preocupam constantemente em ser mais competitivas, o que não acontece com organizações públicas. Ainda que, conforme Teixeira et al (2019), a administração pública não deva visar o lucro, “mas a melhor aplicação dos recursos públicos para o progresso da qualidade de vida da sociedade”, isso pode ser problemático em um ambiente em que a visão do controle predomine. Uma empresa privada ineficiente, no limite, vai à falência. Uma instituição pública ineficiente pode se perpetuar.

Talvez isso leve os controladores a uma situação identificada por Leonard-Barton (1998) como cristalização do conhecimento. Conforme a autora, algumas empresas privadas, por apego a êxitos do passado, acabam resistindo a novos conhecimentos e entrando em declínio. Numa visão adaptada ao serviço público, a cristalização do conhecimento não decorreria de apego a êxitos do passado, mas de uma visão distorcida da conformidade e controle de recursos como missão primordial da administração pública, não importando os resultados, até porque resultados ruins não inviabilizam a sobrevivência das instituições públicas.

Seria uma situação em que, por caminho oblíquo, a instituição pública se enquadraria em duas atividades inibidoras do saber identificadas por Leonard-Barton (1998): a *Incapacidade de inovar utilizando novos instrumentos e métodos*, que se manifesta como resistência ou incapacidade de integrar nos processos organizacionais novas tecnologias e/ou metodologias, e a *Experimentação limitada*, que se manifesta como dificuldade em conceber experiências com conhecimentos técnicos diferentes. As dificuldades para aproveitar o potencial das inovações trazidas pelo marco legal da CT&I parecem apontar a presença dessas duas atividades inibidoras do saber.

Tudo isso pareceria suficiente para concluir que os problemas da ineficiência nas contratações de produtos para pesquisa e desenvolvimento seriam totalmente decorrentes do comportamento distorcido do controle, mas, como visto em outros tipos de dispensa de licitação, notadamente nas por limite de valor, os controladores não assumem necessariamente uma postura refratária em relação às compras diretas, podendo mesmo atuar como incentivadores.

Parece haver, portanto, uma questão de fundo na relação entre os agentes que compõem o sistema complexo de compras públicas. Olhando exclusivamente a relação entre os agentes responsáveis pelas contratações de produtos para pesquisa e inovação e os controladores, parece perceptível algum grau de acomodação: o comprador não usa a nova dispensa de licitação, evitando assim qualquer risco, e o controlador não se ocupa na análise dessa nova possibilidade legal. É uma forma alternativa de ver a lacuna apontada por Chioato e Lins (2022), só que em um viés de conforto negativo.

Esse tipo de situação parece levar à “generalização de um comportamento ‘mediano’, resignado, de baixo perfil, onde o mais prudente talvez seja não ousar, se esconder por detrás das normas internas e diretrizes, ou até não fazer nada” (BATISTA JÚNIOR e CAMPOS, 2014). Ou seja, o problema não decorreria apenas do controle, mas também de um condicionamento do agente público a não experimentar algo novo.

Mas não são só esses atores que participam do sistema complexo de compras públicas. Os pesquisadores, por exemplo, parecem ter seus projetos de pesquisa diretamente afetados por essa acomodação entre compradores e controladores. Porém, conforme Assumpção (2021), além do receio dos agentes de compras em utilizar dispensa para P&D, há o desconhecimento dos pesquisadores sobre as novas possibilidades legais. Eles não teriam como cobrar pelo que desconhecem. Dessa forma, parece haver, também, uma lacuna de conhecimento, que talvez alcance a alta gestão da ICT pública, alienando-a do processo.

Essa possível alienação da alta gestão da ICT pública pode ter peso importante no problema. Conforme Carvalho e Tonelli (2020), cabe às ICTs públicas se prepararem institucionalmente para usufruírem das novas possibilidades inseridas pelo Marco Legal da Ciência e Tecnologia. A alta gestão da ICT pública (governança interna) é parte integrante da governança pública, e precisa cumprir seu papel, sob o risco de a governança pública ser monopolizada pelos órgãos de controle (governança externa). Essa relação disfuncional entre os agentes envolvidos no sistema de contratações públicas de produtos para pesquisa e

desenvolvimento parece criar resistência à mudança pretendida pelo Marco Legal da CT&I, conforme Figura 3:

Figura 3 - Fatores de Resistência à Mudança



Fonte: autoria própria.

Considerando o Referencial básico de governança aplicável a organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU (2020), não parece forçado inferir que caberia à Alta Gestão da ICT pública atuar como elo entre o principal (cidadãos através da representação dos órgãos de controle) e os agentes (compradores e pesquisadores), para garantir que a instituição atenda ao interesse público (necessidades dos cidadãos na condição de cliente das instituições públicas). Mas talvez essa função da Alta Gestão não esteja sendo cumprida da melhor forma em parte das ICTs públicas.

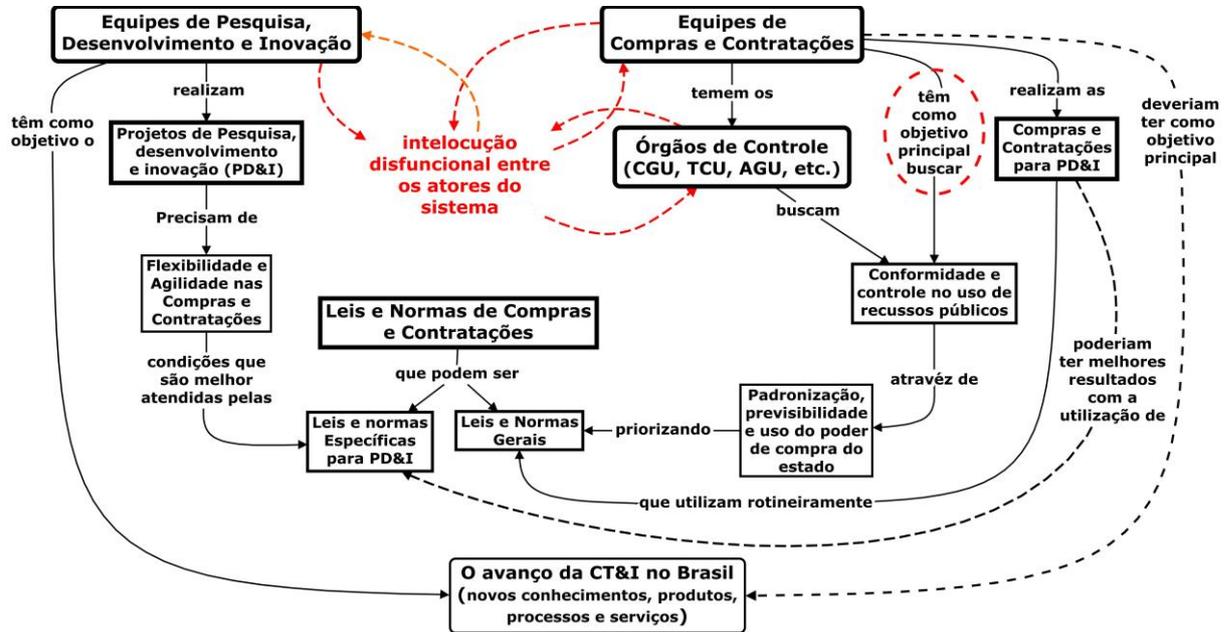
A dissonância percebida por Peregrino (2021), portanto, parece não decorrer só da relação conturbada entre os diversos controladores, mas também na passividade e alienação dos controlados. Para Costa e Terra (2019), a falta de uma governança adequada faz com que as compras públicas não se alinhem com às necessidades da organização e não contribuam para o alcance das metas, resultados institucionais, políticas públicas e para o desenvolvimento sustentável. Conforme os autores:

A insegurança imposta ao tomador de decisões, que muitas vezes atua imbuído por um viés de “medo”, pode inibir as práticas inovadoras, bem como fazer com que o entendimento de uma compra bem-sucedida seja referente ao atendimento das exigências dos órgãos de controle, distorcendo o objetivo das compras. (COSTA e TERRA, 2019, p. 99 e 100)

O problema, portanto, parece envolver várias dimensões: o comportamento opressivo e difuso do controle; a insegurança jurídica dos agentes públicos de compras; a falta de conhecimento do procedimento legal pelos pesquisadores; e a alienação da alta gestão das ICTs

públicas no seu papel de governança interna. Isso estaria gerando um comportamento desviante dos compradores nas contratações de produtos para pesquisa e desenvolvimento, conforme Figura 4:

Figura 4 - Dissonância Governativa



Fonte: autoria própria.

A Figura 4 mostra o que seria o resultado da interlocação disfuncional entre os agentes do sistema, que provocaria um desvio comportamental nas equipes de compras e contratações, que ao invés de se alinharem com o objetivo principal da ICT pública, o avanço da CT&I no Brasil, se ocupariam em tentar atender ao que pareceria ser o objetivo principal almejado pelos órgãos de controle.

Dessa forma, em lugar de buscarem maior eficiência e eficácia no atendimento das necessidades dos projetos de pesquisa e desenvolvimento, utilizando as possibilidades legais mais adequadas a esse objetivo, se perderiam em uma busca irracional por conformidade e controle, frustrando os resultados almeçados pela sociedade. Essa visão limitada do processo, com a busca obstinada e acrítica pelo cumprimento de parâmetros e padrões descolados da realidade da CT&I, mesmo frente a condições objetivas (nova legislação) que deveriam permitir resultados mais adequados, parece alinhada com o tipo de resistência que, conforme Stermann (2006), surgiria de modelos mentais estáticos, estreitos e reducionistas.

Para Senge (2018), esse tipo de resistência decorre das ameaças às normas e formas tradicionais de fazer as coisas. Seria um processo de equilíbrio, onde sistema resistiria para

manter o *status quo*. Como nesse tipo de situação parece não estar acontecendo nada, identificar a fonte do problema, por si só, é um grande desafio.

Tentando evitar o estreitamento do modelo mental do problema observado, propor um conceito para definir mais precisamente o problema parece um exercício interessante. A ideia de Dissonância Governativa é uma analogia ao conceito de Governança Cognitiva proposto por Festinger (1975), que aborda o sofrimento psicológico em decorrência da “existência de relações discordantes entre cognições”. Abaixo segue uma interpretação do conceito de Festinger (1975) e sua adaptação para o universo da Governança Pública:

- **Dissonância Cognitiva:** sofrimento decorrente do desalinhamento psicológico em função da incapacidade de racionalização para conciliação entre cognições conflitantes.
- **Dissonância Governativa:** sofrimento decorrente do desalinhamento institucional em função da incapacidade de racionalização para conciliação da governança externa com a governança interna.

A dissonância cognitiva pode decorrer de cognições conflitantes, como o de um diabético que quer resguardar sua saúde, mas ao mesmo tempo quer comer doces, e sofre ao comer doces porque sabe que está prejudicando a própria saúde, ou de cognições não necessariamente conflitantes, como o de um homem que quer ser um bom pai e sabe que para isso precisa ser presente na criação de seus filhos, mas, por outro lado, sabe também que precisa de dinheiro para dar uma boa condição de vida a sua família.

Se não conseguir um bom equilíbrio entre essas cognições, ele pode assumir o papel do pai provedor, negligenciando a criação de seus filhos, o que levaria ao sofrimento psicológico e a resultados ruins no plano familiar. Esse conflito irracional entre posições igualmente válidas é o que parece acontecer na dissonância governativa, e o resultado é que recursos importantes, materiais e humanos, acabam desperdiçados pela ineficiência.

Observando a Figura 4, um dos agentes que deveria compor o sistema não aparece. No caso, a alta gestão, ou governança interna. Isso decorre da percepção de que esse agente se encontra alienado do processo de dispensa de licitação para contratação de produtos para P&D. Porém, como será visto no levantamento sobre as universidades públicas federais, pelo menos em parte das ICTs a governança interna parece estar atuando para romper o sistema de equilíbrio. É com base na observação desses casos que se buscou um melhor entendimento do papel que a governança interna pode desempenhar.

2.7 Hipóteses

Com base da revisão de literatura, construiu-se as seguintes hipóteses para um melhor direcionamento da pesquisa para o cumprimento dos objetivos propostos na tese:

1. A falta de ação da governança interna das ICTs públicas é determinante para a baixa utilização da dispensa de licitação para contratações de produtos para PD&I.
2. O posicionamento formal da governança interna das ICTs públicas pode afetar positivamente o uso da dispensa de licitação para contratação de produtos para PD&I.

3 Materiais e Métodos

A pesquisa teve enfoque metodológico qualitativo com natureza explicativa, ao buscar a identificação dos fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência do fenômeno (GIL, 2002). Mas também se caracterizou como exploratória, pois teve “como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses” (GIL, 2002).

A pesquisa se baseou em dados sobre dispensas de licitação para contratação de produtos para pesquisa e desenvolvimento, realizadas no ano de 2023, extraídos do Painel de Compras do Governo Federal (BRASIL – Painel de Compras do Governo Federal, s.d.) e do Portal de Compras do Governo Federal (BRASIL – Portal de Compras do Governo Federal, s.d.), e no levantamento de documentos orientadores sobre a dispensa de licitação para contratação de produtos para P&D nos portais da Internet de todas as universidades públicas federais brasileiras. Esses dados foram cruzados para identificar se a presença de documentos orientadores influencia positivamente na utilização da dispensa de licitação para contratação de produtos para P&D.

Esse recorte da pesquisa para as universidades públicas federais se constituiu em um estudo de caso que, conforme Yin (2015), “investiga um fenômeno contemporâneo (o ‘caso’) em seu contexto no mundo real, especialmente quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto puderem não estar claramente evidentes”. As características semelhantes entre as universidades públicas federais, mas com independência de gestão entre elas, tornou o estudo de caso interessante, pois permitiu inferir se diferenças nos posicionamentos internos dessas instituições tiveram efeito no fenômeno estudado. O fato de ser um grupo de instituições facilmente quantificável, que respondeu por quase a metade das dispensas de licitação para contratação de produtos para pesquisa e desenvolvimento realizadas no ano de 2023, também foi importante, pois ofereceu uma amostra consistente.

Com o resultado desse cruzamento de dados, e sob a perspectiva de que a interação entre os agentes envolvidos no sistema complexo que envolve as contratações para pesquisa e desenvolvimento em ICTs públicas tem influência na tomada de decisão sobre a modalidade de contratação que será adotada para cada compra em apoio aos projetos de pesquisa, o estudo propôs um modelo conceitual de tomada de decisão, do tipo racional, para apoiar na seleção da modalidade de contratação com maior potencial de eficiência e eficácia na provisão de condições materiais para o desenvolvimento das atividades de P&D.

Conforme Lousada e Valentim (2011), o modelo racional de tomada de decisão é altamente sistematizado e estruturado, com regras e procedimentos pré-definidos, que devem ser seguidos para que se possa atingir um bom resultado e, portanto, é o mais coerente com estruturas organizacionais altamente burocráticas com diretrizes organizacionais definidas através de regras formais, como é o caso das instituições públicas brasileiras.

Pereira, Lobler e Simonetto (2010) indicam uma subdivisão no modelo racional de tomada de decisão. O primeiro tipo seria o modelo de racionalidade ilimitada e o segundo tipo seria o modelo de racionalidade limitada. Conforme Simon (1979, apud PEREIRA, LOBLER e SIMONETTO, 2010), a racionalidade ilimitada exigiria um conhecimento completo e antecipado das consequências resultantes de cada opção, o que permitiria soluções ótimas, o que, no entanto, estaria além dos limites da capacidade humana.

Conforme Simon (1979, apud PEREIRA, LOBLER e SIMONETTO, 2010), além de as consequências estarem no futuro, o decisor, sendo humano, é incapaz de assimilar a infinidade de informações que envolve o problema a ser resolvido, e de apreender todas as possibilidades de decisão disponíveis, o que leva ao modelo de racionalidade limitada. Nesse segundo modelo (racionalidade limitada), adotado no presente estudo, a meta deixa de ser a solução ótima, já que fora da capacidade humana de perfeita antecipação de resultados, e passa a ser a da escolha entre opções suficientemente boas. Conforme March e Simon (1967, apud PEREIRA, LOBLER e SIMONETTO, 2010), o processo de tomada de decisão envolveria 3 fases principais:

- 1) Identificar ocasiões para tomar uma decisão.
- 2) Identificar possíveis cursos de ação e escolher dentre eles.
- 3) Avaliar as escolhas passadas.

O modelo conceitual proposto buscou atender a essas 3 fases da tomada de decisão, além de criar oportunidades de aprendizado para uma melhor conciliação entre a missão da governança interna (o avanço da CT&I no Brasil) e a perspectiva da governança externa (conformidade e controle no uso de recursos públicos). O modelo busca harmonizar e estabilizar a relação entre os agentes que compõem o sistema complexo que envolve as compras públicas para pesquisa e desenvolvimento, se estruturando estritamente dentro dos limites da legislação (Constituição Federal e Lei nº 14.133/2021) e conforme as boas práticas de governança estabelecidas pelo TCU (2020).

Para facilitar a compreensão do modelo proposto, e sua eventual adoção pelas ICTs públicas, foi utilizada no desenho do modelo a notação BPMN (Business Process Model and Notation), amplamente conhecida pela comunidade científica e utilizada na Administração Pública Federal, conforme METODOLOGIA DE GOVERNANÇA DE PROCESSOS (ANPD, 2024).

3.1 Extração de dados por interfaces de programação de aplicativos públicas

O Painel de Compras do Governo Federal compila as informações sobre compras e contratações do Governo Federal, em todas as modalidades de licitação ou compra direta. O Portal de Compras do Governo Federal é mais amplo, porque nele está inserido o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), que integra informações de compras e contratações públicas de todas as esferas de governo (federal, estadual e municipal). O PNCP foi estabelecido pelo Art. 174 da Lei nº 14.133/2021, e é de adoção obrigatória.

Acessar os dados, no entanto, não é tão simples. As interfaces de usuário dos dois portais oferecem opções limitadas para a geração de relatórios, os quais não oferecem um conjunto de informações que permitiria análises mais direcionadas, como a sobre dispensas de licitação para contratação de produtos para pesquisa e desenvolvimento. Essas informações estão disponíveis nesses portais, mas pelas interfaces só seria possível consultá-las uma a uma, o que não seria factível.

Felizmente foram disponibilizadas interfaces de programação de aplicativos, ou API, do termo em inglês *Application Programming Interface*, que permitem a extração de dados desses portais em padrões que melhor atendem a interesses específicos de pesquisa. A programação a partir dessas APIs para atendimento a algumas finalidades de pesquisa, no entanto, apresentam desafios que exigem uma programação mais robusta.

Foi identificada uma dificuldade na extração dos dados através das APIs, pois os sistemas apresentavam instabilidades que impediam a conclusão adequada da extração dos dados. Por isso, em colaboração com Filipe da Cruz Ribeiro¹, Thiago Barros Murari² e José Garcia Vivas Miranda³ e Josiane Dantas Viana Barbosa⁴, foram desenvolvidos softwares para filtrar e

¹ Graduando no Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia

² Professor Doutor no Centro Universitário SENAI CIMATEC

³ Professor Doutor no Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia

⁴ Professora Doutora no Centro Universitário SENAI CIMATEC

armazenar os dados. Esses softwares estão detalhados no GitHub, na página eletrônica https://github.com/filipe7788/compras_classificacao, e estão mais bem descritos no artigo THE USE OF APIs FOR ACCESS TO INFORMATION AS A TOOL FOR ANALYSIS OF PUBLIC POLICIES IN THE PURCHASE AND CONTRACTING RESEARCH INPUTS (RIBEIRO et al, 2024).

Para a extração de dados do Painel de Compras do Governo Federal, foi utilizada a API de Compras Sem Licitação do Governo Federal (BRASIL – Portal de Compras do Governo Federal, s.d.), que permite a extração de dados das compras sem licitação, os quais foram gerados na forma de planilha Excel. A partir da planilha gerada, foi possível restringir os dados para as dispensas de licitação para contratação de produtos para pesquisa e desenvolvimento no ano de 2023. Os dados, no entanto, têm limitações, já que a API só conseguiu acessar essas dispensas de licitação realizadas com base na Lei nº 8.666/93, e no âmbito do Governo Federal.

No Anexo 1 deste estudo, estão os dados filtrados através da API de Compras Sem Licitação do Governo Federal, porém já selecionados e refinados considerando as dispensas de licitação realizadas por ICTs públicas federais com base no inciso XXI, do Art. 24, da Lei 8.666/93 no ano de 2023. Essa API extraiu os dados de todas os tipos de dispensas de licitação realizadas por órgão e entidades da Administração Pública Federal e em anos diferentes (2020 a 2023), o que resultou na identificação de 11.405 desses processos de compras. Os dados brutos poderão ser acessados utilizando a página eletrônica https://github.com/filipe7788/compras_classificacao.

Para a extração de dados do Portal de Compras do Governo Federal, foi utilizada a API do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) (BRASIL - Portal de Compras do Governo Federal, s.d.), que permite o direcionamento específico para o tipo de dados que se pretende consultar, que no caso do presente estudo foram as dispensas de licitação para contratação de produtos para pesquisa e desenvolvimento. Os dados extraídos, também em formato de planilha Excel, não são restritos ao governo federal, abrangendo estados e municípios e até fundações de apoio (de caráter privado e sem fins lucrativos). Por outro lado, só filtrou as dispensas de licitação realizadas com base na Lei nº 14.133/2021.

No Anexo 2 deste estudo, estão os dados filtrados através da API do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), porém já selecionados e refinados considerando as dispensas de licitação realizadas por ICTs públicas com base na alínea c, do inciso IV, do Art. 75, da Lei

14.133/2021 no ano de 2023. Os dados brutos também poderão ser acessados utilizando a página eletrônica https://github.com/filipe7788/compras_classificacao.

Como no ano de 2023 tanto a Lei nº 14.133/2021 quanto a Lei nº 8.666/93 estavam vigentes, os dados extraídos a partir das duas APIs assumiram um caráter de complementariedade, embora com uma lacuna importante, já que não foi possível verificar se nas esferas dos estados e municípios aconteceram dispensas de licitação para contratação de produtos para P&D com base na Lei nº 8.666/93. De toda forma, para o presente estudo, a amostra é satisfatória, inclusive porque foi adotado o estudo de caso sobre as universidades públicas federais, que foram enquadradas nas duas APIs.

Os dados brutos foram disponibilizados em planilhas de Excel, o que permitiu tratá-los conforme o interesse da pesquisa. Do ponto de vista numérico, através da API de Compras Sem Licitação do Governo Federal, foram identificadas, no ano de 2023, 126 dispensas de licitação para pesquisa e desenvolvimento realizadas por 29 ICTs, todas baseadas na Lei nº 8.666/93. Já através da API do Portal Nacional de Contratações Públicas, foram identificadas 1.516 dessas dispensas de licitação realizadas por 65 ICTs, todas pela Lei nº 14.133/2021. Integrando essas informações, chega-se a um total de 1.642 dispensas de licitação realizadas por 81 ICTs.

Para melhor visualização, as ICTs foram subdivididas em 6 categorias: universidades públicas federais, outras instituições públicas federais, universidades públicas estaduais, outras instituições públicas estaduais, fundações de apoio (de caráter privado) e outros. Foram identificadas na extração de dados um total de 31 ocorrências de universidades públicas federais, porém com 5 repetições da UTFPR – Universidades Tecnológica Federal do Paraná (campus de Medianeira, Ponta Grossa, Cornélio Procópio, Pato Branco e Curitiba), conforme Tabela 5:

Tabela 5 - Dispensas P&D por universidades públicas federais em 2023

estado	unidadeOrgao	quant_14.133	quant_8.666	quant_tot
Paraná	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	378	1	379
Goiás	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	65	5	70
Rio Grande do Sul	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	67	0	67
Minas Gerais	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	60	0	60
Rio Grande do Sul	UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	42	14	56
São Paulo	MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO/SP	31	1	32
Rio Grande do Sul	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	31	0	31
Rio Grande do Sul	UFRS-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RS/RS	1	16	17
Rio Grande do Sul	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	1	12	13
Distrito Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUB	0	12	12
São Paulo	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	11	1	12
Paraná	UTFPR - CAMPUS MEDIANEIRA	12	0	12
Paraná	UNIVERSIDADE FED. DA INTEGR. LATINO-AMERICANA	6	3	9
Minas Gerais	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA/MG	0	7	7
Bahia	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA-UF/BA	6	0	6
Paraná	UTFPR - CAMPUS PONTA GROSSA	6	0	6
Minas Gerais	UNIV.FED.DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	5	0	5
Rio Grande do Sul	UNIVERSIDADE FED. DE CIENCIAS DA SAUDE/RS	0	5	5
Espírito Santo	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO/ES	0	5	5
Paraná	UTFPR - CAMPUS CORNÉLIO PROCÓPIO	4	0	4
Santa Catarina	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	2	0	2
Goiás	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALAO	2	0	2
Paraná	UTFPR - CAMPUS PATO BRANCO	2	0	2
Minas Gerais	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	0	1	1
Alagoas	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	1	0	1
Rio Grande do Norte	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	1	0	1
Minas Gerais	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO	0	1	1
Paraná	UTFPR - CAMPUS CURITIBA	1	0	1

Fonte: autoria própria.

Esse primeiro grupo de ICTs, além de uma maior homogeneidade, já que são todas universidades públicas federais, também oferece uma visão interessante da utilização da dispensa de licitação para contratação de produtos para pesquisa e desenvolvimento nas diversas regiões do país, onde é possível notar uma utilização destacada no Sul (todos os 3 estados da região e em 14 universidades ou campus diferentes), menos evidente no Sudeste (Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo, em 8 universidades), baixa no Centro-Oeste (Goiás e Distrito Federal, em 3 universidades diferentes), ainda mais discreta no Nordeste (Alagoas e Bahia, em 2 universidades), e nenhuma utilização no Norte.

No grupo formado por outras instituições públicas federais, a heterogeneidade é muito maior, com fundações, institutos, centros de pesquisa, hospitais etc., conforme Tabela 6:

Tabela 6 - Dispensas P&D por outras instituições públicas federais em 2023

estado	unidadeOrgao	quant_14.133	quant_8.666	quant_tot
Distrito Federal	CNPQ - ADMINISTRACAO CENTRAL	250	0	250
Rio de Janeiro	OBSERVATORIO NACIONAL - RJ	13	7	20
São Paulo	INSTIT.NAC.DE PESQ.ESPACIAIS-S.J.CAMPOS - MCT	1	14	15
Rio de Janeiro	DIRETORIA DE PESQUISA E ESTUDOS DE PESSOAL	12	0	12
Rio de Janeiro	CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL - CETEM - RJ	7	1	8
Rio de Janeiro	CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FISICAS	0	7	7
Paraíba	EMBRAPA ALGODAO/CAMPINA GRANDE/PB	4	0	4
Pernambuco	CENTRO REG. DE CIENCIAS NUCLEARES DO NORDESTE	3	0	3
Pernambuco	CENTRO DE TECNOLOGIAS ESTRATÉGICAS DO NORDEST	1	1	2
Minas Gerais	CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA - MG	0	2	2
Rio Grande do Sul	INST.FEDERAL DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA	0	2	2
Distrito Federal	AGENCIA ESPACIAL BRASILEIRA	1	0	1
Rio de Janeiro	CENTRO DE INFOR. CIENTIFICAS E TECNOLOGICA	0	1	1
Amazonas	CENTRO DE PESQUISA LEONIDAS MARIA DEANE - AM	1	0	1
Amazonas	EMBRAPA AMAZONIA OCIDENTAL/MANAUS/AM	1	0	1
Paraná	EMBRAPA FLORESTAS/COLOMBO/PR	1	0	1
Rio Grande do Sul	EMBRAPA UVA E VINHO/BENTO GONÇALVES/RS	1	0	1
Pernambuco	FUNDACAO JOAQUIM NABUCO / MEC / PE	1	0	1
Rio de Janeiro	FUNDACAO OSWALDO CRUZ/RJ	0	1	1
Rio de Janeiro	HOSPITAL CENTRAL DO EXERCITO/RJ	1	0	1
Minas Gerais	INST.FED.DE EDUC.,CIÊNC.E TEC.DO NORTE DE MG	0	1	1
Rio de Janeiro	INST.NAC.DE METROLOGIA QUALIDADE E TECNOLOGIA	1	0	1
Rio de Janeiro	INSTITUTO NACIONAL DO CANCER - RJ	0	1	1
Rio Grande do Sul	LABORATÓRIO FEDERAL DE DEFESA AGROPECURIO/RS	1	0	1
Rio de Janeiro	LABORATORIO NAC. DE COMPUT. CIENTIFICA-RJ	0	1	1
Minas Gerais	LABORATORIO NACIONAL DE ASTROFISICA - MG	0	1	1
Rio de Janeiro	MCT-INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA-RJ	0	1	1
Rio de Janeiro	MEC-CEFET-CENT.FED.ED.TEC.CELSO S.FONSECA/RJ	0	1	1

Fonte: autoria própria.

O terceiro grupo, o das universidades públicas estaduais, apresenta uma distribuição territorial restrita, e que merece um estudo específico, já que há uma grande prevalência de universidades do Estado do Paraná, conforme Tabela 7:

Tabela 7 - Dispensas P&D por universidades públicas estaduais em 2023

estado	unidadeOrgao	quant_14.133	quant_8.666	quant_tot
Paraná	UNESPAR - Universidade Estadual do Paraná	118	0	118
Paraná	UEM - Universidade Estadual de Maringá	66	0	66
Paraná	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÉ - UEM	47	0	47
Paraná	UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro-Oeste	40	0	40
Paraná	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA/PR	34	0	34
Paraná	UENP - Universidade Estadual do Norte do Paraná	24	0	24
Paraná	UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa	23	0	23
Paraná	Univ Estadual do Oeste do Paraná - Cascavel	20	0	20
Paraná	Univ Estadual do Oeste do Paraná - Francisco Beltrão	18	0	18
Paraná	UNIVERSIDADE EST OESTE DO PARANA (REITORIA)	17	0	17
Paraná	Univ Estadual do Oeste do Paraná - Toledo	16	0	16
Ceará	FUNDACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARA	6	0	6
Mato Grosso	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO	4	0	4
Santa Catarina	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CARARINA Centro de Ciências Agroveterinária - Lages	3	0	3
Paraná	Univ Estadual do Oeste do Paraná - Reitoria	3	0	3
Santa Catarina	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CARARINA Centro de Ciências Tecnológicas - Joinville	1	0	1

Fonte: autoria própria.

Essa prevalência no Estado do Paraná, quando cotejada com a grande concentração de universidades públicas federais nos estados da região Sul do Brasil, parece sugerir a existência de algum fator que facilite a adoção da dispensa de licitação para contratação de produtos para pesquisa e desenvolvimento por universidades públicas dessa região. No grupo de outras instituições públicas estaduais, embora também seja perceptível uma prevalência da região Sul, a pequena quantidade de ICTs identificada não permite maiores especulações, conforme Tabela 8:

Tabela 8 - Dispensas P&D por outras instituições públicas estaduais em 2023

estado	unidadeOrgao	quant_14.133	quant_8.666	quant_tot
Paraná	IDR - Inst de Desenv Rural do Paraná - IAPAR-EMATER	2	0	2
Espírito Santo	INST.CAPIXABA DE PESQ.ASSIST.TÉC.E EXT.RURAL	1	0	1
Paraná	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL/PR	1	0	1
Mato Grosso	SECRET DE ESTADO DE CIÊNC. TECNOL E INOVAÇÃO	1	0	1

Fonte: autoria própria.

Tivemos ainda a identificação de 3 fundações de apoio (de caráter privado), que apesar de não serem instituições propriamente públicas, transacionam com recursos públicos, seguem alguns procedimentos para compras e contratações similares aos das instituições públicas, e têm suas contratações registradas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme Tabela 9:

Tabela 9 - Dispensas P&D por fundações de apoio em 2023

estado	unidadeOrgao	quant_14.133	quant_8.666	quant_tot
Rio de Janeiro	FIOTEC - FUND PARA O DES CIENT E TECN EM SAUDE	28	0	28
Minas Gerais	FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA DE UBERABA	5	0	5
Mato Grosso do Sul	FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQ. AO ENS. E À CULTURA	1	0	1

Fonte: autoria própria.

E, por fim, na categoria outros, temos um conselho profissional e uma prefeitura. Essa situação pode sugerir algum equívoco no enquadramento da contratação, ou pode decorrer do enquadramento ampliado do que pode ser considerado uma ICT pública, conforme Tabela 10:

Tabela 10 - Dispensas P&D por outros em 2023

estado	unidadeOrgao	quant_14.133	quant_8.666	quant_tot
São Paulo	CONSELHO REG DE ADMISTRAÇÃO DE SÃO PAULO	1	0	1
São Paulo	PMA - PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSIS - SP	1	0	1

Fonte: autoria própria.

3.2 O caso das Universidades Públicas Federais

O grupo das universidades públicas federais oferece um universo interessante para um estudo de caso. São instituições com características muito semelhantes, mas que possuem independência de gestão, o que propicia uma melhor observação da ação das governanças internas dessas instituições em relação à utilização da dispensa de licitação para contratação de

produtos para pesquisa e desenvolvimento. Dessa forma, ser uma universidade pública federal não é condição suficiente para fazer ou deixar de fazer dispensas de licitação para contratação de produtos para pesquisa e desenvolvimento, e é necessário algum fator a mais para determinar o comportamento de cada uma dessas universidades em relação a essa modalidade de contratação.

Um ponto importante é que todas as universidades públicas federais possuem portais na Internet, onde, dentre outras coisas, divulgam orientações às suas comunidades, inclusive sobre compras e contratações, o que ofereceu um campo viável para a pesquisa. O postulado é que eventuais documentos orientadores sobre a dispensa de licitação para contratação de produtos para pesquisa e desenvolvimento podem se constituir nas expressões formais das altas gestões (governanças internas) dessas instituições. A ideia, portanto, foi cruzar o levantamento sobre esses documentos orientadores com a extração de dados sobre as dispensas de licitação para contratação de produtos para pesquisa e desenvolvimento em universidades públicas federais em 2023 (Tabela 5), e verificar como esses dados se correlacionam.

Conforme a Wikipédia (WIKIPÉDIA - Lista de universidades federais do Brasil, 2024), no Brasil existem 69 universidades públicas federais. Cada uma dessas universidades possui o próprio portal na Internet. Foram pesquisados nesses portais e diretamente na Internet, utilizando o Google, documentos orientadores sobre compras diretas ou dispensas de licitação. Nos portais foram utilizadas as próprias interfaces de usuário para efetuar as buscas, e na Internet, através do Google, a pesquisa utilizou as siglas de cada universidade com os termos “compra direta”, “contratação direta” e “dispensa de licitação”. Só foram selecionados os documentos que, de alguma forma, oferecem orientação para a dispensa de licitação para contratação de produtos para pesquisa e desenvolvimento.

A pesquisa foi realizada durante o mês de julho de 2024 e, das 69 universidades federais existentes, em apenas 19 foram identificados documentos orientadores que abordam a dispensa de licitação para contratação de produtos para pesquisa e desenvolvimento, conforme Quadro 2:

Quadro 2 - Universidades Públicas Federais com documentos orientadores para dispensa de licitação PD&I

UNIVERSIDADE PÚBLICA FEDERAL	SIGLA
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UTFPR
Universidade de Brasília	UnB
Universidade Federal de Alfenas	UNIFAL
Universidade Federal de Goiás	UFG
Universidade Federal de Lavras	UFLA
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	UFMS
Universidade Federal de Pelotas	UFPEl
Universidade Federal de Pernambuco	UFPE
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM
Universidade Federal de São João del-Rei	UFSJ
Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP
Universidade Federal do ABC	UFABC
Universidade Federal do Espírito Santo	UFES
Universidade Federal do Pampa	UNIPAMPA
Universidade Federal do Paraná	UFPR
Universidade Federal do Rio Grande	FURG
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS

Fonte: autoria própria.

Analisando os documentos orientadores identificados, parece haver dois padrões na estruturação desses documentos. Um padrão seria mais prescritivo, sugerindo uma indução no uso da dispensa de licitação para contratação de produto de P&D. Ou seja, esses documentos parecem ter a intenção de orientar o requisitante para, em se tratando de produto para P&D, utilizar a dispensa de licitação específica. São geralmente documentos que tratam apenas da dispensa de licitação para contratação de produtos para P&D, ou que tratam de compras diretas em geral, mas com uma ênfase clara para a dispensa de licitação para contratação de produtos de P&D. Em alguns casos essa prescrição é restritiva, indicando apenas para contratações através de algum recurso específico (Ex.: PROAP/CAPES) e/ou para um tipo de específico de contratação (Ex.: Importação).

O outro padrão parece mais informativo. A informação se dá ou através de orientações gerais sobre contratações públicas, e aí envolvendo todas as alternativas de contratação (pregão eletrônico, dispensas de licitação, inexigibilidades etc.), ou não parecendo dar ênfase à dispensa de licitação de licitação para contratação de produtos de P&D. Ou seja, o documento informa sobre a existência dessa possibilidade de contratação, mas não parece indicá-la, ou mesmo parece fazer ressalvas a esse tipo de contratação.

A seguir são feitas análises suscintas sobre cada documento, indicando se ele parece ter **PADRÃO PRESCRITIVO** ou **PADRÃO INFORMATIVO**. Alguns documentos foram marcados como indefinidos (fluxograma), ou apresentam equívocos na sua formulação.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ: a INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA PROPPG/PROPLAD - UTFPR nº 9, de 22 de março de 2022 (UTFPR, 2022) dispõe sobre as diretrizes para vinculação de objetos de gastos a projetos de pesquisa com a finalidade de dispensa de licitação. Ainda que não seja uma orientação específica para o uso da dispensa de licitação, ao orientar sobre a vinculação do objeto de gasto ao projeto de pesquisa, pré-condição para a dispensa de licitação para contratação de produto de pesquisa e desenvolvimento, parece haver a chancela dessa universidade a esse tipo de dispensa de licitação. **PADRÃO PRESCRITIVO.**

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: em um mesmo arquivo se encontram, em PDF, dois documentos: uma planilha sobre DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES NECESSÁRIOS PARA INSTRUÇÃO DE PEDIDOS DE COMPRA/CONTRATAÇÃO DE BENS, INSUMOS E SERVIÇOS ESPECÍFICOS (UNB, s.d.), que na quarta coluna trata de DISPENSA ART. 24, XXI DA LEI 8.666/93, que é a dispensa de licitação para contratação de produtos para pesquisa e desenvolvimento com base na Lei nº 8.666/93; e um documento orientador com o título DISPENSA DE LICITAÇÃO ART. 24, INCISO XXI DA LEI Nº 8.666/93 PROJETOS DE PESQUISA 2020 (UNB, 2020). O documento orientador trata das condições necessárias para a dispensa de licitação para contratação de produtos de pesquisa e desenvolvimento e estabelece os limites, inclusive a necessidade de vinculação a projeto de pesquisa. Um limite que não parece ser absoluto, mas apenas sugerido, é o direcionamento da utilização desse tipo de dispensa de licitação para compras com recursos da União oriundos de agências de fomento, especialmente CAPES/PROAP. Uma orientação interessante do documento é para que, antes da decisão pela dispensa de licitação, seja verificado se o produto pretendido está disponível em alguma ata disponibilizada pela universidade ou no estoque do Almoxarifado. **PADRÃO PRESCRITIVO.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS: o ROTEIRO PARA AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES (UNIFAL, s.d.) apresenta um passo a passo geral para compras e contratações, mas o seu item 6, que trata de justificativa técnica, é claramente voltado aquisições e contratações destinadas à Pesquisa Científica, inclusive mencionando a necessidade de juntada do Projeto de Pesquisa. Nesse item o roteiro sugere modelos de texto

para justificar a contratação de produtos para pesquisa e desenvolvimento através de dispensa de licitação. **PADRÃO PRESCRITIVO.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS: a página do portal da Internet da UFG, de título “PROAP e outros recursos para apoio à pesquisa e desenvolvimento” (UFG, 2023), traz um detalhamento do processo de dispensa de licitação para contratação de produtos para pesquisa e desenvolvimento, mas parece direcionar tal possibilidade para as contratações para projetos de pesquisa com recursos PROAP/CAPES. Apesar do direcionamento, nas observações há a ressalva de que tal tipo de dispensa de licitação também pode ser utilizada com outras fontes de recursos. **PADRÃO PRESCRITIVO.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS: o documento identificado é um fluxograma de título “DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE PRODUTOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO” (UFLA, s.d.). A organização em fluxograma é interessante, mas não foram identificados outros documentos orientadores que dessem suporte a esse fluxograma. **INDEFINIDO.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL: o documento identificado também é um fluxograma de título “DISPENSA DE LICITAÇÃO / ART 24/XXI” (UFMS, s.d.). Embora mais elaborado do que o da UFLA, parece limitar a utilização para contratação de produtos para pesquisa e desenvolvimento com recursos PROAP/CAPES. **INDEFINIDO.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS: a página do portal da Internet da UFPel, na área dedicada à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, e de título “COMPRA DIRETA” (UFPEL, s.d.), traz uma extensa orientação sobre as possibilidades de dispensa de licitação para contratação de produtos para pesquisa e desenvolvimento. Além do detalhamento, há a informação de que para esse tipo de contratação não há limite de valor. **PADRÃO PRESCRITIVO.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO: o primeiro documento encontrado foi o manual DCC/PROPESQ “Nº 1: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPECÍFICOS PARA PESQUISA CIENTÍFICA (Lei 8.666/93, art. 24, inc. XXI)” (UFPE,2020). É um manual que parece um tanto confuso e direcionado a recursos PROAP/CAPES. A UFPE tem também um manual mais recente, o “Manual de contratações diretas da UFPE” (UFPE, 2024), que trata das possibilidades de dispensa e inexigibilidade pela Lei nº 14.133/2021, inclusive a dispensa de licitação para

contratação de produtos para pesquisa e desenvolvimento. É um manual muito mais amplo, com 90 páginas, mas que, por ser muito recente (fevereiro de 2024), não teve influência nas compras até o ano de 2023. **PADRÃO INFORMATIVO.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA: a UFSC tem um portal da Internet específico para seu “MANUAL DE COMPRAS” (UFSC, s.d.). Nesse manual eletrônico constam informações sobre os diversos tipos de compras e contratações. O manual parece bem completo e orienta sobre o passo a passo das contratações, mas no caso da dispensa de licitação para contratação de produtos para pesquisa e desenvolvimento apenas informa os documentos a mais necessários para esse tipo de contratação, não parecendo uma chancela mais efetiva para a sua adoção. **PADRÃO INFORMATIVO.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA: o documento orientador de título “CONTRATAÇÃO DIRETA (Dispensa e Inexigibilidade de Licitação)” (UFSM, s.d.), apesar de tratar de uma diversidade de tipos de dispensa e de inexigibilidade, parece dar uma atenção especial à dispensa de licitação para contratação de produtos de pesquisa e desenvolvimento. Ao tratar dos casos mais usuais de contratação direta na UFSM, a primeira pergunta é se é despesa prevista em projeto de pesquisa e desenvolvimento. Na parte do documento referente às orientações para instrução processual, o primeiro caso tratado é o do Inciso IV – alínea “c” do artigo 75 da Lei 14.133/2021 (contratação que tenha previsão em Projeto de Pesquisa). **PADRÃO PRESCRITIVO.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI: o “Manual do PROAP – 2023” (UFSJ, 2023) prevê a possibilidade da dispensa de licitação para contratação de produtos de pesquisa e desenvolvimento, mas ressaltando essa possibilidade como uma exceção e que a regra seria a licitação, o que parece indicar um receio dessa ICT pública no uso dessa modalidade de contratação. Há ainda direcionamento para recursos CAPES/PROAP, e é informada a necessidade de vinculação a projeto de pesquisa. **PADRÃO INFORMATIVO.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO: o documento identificado foi o “MANUAL DE ORIENTAÇÃO” (UNIFESP, 2024) direcionado a recursos CAPES. Ainda que o manual não se refira especificamente a dispensa de licitação para contratação de produto para pesquisa e desenvolvimento, as condições estabelecidas parecem indicar dispensa de licitação, principalmente a necessidade de vinculação a projeto de pesquisa. O manual é do ano de 2024, mas existe a possibilidade de terem sido emitidos manuais do mesmo tipo nos anos anteriores, já que foi identificado também um manual, em termos semelhantes, de 2018 (UNIFESP, 2018).

O manual ressalva a necessidade de consulta prévia sobre a existência de eventuais atas de registro de preços da UNIFESP nas quais possam constar o produto requerido. **PADRÃO PRESCRITIVO.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC: a página do portal da Internet da UFABC, na área da Pró-Reitoria de Pesquisa, de título “Importações via Agências” (UFABC, s.d.), orienta sobre as importações destinadas à pesquisa científica utilizando a dispensa de licitação para contratação de produtos para pesquisa e desenvolvimento (nos termos da Lei nº 8.666/93). Foi identificado também um documento de título “IMPORTAÇÕES DESTINADAS À PESQUISA CIENTÍFICA (LEIS 8.010/90; 8.666/93, ART. 24, XXI)” (UFABC, 2020), que versa sobre o mesmo tema, mas traz instruções mais detalhadas. Tanto a página eletrônica quanto o documento orientam apenas a utilização da dispensa de licitação para contratação de produto para pesquisa e desenvolvimento nos casos de importação. **PADRÃO PRESCRITIVO.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO: a página do portal da Internet da UFES, na área da Diretoria de Materiais e Patrimônio, de título “Dispensa para Pesquisa Científica” (UFES, s.d.) traz orientações sobre a dispensa de licitação com base artigo 75, inciso IV, alínea c da Lei 14.133/2021, que se direciona a produtos para pesquisa e desenvolvimento. Porém na descrição do tipo de dispensa o texto utilizado foi o relativo à contratação de fundação de apoio, que na verdade, embora também se destine a apoiar projetos de pesquisa, se encontra no inciso XV do mesmo artigo. De toda forma, as orientações constantes da página são para a dispensa de licitação para contratação de produtos para pesquisa e desenvolvimento, o que leva a crer em um equívoco na transcrição da descrição. **TEXTO COM EQUÍVOCOS NO CONTEÚDO.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA: a página do portal da Internet da UNIPAMPA, na área da PESQUISA, de título “Aquisição de Materiais” (UNIPAMPA, s.d.), traz orientações sobre contratações por dispensa de licitação de equipamentos, softwares e materiais de consumo para pesquisa científica, tanto para contratações nacionais quanto por importação. Ressalta o projeto de pesquisa como documento fundamental, onde o material deverá constar. **PADRÃO PRESCRITIVO.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ: a INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA PRA-PROPLAN-PRPPG-SUINFRA/UFPR Nº 01 DE 10 DE MARÇO DE 2023 (UFPR, 2023) parece ser, dentre todos os documentos encontrados, o mais robusto. Além de

bastante detalhada e objetiva, essa instrução normativa é assinada por um conjunto de autoridades da UFPR (PRÓ-REITORES DE ADMINISTRAÇÃO, DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS E DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO E O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA), o que permite concluir que é um posicionamento bastante claro da governança interna da universidade. A dispensa de licitação para contratação de produtos para pesquisa e desenvolvimento recebe destaque especial e é tratada em toda a amplitude da Lei nº 14.133/2023, sem restrições quanto à origem do recurso ou do tipo de item a ser adquirido. **PADRÃO PRESCRITIVO.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE: a INSTRUÇÃO NORMATIVA PROPLAD/FURG N° 2, DE 3 DE OUTUBRO DE 2022 (FURG, 2022) estabelece procedimentos para encaminhamento de pedidos de aquisição de bens e contratação de serviços e institui o Agente de Compras. A dispensa de licitação para contratação de produtos para pesquisa e desenvolvimento é tratada em destaque na instrução normativa. Nas disposições finais do documento, no Art. 19º, considera como dispensada a licitação quando a contratação se destinar a projetos de pesquisa, porém na alínea “e” do parágrafo único deste mesmo artigo consta a exigência de declaração de que o material/equipamento será utilizado exclusivamente no projeto de pesquisa. **PADRÃO PRESCRITIVO.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE: o documento encontrado trata de Dispensa de Licitação e Inexigibilidade de Licitação, mas não dispõe de um título (UFRN, s.d.). O documento traz orientações gerais sobre as contratações diretas, e no caso da dispensa de licitação para contratação de produtos para pesquisa e desenvolvimento ele orienta sobre documentos que devem ser anexados ao processo, mas não parece mais contundente na chancela do uso desse tipo de contratação. **PADRÃO INFORMATIVO.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL: a página do portal da Internet da UFRGS, na área da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, de título “DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA PRODUTOS E SERVIÇOS PARA PESQUISA” (UFRGS, s.d.) traz orientações para aquisição de produtos para pesquisa e desenvolvimento por dispensa de licitação. Porém, no início da página, é dada a informação de que dispensas de licitação são realizadas por meio de pregão eletrônico, o que provavelmente é uma falha do texto. Sendo a dispensa de licitação uma compra direta, onde não há licitação, e o pregão eletrônico uma licitação propriamente dita, não há liame lógico em afirmar que um procedimento sem licitação é realizado por licitação. Talvez a confusão seja com a dispensa eletrônica que, apesar de estar

no campo da compra direta, se aproxima muito do pregão eletrônico em seus procedimentos, sendo considerada por alguns como um mini-pregão ou pregão disfarçado. **TEXTO COM EQUÍVOCOS NO CONTEÚDO.**

Ainda que esse seja um julgamento subjetivo, parece que alguns documentos orientadores se destacam como indícios de ação consciente das governanças internas das ICTs públicas em favor da dispensa de licitação para contratação de produtos para pesquisa e desenvolvimento. O principal destaque parece ser a instrução normativa da Universidade Federal do Paraná, não só pela robustez do documento, mas também pelo que parece ser um claro comprometimento da alta gestão da ICT pública em respaldar esse tipo de dispensa de licitação. Mas outros documentos, embora não tão robustos, também parecem seguir a mesma linha.

As orientações da Universidade Federal de Alfenas, inclusive sugerindo modelos de justificativa para a contratação de produtos para pesquisa e desenvolvimento por dispensa de licitação, também parece ter uma característica prescritiva do uso desse tipo de opção de contratação em apoio a projetos de PD&I, bem como as orientações da universidade federais de Goiás, Pelotas e Santa Maria, inclusive por já se basearem na Lei nº 14.133/2021.

A página da Universidade Federal do Pampa e o documento da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, também parecem ter essa característica prescritiva, mas no caso da do Pampa não dá para identificar se as orientações se baseiam na Lei nº 8.666/93 ou 14.133/2021, e a da Tecnológica do Paraná cita as duas leis.

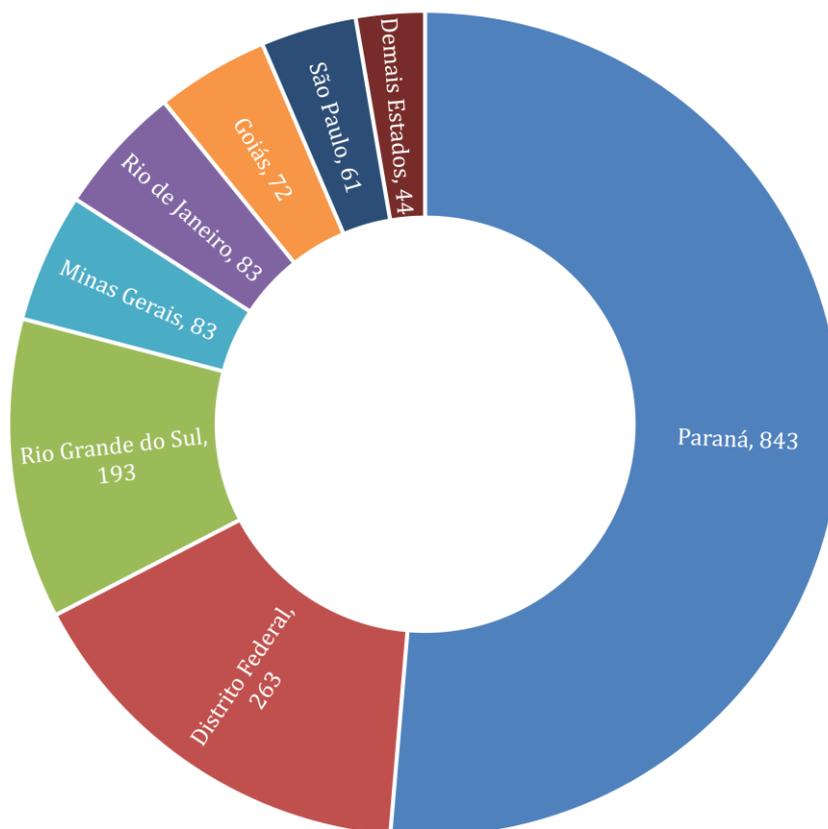
Outros documentos, como o da Universidade de Brasília e o da Universidade de São Paulo, também parecem ter uma característica prescritiva, de indicação do uso da dispensa de licitação, mas limitados a recursos do PROAP/CAPES. No caso do documento da Universidade de Brasília, ainda há a questão de se basear na Lei nº 8.666/93. Isso também acontece com a orientação da Universidade federal do ABC, mas nesse caso tratando apenas de importações.

Nos demais, ou os textos parecem confusos, ou mesmo equivocados, ou se limitam apenas a informar sobre a existência da dispensa de licitação para contratação de produtos para pesquisa e desenvolvimento, parecendo manter uma posição neutra em relação à dispensa de licitação para contratação de produtos para pesquisa e desenvolvimento. Em alguns casos a posição parece mesmo de cautela ou reserva.

4 Resultados e Discussão

Um fato interessante, e que merece um estudo específico no futuro, é a concentração de dispensas de licitação para contratação de produtos para pesquisa e desenvolvimento no estado do Paraná. Das 1642 dispensas de licitação identificadas em 2023, 843 aconteceram no Paraná. Conforme Figura 5, o Paraná respondeu por mais de 50% dessas dispensas de licitação identificadas no estudo:

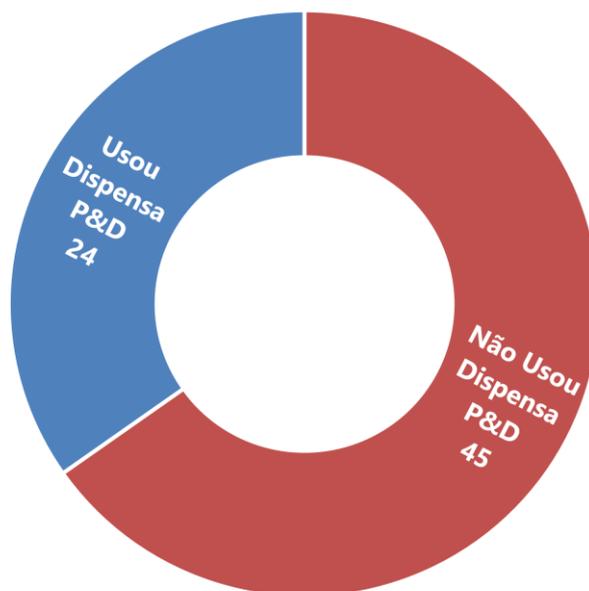
Figura 5 - Dispensas P&D por Estado



Fonte: autoria própria.

Limitando os dados às universidades públicas federais (24), o quantitativo de dispensas de licitação para contratação de produtos para pesquisa e desenvolvimento é de 819 procedimentos, que representam 49,88% do total, o que indica que o estudo de caso se baseia em uma amostra relevante das ICTs públicas que realizaram esse tipo de procedimento em 2023. Como há no Brasil 69 universidades públicas federais (WIKIPÉDIA, n.d.), o percentual dessas ICTs que realizou dispensas de licitação para contratação de produtos para P&D é de 34,78%, que demonstra a baixa adesão à inovação legal, conforme Figura 6:

Figura 6 - Uso da Dispensa de Licitação P&D pelas Universidades Públicas federais em 2023



Fonte: autoria própria.

Em sendo instituições federais, que realizam suas compras através de Unidades Administrativas de Serviços Gerais (UASGs), é possível verificar no Painel de Compras do Governo Federal (BRASIL – Painel de Compras do Governo Federal, s.d.) o total de compras e contratações realizadas por cada uma dessas UASGs no ano de 2023, o que permite um comparativo com os quantitativos da dispensa de licitação discutida no presente estudo.

Esse comparativo foi cruzado com as informações da Quadro 2 (Universidades Públicas Federais com documentos orientadores para dispensa de licitação PD&I), o que gerou um quadro geral que permite inferir o potencial de influência da ação das governanças internas dessas ICTs públicas na adoção da dispensa de licitação para contratação de produtos de P&D.

Na Tabela 11 o comparativo se dá entre o total de dispensas de licitação para contratação de produtos para P&D, versus o total geral de dispensas de licitação e o total geral de compras e contratações feitos por cada universidade pública federal em 2023 (Tabela 5), além da informação de se foram encontrados documentos orientadores para a dispensa para P&D nessas ICTs públicas e se esses se caracterizam como prescritivos ou informativos:

Tabela 11 - Dispensa P&D Universidades Federais x Documentos Orientadores

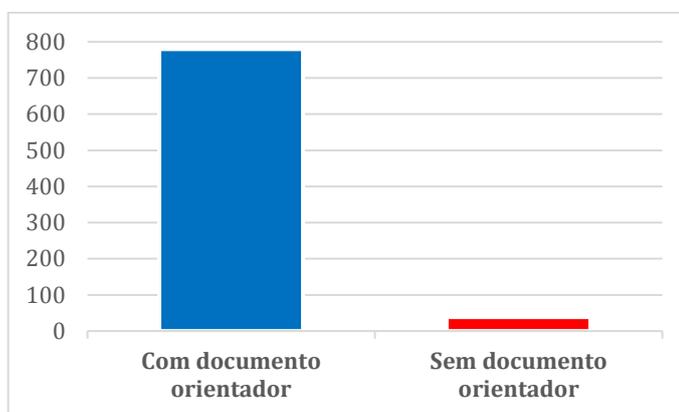
uasg	unidadeOrgao	disp_P&D	Disp_Tot	% P&D	Comp_Tot	%_P&D	doc_orient?	prescritivo?
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	379	473	80,13%	801	47,32%	SIM	SIM
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	70	194	36,08%	328	21,34%	SIM	SIM
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	67	75	89,33%	296	22,64%	SIM	SIM
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	60	163	36,81%	254	23,62%	SIM	SIM
153164	UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	56	198	28,28%	477	11,74%	SIM	SIM
153031	MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO/SP	32	94	34,04%	328	9,76%	SIM	SIM
154359	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	31	48	64,58%	185	16,76%	SIM	SIM
153114	UFRS-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RS/RS	17	591	2,88%	731	2,33%	SIM	COM ERRO
154042	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	13	169	7,69%	215	6,05%	SIM	SIM
154040	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUB	12	203	5,91%	591	2,03%	SIM	SIM
154503	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	12	28	42,86%	205	5,85%	SIM	SIM
153029	UTFPR - CAMPUS MEDIANEIRA	12	21	57,14%	94	12,77%	SIM	SIM
158658	UNIVERSIDADE FED. DA INTEGR. LATINO-AMERICANA	9	40	22,50%	85	10,59%	NÃO	--
153030	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA/MG	7	96	7,29%	174	4,02%	NÃO	--
153038	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA-UF/BA	6	118	5,08%	197	3,05%	NÃO	--
153178	UTFPR - CAMPUS PONTA GROSSA	6	28	21,43%	113	5,31%	SIM	SIM
153036	UNIV.FED.DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	5	17	29,41%	67	7,46%	NÃO	--
154032	UNIVERSIDADE FED. DE CIENCIAS DA SAUDE/RS	5	20	25,00%	70	7,14%	NÃO	--
153046	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO/ES	5	91	5,49%	192	2,60%	SIM	COM ERRO
153176	UTFPR - CAMPUS CORNÉLIO PROCÓPIO	4	95	4,21%	169	2,37%	SIM	SIM
158517	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	2	23	8,70%	79	2,53%	NÃO	--
156679	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALAO	2	270	0,74%	294	0,68%	NÃO	--
153177	UTFPR - CAMPUS PATO BRANCO	2	50	4,00%	116	1,72%	SIM	SIM
154046	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	1	44	2,27%	117	0,85%	NÃO	--
153037	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	1	42	2,38%	127	0,79%	NÃO	--
153103	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	1	178	0,56%	271	0,37%	SIM	NÃO
153035	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO	1	42	2,38%	151	0,66%	NÃO	--
154358	UTFPR - CAMPUS CURITIBA	1	30	3,33%	107	0,93%	SIM	SIM

Fonte: autoria própria.

As universidades que possuem documentos orientadores sobre a dispensa de licitação para contratação de produtos para P&D foram destacadas em amarelo. Embora seja uma avaliação subjetiva, as universidades que tiveram seus documentos orientadores avaliados como de PADRÃO PRESCRITIVO, realizaram o maior número de dispensas de licitação para contratação de produtos para P&D, com uma atuação destacada da Universidade Federal do Paraná. Um comparativo entre a quantidade de dispensas de licitação realizadas pelas

universidades federais que possuem documentos orientadores com as realizadas pelas que não possuem, dá uma dimensão que parece confirmar a efetividade desses documentos, conforme Figura 7:

Figura 7 - Dispensas P&D em Universidades Públicas Federais 2023
(com documento orientador x sem documento orientador)



Fonte: autoria própria.

A Universidade Federal do Paraná se destacou, tanto no quantitativo geral de dispensas de licitação para contratação de produtos para P&D, quanto na comparação com as dispensas de licitação em geral e com as compras e contratações em geral feitas por essa ICT pública em 2023. A robustez do documento orientador dessa universidade, que sugere um forte comprometimento da sua alta gestão, parece ter tido efeito positivo na adoção da nova dispensa de licitação.

Outras universidades também se destacam, como a de Pelotas, do Pampa, Tecnológica do Paraná (campus Medianeira), de Alfenas, de Goiás, do ABC, de São Paulo e de Santa Maria. São justamente as universidades em que os documentos orientadores parecem ter uma característica mais prescritiva, denotando um respaldo da governança interna para o uso da dispensa de licitação para contratação de produtos para P&D.

No caso da Universidade do ABC, onde os documentos orientadores sobre a dispensa de licitação para contratação de produtos para P&D são direcionados para importação, das 12 dispensas identificadas em 2023, 11 foram para importação. Isso parece demonstrar o potencial da governança interna não só para contrabalançar o peso da governança externa (órgãos de controle), mas para ela própria impor limitações.

Essa situação, de restrição pela ICT pública parece se repetir na Universidade Federal da São Paulo, onde o documento orientador é direcionado a recursos PROAP/CAPES, e das 32 dispensas de licitação, 15 mencionam, no resumo da contratação, o uso de recursos CAPES.

Ainda que sem menção nos resumos, não é improvável que as demais dispensas de licitação para P&D da UNIFESP tenham utilizado a mesma fonte de recursos.

No caso da Universidade de Brasília, em que o documento orientador tem características parecidas com o da UNIFESP, o desempenho não foi tão destacado. Mas existem alguns elementos interessantes. O primeiro é que todos os 12 processos identificados para o ano de 2023 se referiram a importação, o que não parece ter sido uma restrição dada pelo documento orientador. Por outro lado, todos os processos se basearam na Lei nº 8.666/93, o que se alinha com o documento orientador já que se respalda nessa lei.

Em 3 universidades federais, a da Integração Latino-Americana, a dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, e de Ciências da Saúde, para as quais não foram identificados documentos orientadores, embora a comparação entre as dispensas de licitação para P&D e as dispensas de licitação em geral tenha alcançado percentual razoável, o número limitado de compras e contratações em geral talvez tenha afetado o resultado.

Nos demais casos, a incipiência ou confusão dos documentos orientadores, ou a falta desses, parece justificar o baixo desempenho no uso da dispensa de licitação para contratação de produtos de P&D. Em 5 casos de universidades federais que contam com algum tipo de documento orientador, sendo elas a de Lavras, a do Mato Grosso do Sul, a de Pernambuco, a de Santa Catarina e a de São João Del-Rei, não foram identificados registros de dispensas de licitação para P&D em 2023, talvez pela incipiência dos documentos orientadores dessas ICTs públicas.

4.1 Um modelo conceitual para as contratações de produtos para P&D em ICTs públicas brasileiras

Os dados levam a crer que as universidades públicas federais que dispõem dos documentos orientadores de perfil mais prescritivo sobre o uso da dispensa de licitação para contratação de produtos para P&D tiveram desempenhos mais destacados na utilização desse tipo de contratação em apoio a seus projetos de PD&I. Os documentos também sugerem um rito para a contratação desse tipo de produto (para P&D), e algumas dessas ICTs públicas apresentam modelos esquemáticos (Bizagi) com um passo a passo do processo. Por outro lado, as universidades federais que não dispõem de documento orientador tiveram um desempenho muito inferior, conforme Figura 7, o que sugere que a disponibilidade desses documentos é um fator importante.

O ponto inicial para melhorar o desempenho no uso da dispensa de licitação para produto para contratação de produtos para P&D, portanto, parece ser a confecção e disponibilização de um documento orientador robusto. Essa é claramente uma das conclusões deste estudo. É importante ressaltar, no entanto, que o presente trabalho não se propõe a ter um cunho jurídico ou normativo, ainda que trate de um tema fortemente afetado pela legislação. Se a ideia fosse propor um modelo de documento orientador, a INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA PRA-PROPLAN-PRPPG-SUINFRA/UFPR N° 01 DE 10 DE MARÇO DE 2023 (UFPR, 2023), pareceria ser uma base fortemente recomendável.

Para além da confecção de um documento orientador, que parece ser um pré-requisito para que as ICTs públicas obtenham um melhor desempenho na utilização da dispensa de licitação para produtos de PD&I, a criação de um modelo mais eficiente e eficaz para contratação de produtos para P&D em ICTs públicas brasileiras, que se caracteriza como um modelo de tomada de decisão, parece importante, não só porque existem outras opções para a contratação de produtos para pesquisa e desenvolvimento, mas também pela necessidade de dar estabilidade ao sistema complexo que envolve esse tipo de contratação, prevenindo retrocessos em decorrência da reação à mudança por parte dos agentes envolvidos.

Conforme Lousada e Valentim (2011), os modelos de tomada de decisão permitem uma melhor compreensão da estrutura organizacional e das relações complexas inerentes aos processos desenvolvidos. Beuren (2000, apud LOUSADA e VALENTIM, 2011), enumera as vantagens de um modelo de tomada de decisão:

- a) Visualização geral das variáveis;
- b) Visualização da amplitude das variáveis;
- c) Identificação de possíveis relações entre os elementos;
- d) Compreensão das relações complexas;
- e) Obtenção de base para estabelecer e aprimorar parâmetros.

A preocupação do modelo proposto neste trabalho, portanto, não é só a de quebrar a resistência do sistema complexo de contratações públicas de produtos para P&D em relação ao uso da dispensa de licitação, mas tentar garantir estabilidade a uma nova realidade desse sistema complexo, com foco na provisão de condições mais adequadas para o desenvolvimento de projetos de PD&I em ICTs públicas. É colocar o avanço da CT&I no Brasil como principal valor a ser defendido pelo sistema, em linha com o texto constitucional, mas mantendo respeito

à preocupação dos órgãos de controle com a conformidade processual e a proteção dos recursos públicos.

Conforme Pereira, Lobler e Simonetto (2010), é extremamente difícil chegar a um acordo quanto à racionalidade dos fins perseguidos, já que um fim pode se contrapor a outro, por se basearem em sistemas de valores divergentes. Considerando que os órgãos de controle possuem uma força desproporcional na Governança Pública, especialmente o TCU, pareceu interessante considerar na confecção do modelo princípios de boa governança definidos por essa corte de contas, conforme o Referencial básico de governança aplicável a organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU (2020), em paralelo com o outro parâmetro incontornável, que é a legislação atinente às contratações públicas.

Um modelo mais eficiente e eficaz para contratação de produtos para pesquisa e desenvolvimento, que vise a melhor seleção entre as opções legais disponíveis para cada contratação, parece ter potencial para contornar o problema da insegurança jurídica dos agentes públicos, pois reduziria a margem de discricionariedade administrativa (DI PIETRO, 2010), ao mesmo tempo que apontaria para as opções legais mais eficientes e eficazes para cada caso (não necessariamente a dispensa de licitação). Seria uma forma de aliar a segurança jurídica à eficiência e eficácia, prevenindo a fuga dos agentes públicos de soluções com maior potencial para atender ao interesse público com base em interpretações mais ortodoxas e burocráticas (BATISTA JÚNIOR e CAMPOS, 2014).

Tendo em vista que alguns documentos orientadores parecem ter alcançado maior efetividade, e para embasar a proposição do modelo, além revisão de literatura, do Referencial de boa governança do TCU (TCU, 2020) e da legislação atinente a contratações públicas, foram considerados os documentos orientadores das universidades públicas federais que realizaram em 2023 mais de 10% dos processos contratação através de dispensa de licitação para contratação de produtos de P&D. Apesar de ser uma linha de corte arbitrária, ela fornece uma base interessante para a formatação do modelo. Os documentos selecionados, dessa forma, foram:

- INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA PRA-PROPLAN-PRPPG-SUINFRA/UFPR Nº 01 DE 10 DE MARÇO DE 2023 (UFPR, 2023)
- ROTEIRO PARA AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES (UNIFAL, s.d.)
- COMPRA DIRETA (UFPEL, s.d.)
- PROAP e outros recursos para apoio à pesquisa e desenvolvimento (UFG, 2023)

- Aquisição de Materiais (UNIPAMPA, s.d.)
- INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA PROPPG/PROPLAD - UTFPR nº 9, de 22 de março de 2022 (UTFPR, 2022)
- CONTRATAÇÃO DIRETA (Dispensa e Inexigibilidade de Licitação) (UFSM, s.n.)

Com base nesses documentos e na revisão de literatura, a proposição do modelo observou os seguintes pontos:

- Requisitos Indispensáveis
- Aprendizado
- Foco em Resultados
- Conciliação entre Governança Interna e Governança Externa

Os **Requisitos Indispensáveis** estão previstos na Lei nº 14.133/2021, e se referem à necessidade de planejamento/previsão orçamentária, projeto de pesquisa, e discriminação do produto para pesquisa e desenvolvimento no projeto de pesquisa, conforme Quadro 3:

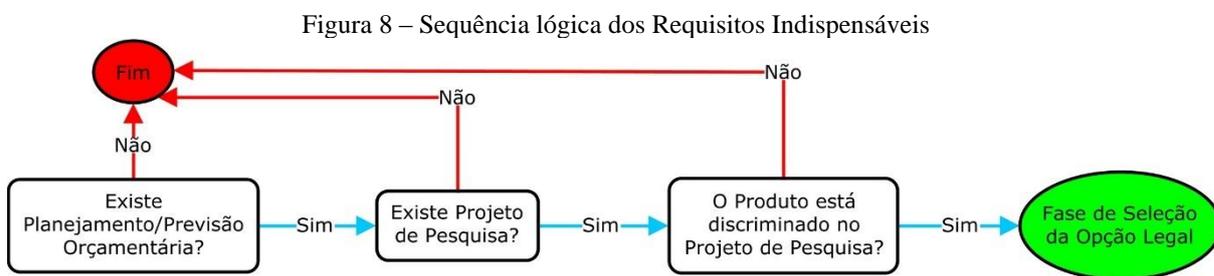
Quadro 3 - Requisitos Indispensáveis para a Dispensa de Licitação P&D

Planejamento/Previsão Orçamentária	Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual... (BRASIL, 2021) VI- informação sobre disponibilidade orçamentária... (UFPR, 2023) ...todas as aquisições e contratações na Universidade, independente da origem do recurso, precisam estar previstas no Planejamento Anual de Contratações (PAC)... (UFG, 2023)
Projeto de Pesquisa	Instrumento necessário ao processo conforme todos os documentos orientadores selecionados (UFTR, 2023; UNIFAL, s.d.; UFPEL, s.d.; UFG, 2023; UNIPAMPA, s.d.; UTFPR, 2022; UFSM, s.d.)
Produto discriminado no Projeto	Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: ... LV - produtos para pesquisa e desenvolvimento: bens, insumos, serviços e obras necessários para atividade de pesquisa científica e tecnológica, desenvolvimento de tecnologia ou inovação tecnológica, discriminados em projeto de pesquisa; (BRASIL,2021)

Fonte: autoria própria.

São esses requisitos indispensáveis que estabelecem a ocasião para a tomada de decisão (MARCH e SIMON, 1967, apud PEREIRA, LOBLER e SIMONETTO, 2010), tendo em vista que é na presença deles que a administração pública pode considerar as opções disponíveis para a contratação de produtos para pesquisa e desenvolvimento. A ordem de verificação desses requisitos é importante, pois sem planejamento/previsão orçamentária de nada adianta buscar o

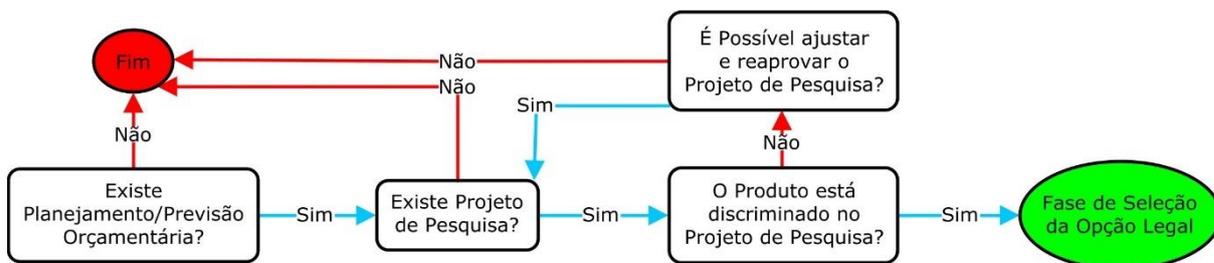
projeto de pesquisa, e sem o projeto de pesquisa o produto requerido não tem como ser configurado como para pesquisa e desenvolvimento, portanto eles formam uma sequência de verificações necessárias, conforme Figura 8:



Fonte: autoria própria.

A fase de verificação dos requisitos indispensáveis é, portanto, condição para seguir ou não à fase de seleção da opção legal. Mas essa primeira verificação já inclui uma oportunidade de **Aprendizado**. Se os pesquisadores desconhecem o novo marco legal (ASSUMPCÃO, 2021), possivelmente têm dificuldades para estruturar seus projetos de pesquisa da melhor forma possível para o aproveitamento das novas possibilidades trazidas por essa legislação. É uma oportunidade para que eles aprimorem os projetos de pesquisa existentes (se possível) ou aprendam para que estruturem seus próximos projetos de forma mais adequada. Portanto parece interessante que o modelo inclua um ciclo de aprendizado na fase de verificação dos requisitos indispensáveis, conforme Figura 9:

Figura 9 - Sequência lógica dos Requisitos Indispensáveis com ciclo de aprendizado



Fonte: autoria própria.

A fase de verificação dos requisitos mínimos só permite 3 resultados:

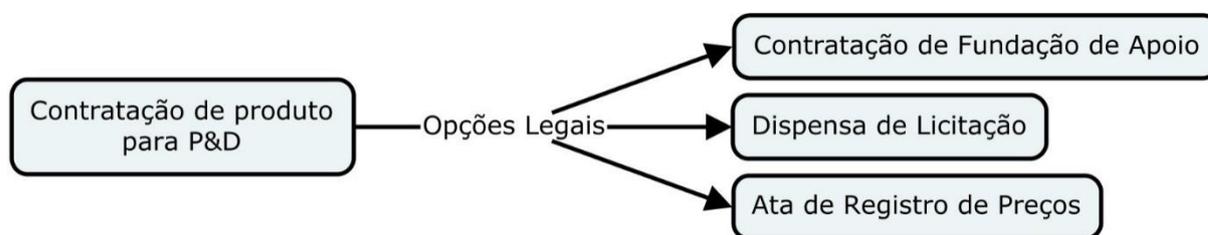
- Inviabilidade da contratação: pela falta de planejamento/previsão orçamentária.
- Inviabilidade de contratação como produto para pesquisa e desenvolvimento: pela inexistência de Projeto de Pesquisa ou pela não discriminação do produto no Projeto de Pesquisa.
- Viabilidade de contratação como produto para pesquisa e desenvolvimento.

Na primeira opção, não há o que fazer, já que a contratação é inviável. Na segunda opção, apesar de inviável a contratação como produto para pesquisa e desenvolvimento, é viável

a contratação pelas modalidades tradicionais (pregão eletrônico ou outras modalidades de compra direta). Já na terceira opção o modelo pode seguir para a seleção da opção legal mais eficiente e eficaz para a contratação dos produtos de pesquisa e desenvolvimento.

Levando em conta o que já foi discutido no presente estudo, começando do zero o pregão eletrônico, pelo fator tempo, não se mostra adequado para esse tipo de contratação. Outro fator que pesa é o custo operacional dessa modalidade de contratação. A única forma do pregão eletrônico se mostrar competitivo é se ele já tiver ocorrido, o que no caso do pregão eletrônico para registro de preços resultaria em uma ata de registro de preços. Isso deixa ao modelo, considerando a eficiência e a eficácia, ou **Foco no Resultado**, 3 opções legais de contratação, conforme figura 10:

Figura 10 – Opções Legais para a contratação de Produtos para P&D



Fonte: autoria própria.

Entre a dispensa de licitação para a contratação direta de produto de P&D e a contratação de Fundação de Apoio, também uma dispensa de licitação, a decisão se daria por conveniência e viabilidade. São dois tipos de dispensa de licitação vocacionadas para dar melhores condições para o desenvolvimento das atividades dos projetos de PD&I, com a dispensa de licitação para a contratação de produtos para P&D sendo um processo mais simples de compra direta, e a outra dispensa de licitação voltada para a contratação de uma instituição privada sem fins lucrativos (fundação de apoio) que se encarregaria de gerir administrativa e financeiramente (BRASIL, 2021) as atividades do projeto de pesquisa, inclusive compras e contratações.

A contratação da Fundação de Apoio é um tipo mais complexo de dispensa de licitação, que exige uma maior estruturação e planejamento, mas que oferece maior flexibilidade, pois as atividades de apoio à pesquisa científica são realizadas por uma instituição privada interposta, que tem menos amarras na sua atuação do que as instituições públicas. É um tipo de contratação interessante quando se trata de uma operação mais complexa e que exige uma maior coordenação na contratação de produtos para P&D diversos, mas depende de acordo entre as partes e maior disponibilidade financeira.

Já na comparação com a Ata de Registro de Preços, a dispensa de licitação para a contratação de produto de P&D perde em agilidade. Ainda que o pregão eletrônico para registro de preços seja um processo muito mais moroso do que a dispensa de licitação, se o processo já foi concluído essa vantagem da dispensa de licitação se perde. Acionar uma ata de registro de preços já contratada é mais rápido do que realizar uma dispensa de licitação a partir do zero. Por esse motivo a Universidade de Brasília adverte sua comunidade sobre a necessidade de verificar se o produto pretendido está disponível em alguma ata disponibilizada pela universidade ou no estoque no Almoxarifado (UnB, 2020).

Essa última observação da UnB também insere mais uma forma de atendimento à demanda do projeto de pesquisa, que é a eventual utilização de estoque disponível na ICT pública. Essa, porém, não é uma opção de contratação, pois o produto já estaria disponível e, portanto, previamente adquirido. O problema é que, como visto no presente estudo, nem o registro de preços e nem a formação de estoque dariam conta da necessidade de flexibilidade necessária às atividades de PD&I. São formas de contratação que podem se tornar facilmente incongruentes com as necessidades da pesquisa científica, e a fixação apenas nessas modalidades poderia criar uma situação de inflexibilidade que prejudicaria os resultados da pesquisa.

No entanto, a bem da **Conciliação entre Governança Interna e Governança Externa**, e respeito ao Art. 37 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) que considera a licitação como a regra das contratações públicas, é importante incluir no modelo a contratação por pregão eletrônico, porém alinhando isso ao Referencial básico de governança aplicável a organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU (2020), que estabelece as seguintes diretrizes para a boa governança:

estabelecer processos decisórios transparentes, baseados em evidências e orientados a riscos, motivados pela equidade e pelo compromisso de atender ao interesse público; (TCU, 2020, p. 48)

apoiar e viabilizar a inovação para agregar valor público e lidar com as limitações de recursos e com novas ameaças e oportunidades; (TCU, 2020, p. 49)

Considerando essas diretrizes do TCU, a necessidade de maior agilidade e flexibilidade nas contratações em atendimento aos projetos de PD&I, e as expectativas dos órgãos de controle por conformidade e padronização, o modelo propõe um processo de fluxo linear que sempre resultaria na seleção da opção mais eficiente e eficaz para cada contratação de produto para pesquisa e desenvolvimento, de acordo com o contexto e situação de momento, evitando

paralisias no andamento do processo em nome de uma ortodoxia descolada do objetivo da contratação.

O acúmulo das informações das dispensas de licitação para contratação de produtos para P&D em uma base de dados que alimente futuros planejamentos de compras centralizadas, através do estabelecimento de novas atas de registro de preços e estoques que eventualmente cubram parte das necessidades que seriam supridas pela dispensa de licitação, é outro ponto de conciliação proposto no modelo entre Governança Interna e Governança Externa.

O modelo foi formatado considerando caixas de decisão, conforme Quadro 4, onde consta a sequência de questionamentos necessários para o fluxo, e para as quais estão indicadas as bases legais ou de Governança Pública em que elas foram baseadas:

Quadro 4 - Caixas de Decisão do Modelo e suas bases legais ou de Governança Pública

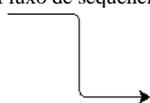
CAIXAS DO MODELO	BASE LEGAL OU DE GOVERNANÇA PÚBLICA
Há previsão orçamentária?	Imposição legal, conforme Art. 18 da Lei nº 14.133/2021.
Há projeto de pesquisa aprovado?	Imposição legal, conforme inciso LV, do Art. 6º, e alínea c, do inciso IV, do Art. 75, da Lei nº 14.133/2021.
O projeto prevê o(s) produto(s) requerido?	
O projeto pode ser ajustado e reaprovaado?	Busca por aprimoramento do processo de contratação de produtos para pesquisa e desenvolvimento, oportunizando o aprendizado e a possibilidade de ajustes, o que se alinha com a seguinte diretriz da boa governança: - apoiar e viabilizar a inovação para agregar valor público e lidar com as limitações de recursos e com novas ameaças e oportunidades (TCU, 2020)
Trata-se de aquisição complexa e integrada de múltiplos produtos?	Avaliação de alternativas para o alcance dos melhores resultados para a PD&I, em linha com o que propõe o Referencial básico de governança aplicável a organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU (2020): - quais dessas alternativas são mais adequadas em termos de custo-benefício (especialmente num contexto de recursos escassos)? (TCU,2020)
Existe estoque ou registro de preços do(s) produto(s)?	A licitação é a regra na Administração pública, conforme inciso XXI, do Art. 37, da Constituição Federal, e o sistema de registro de preços recebe tratamento preferencial conforme inciso II, do Art. 40 da Lei 14.133/2021.
O estoque ou registro de preços está disponível?	
Banco de dados - Dispensas de licitação para PD&I realizadas	Alinhamento com diretriz do Referencial básico de governança aplicável a organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU (2020):
Planejamento e contratação de estoque e registros de preços	- estabelecer processos decisórios transparentes, baseados em evidências e orientados a riscos, motivados pela equidade e pelo compromisso de atender ao interesse público

Fonte: autoria própria.

Para dar maior inteligibilidade ao modelo conceitual, foi utilizada na sua confecção a notação BPMN (Business Process Model and Notation), de amplo conhecimento da

comunidade científica e utilização pela Administração Pública Federal, especificamente as estruturas, objetos, artefatos e eventos dispostos na Quadro 5:

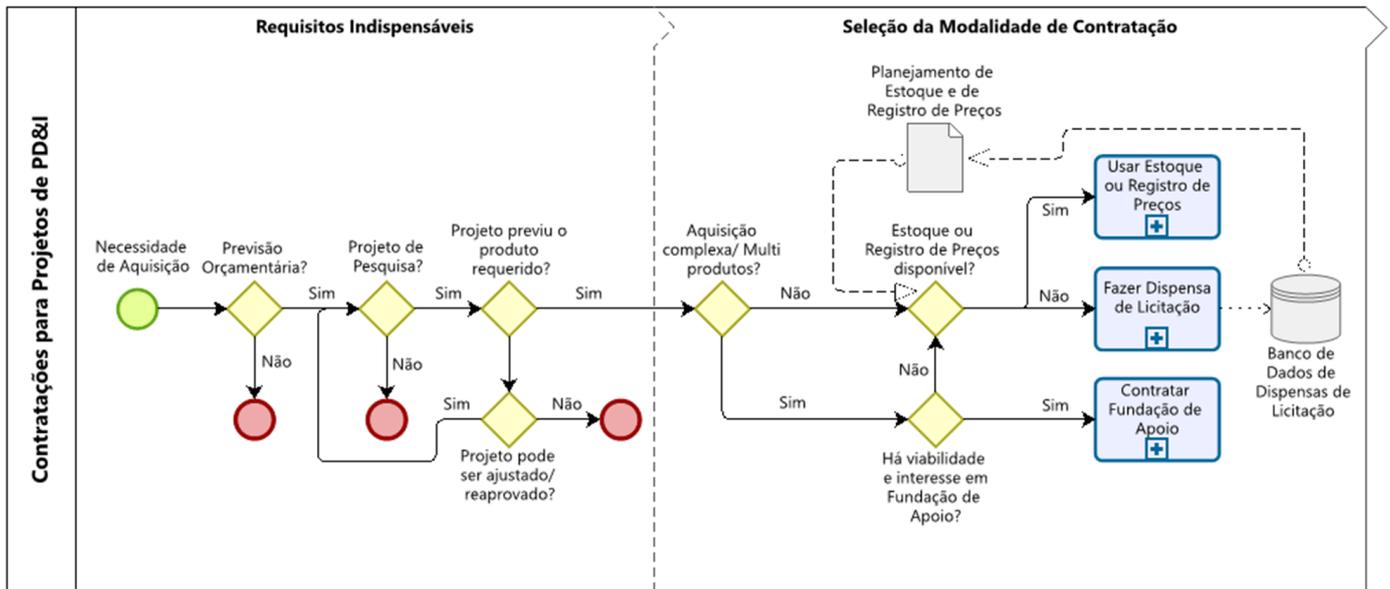
Quadro 5 – Notação BPMN para o Modelo Conceitual

Representação gráfica / Notação	Descrição	Uso no Modelo Conceitual
Início 	Em termos de Fluxos de sequência, o evento de início começa o fluxo do processo.	No processo proposto o início se dá com a necessidade de aquisição.
Fluxo de sequência 	Objeto de ligação/conexão entre os elementos da notação. Utilizado para mostrar a ordem em que as atividades serão executadas.	A ligação/conexão entre os objetos é simples, do tipo sim ou não.
Gateway Exclusivo 	Apenas um dos caminhos será seguido para a continuação do processo. Esta escolha ocorre por meio de uma informação existente no contexto.	As decisões são do tipo sim/não, encaminhando as decisões para um universo limitado de decisões e possibilidades.
Fim 	Finaliza o processo, sem gerar especificações.	Esse tipo de finalização só é possível na fase dos requisitos indispensáveis, e indica que a contratação ou não tem previsão ou não se enquadra como de P&D.
Subprocesso compactado 	Trata-se de uma atividade que contém outras atividades (um processo). Seus componentes internos são detalhados em outro diagrama, não se consegue ver os detalhes no desenho principal.	São as finalizações possíveis na fase de seleção da modalidade de contratação. Decidida a modalidade de contratação, inicia-se um processo específico de contratação (não detalhado no modelo).
Associação 	Utilizada para associar informações e artefatos com objetos de fluxo. Texto e objetos gráficos que não fazem parte do fluxo podem ser associados com objetos de fluxo (eventos, atividades e desvios).	Utilizada para associar o processo de dispensa de licitação para P&D ao banco de dados com as informações desse tipo de contratação.
Armazenamento de dados 	Serve para resgatar ou atualizar informações armazenadas que irão persistir por muito tempo após o término da instância do processo.	Utilizado para representar o banco de dados das dispensas de licitação para P&D realizadas.
Fluxo de mensagem 	Utilizado para mostrar o fluxo de mensagens entre duas organizações que estão preparadas para enviá-las e recebê-las.	Estabelece a remessa de informações entre banco de dados e o planejamento das contratações e desse para a disponibilização de estoque e registro de preços para futuras necessidades.
Objeto de dados 	Podem fornecer informações para que as atividades possam ser executadas ou sobre o que elas possam produzir.	Representa o planejamento de estoque e de registro de preços para futuras necessidades.
Piscina (pool) 	Representa um participante do processo. Um participante pode ser uma organização ou uma função de negócios, por exemplo, titular de dados.	Representa o universo do modelo proposto.
Marco (milestone) 	Representa uma divisão dentro de um processo. Criam partições na sequência do processo.	Diferencia a fase dos requisitos indispensáveis da fase de seleção da modalidade de contratação.

Fonte: autoria própria com base na METODOLOGIA DE GOVERNANÇA DE PROCESSOS (ANPD, 2024).

O modelo, observando as caixas de decisão da Quadro 4 e nas estruturas, objetos, artefatos e eventos da Quadro 5, para tentar dar curso aos objetivos estabelecidos, ficou com o desenho apresentado na Figura 11:

Figura 11 - Modelo conceitual para as contratações de produtos para pesquisa e desenvolvimento em ICTs públicas brasileiras

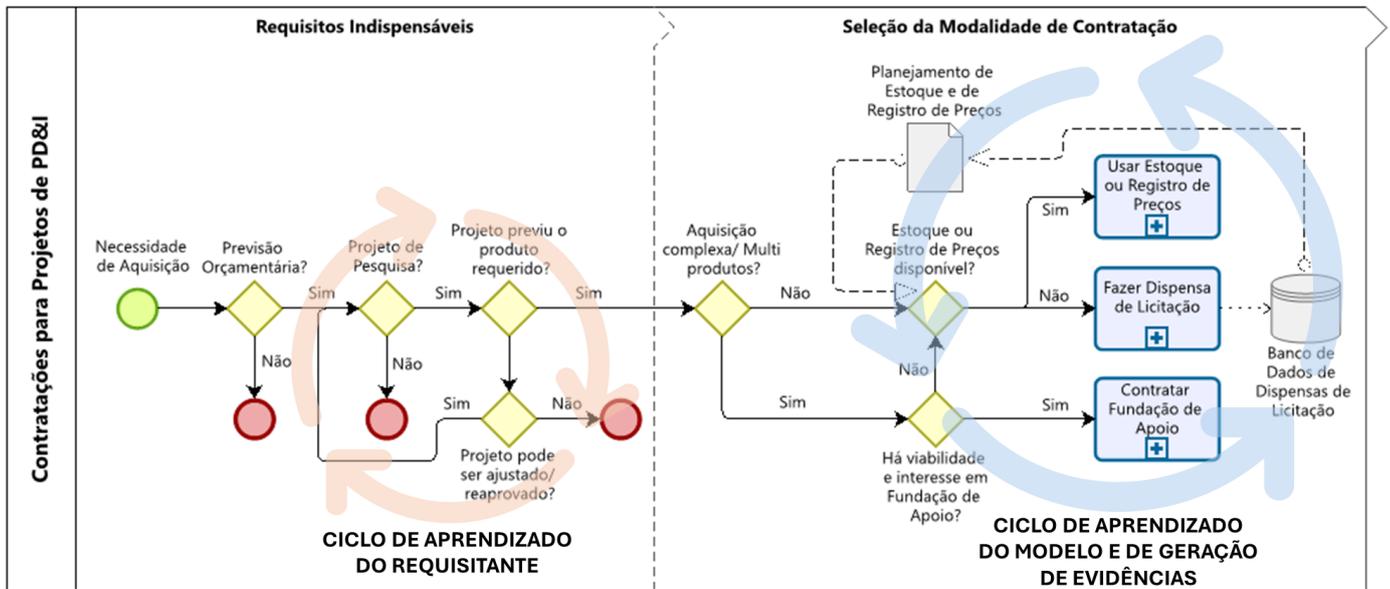


Fonte: autoria própria.

O modelo, portanto, é uma sequência contínua que, caso cumpridos os requisitos indispensáveis (previsão/disponibilidade orçamentária; projeto de pesquisa aprovado pela ICT pública, produto previsto no projeto de pesquisa), seguirá para a solução mais ágil e flexível disponível, seja a contratação de fundação de apoio, o uso de estoques ou de registros de preços disponíveis, ou a dispensa de licitação. Em linha com as diretrizes de boa governança do TCU, o modelo busca prover um processo de decisão transparente baseado em evidências para o melhor atendimento do interesse público.

Com o objetivo de garantir uma evolução contínua do sistema, o que se alinha com a terceira etapa da tomada de decisão prevista por March e Simon (1967, apud PEREIRA, LOBLER e SIMONETTO, 2010), a avaliação de escolhas passadas, o modelo prevê um ciclo de aprendizado para os pesquisadores e um ciclo de aprendizado do próprio sistema, com geração de evidências, para permitir um melhor planejamento de novas contratações, conciliando as necessidades dos projetos de pesquisa, alinhados com o objetivo principal de fazer avançar a CT&I no Brasil, com as expectativas de conformidade e padronização dos órgãos de controle, conforme Figura 12:

Figura 12 - Modelo conceitual para as contratações de produtos para pesquisa e desenvolvimento em ICTs públicas brasileiras (ciclos de aprendizado e geração de evidências)



Fonte: autoria própria.

Com a formação do banco de dados das dispensas de licitação para a contratação de produtos para pesquisa e desenvolvimento, a intenção é que as informações possam retroalimentar ano a ano o planejamento das contratações, permitindo possíveis acréscimos de produtos para pesquisa e desenvolvimento no sistema de registro de preços e na formação de estoques. Para isso, será necessário estabelecer critérios para que as ICTs avaliem a pertinência ou não desses acréscimos. Esses critérios podem ser definidos por cada ICT, mas parece razoável que alguns ganhem um caráter mais geral, conforme proposto abaixo:

- **Volume e valor da contratação:** Como um pregão eletrônico tem custo significativamente superior ao de uma dispensa de licitação, produtos de pequeno volume ou valor podem assumir um custo indireto elevado caso utilize a modalidade de contratação mais complexa (pregão eletrônico).
- **Periodicidade de consumo:** Produtos que são solicitados com muita frequência têm maior potencial para registro de preços do que os de baixa utilização.
- **Características do produto:** Produtos, com algumas características, podem ser desaconselháveis para a formação de estoques, seja pela dificuldade de armazenamento, seja por risco de perda da validade, o que pode resultar em prejuízos.

No que se refere às características do produto, esse critério está alinhado com o inciso IV, do Art. 40, da Lei nº 14.133/2021:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

...

IV - condições de guarda e armazenamento que não permitam a deterioração do material;

O modelo, como proposto, poderá ser traduzido para uma ferramenta eletrônica. Este trabalho, no entanto, não se propôs a desenvolver uma ferramenta do tipo, já que ela precisaria ser compatível com os diversos sistemas eletrônicos adotados pelas ICTs públicas. De toda forma, a expectativa é que esse modelo, se adotado, previna o comportamento ‘mediano’, resignado, de baixo perfil (BATISTA JÚNIOR e CAMPOS, 2014) e evite o surgimento de modelos mentais estáticos, estreitos e reducionistas (STERMAN, 2006), permitindo a conciliação entre governança interna e externa para que as ICTs públicas tenham melhores condições para contribuir com o avanço da ciência, tecnologia e inovação no Brasil.

5 Conclusão

O presente estudo conseguiu responder à questão norteadora e atingido os objetivos propostos. Da mesma forma, as hipóteses foram confirmadas, reforçando a importância de uma compreensão sistêmica do problema abordado. Talvez a principal contribuição desse trabalho tenha sido a proposta de um conceito para melhor definir o problema, evitando estabelecer um culpado ou vilão exclusivo pela situação de ineficiência do serviço público. Ainda que o controle muitas vezes tenda ao irrealismo e dedique à prevenção de desvios e corrupção um amor de naftalina, como bem aponta Sundfeld (2021), não é crível que qualquer um dos agentes que atuam no sistema complexo que envolve as compras e contratações de produtos para pesquisa e desenvolvimento, procure deliberadamente prejudicar o avanço da ciência, tecnologia e inovação no Brasil.

Não faz sentido imaginar a existência, dentro do serviço público, de sabotadores de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação. Não há, certamente, um complô em prol do obscurantismo. O que parece existir são problemas subterrâneos, fora do campo da racionalidade, que provocam efeitos indesejados por todos, como uma espécie de patologia da governança pública. E para tratar adequadamente uma patologia é preciso compreendê-la adequadamente.

A resposta para a questão norteadora do estudo é que as ICTs públicas brasileiras não utilizam amplamente os dispositivos legais criados para dar maior eficiência e eficácia às compras e contratações para PD&I por causa da dissonância governativa, definida como o sofrimento decorrente do desalinhamento institucional em função da incapacidade de racionalização para conciliação da governança externa com a governança interna. Sofrimento porque não satisfaz às necessidades da sociedade, e dessa forma não consagra o esforço e dedicação dos vários agentes públicos envolvidos. É um fracasso coletivo e, portanto, de responsabilidade compartilhada.

Para chegar a esse conceito, o estudo percorreu um caminho que permitiu identificar fatores que dificultam a utilização da dispensa de licitação para contratação de produtos para pesquisa, desenvolvimento e inovação: o comportamento opressivo e difuso do controle; a insegurança jurídica dos agentes públicos de compras; a falta de conhecimento do procedimento legal pelos pesquisadores; e a alienação da alta gestão das ICTs públicas no seu papel de governança interna. Dessa forma foi cumprido o primeiro objetivo específico e confirmada a

primeira hipótese. A falta de ação da governança interna das ICTs públicas é determinante para o problema.

O estudo, por outro lado, também demonstrou que existem soluções potenciais para o problema da dissonância governativa nas compras e contratações de produtos para pesquisa e desenvolvimento. A comparação entre ICTs públicas demonstrou que parte delas utilizou de forma muito mais consistente a dispensa de licitação foco do estudo, o que supriu o segundo objetivo específico, e foi verificado no estudo de caso sobre as universidades públicas federais que a ação mais efetiva da governança interna da ICT pública tem potencial para promover o realinhamento institucional, criando estímulos e segurança jurídica para que os agentes públicos façam uso dessa nova alternativa legal, o que supre o terceiro objetivo específico e confirma a segunda hipótese.

De toda sorte, como ressaltam Carvalho e Tonelli (2020), os órgãos de controle têm poder para entrar a dinamicidade de novos dispositivos legais, por mais benéficos que sejam. Para tentar prevenir isso, o estudo propôs um modelo busca conciliar a necessidade de agilidade e flexibilidade nas contratações de produtos para pesquisa e desenvolvimento com as expectativas dos órgãos de controle por conformidade e padronização. E isso supre o objetivo principal do estudo.

Nada disso, no entanto, garante o sucesso do modelo proposto. As governanças internas das ICTs públicas podem simplesmente ignorá-lo, os agentes públicos responsáveis pelas compras e contratações podem permanecer resistentes à adoção da dispensa de licitação para contratação de produtos para P&D, mesmo com a adoção do modelo, e os pesquisadores podem continuar desconhecendo as novas possibilidades legais. O maior risco, no entanto, decorre do comportamento dos órgãos de controle.

Ainda que os controladores não se oponham frontalmente à adoção da nova dispensa de licitação, eles podem criar tantos dispositivos sobrepostos de controle para o uso dessa opção legal que simplesmente inviabilizariam seu uso. Eles (controladores) são muitos, atuando de forma descoordenada e redundante, o que pode levar o agente público a resistir ao novo, não só por insegurança jurídica, mas também por exaustão. Como proposto neste estudo, a procura por culpados e vilões é contraproducente e injusta, mas a não identificação das responsabilidades de cada grupo de agentes pode ser igualmente problemática.

5.1 Limites e Limitações

O presente estudo manteve seu foco principal na dispensa de licitação para contratação de produtos para pesquisa e desenvolvimento, embora esse não seja o único dispositivo da lei de licitações e contratos públicos vocacionado para dar suporte mais ágil e flexível à pesquisa, desenvolvimento e inovação. A contratação de fundações de apoio e o uso da inexigibilidade de licitação também são muito relevantes. No entanto, um estudo ampliado dificultaria a obtenção de respostas objetivas e, principalmente, inviabilizaria a abordagem da governança pública nos termos que foram possíveis em um trabalho mais direcionado.

Ainda assim, é importante mencionar que a contratação de fundações de apoio é um tema muito mais abordado na literatura, com uma profusão de artigos e outros estudos. No entanto, a maioria desses trabalhos parece ter o viés do controle. Geralmente propõem maiores amarras na atuação dessas instituições de caráter privado sem fins lucrativos, e poucas vezes tratam das contribuições que elas dão ao avanço da ciência, tecnologia e inovação no Brasil.

No caso da inexigibilidade de licitação em apoio a projetos de pesquisa e desenvolvimento, a literatura parece mais escassa, ou mesmo inexistente. Não parece haver grande interesse na discussão sobre se os princípios do julgamento objetivo e da competitividade são ou não adequados para algumas compras e contratações voltadas para a ciência tecnologia e inovação, notadamente as que envolvem produtos na fronteira da tecnologia, como foi brevemente abordado na revisão de literatura.

Os dois casos, contratação de fundação de apoio e inexigibilidade de licitação em apoio a projetos de pesquisa e desenvolvimento, parecem envolver a dissonância governativa, o que demonstra a polivalência desse conceito. E o conceito também não parece se restringir à área ciência, tecnologia e inovação, embora seus efeitos talvez sejam mais facilmente reconhecíveis nessa área.

A dissonância governativa parece permear toda a administração pública, e o modelo aqui proposto talvez possa ser adaptado para outras atividades. Como exemplo, as compras, por hospitais públicos, de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar. Se, por um lado, não há uma previsão específica de dispensa de licitação para esse tipo de produto, por outro é forçoso reconhecer que qualquer desabastecimento em uma unidade de atendimento hospitalar gera, por si só, uma situação de risco para a saúde pública. Isso poderia ensejar a utilização da dispensa de licitação em situações de urgência e emergência, mas a dissonância governativa, mesmo frente a situação tão grave, tende a reprimir a ação célere do agente público.

De toda sorte, essas discussões estão fora do escopo do presente estudo, o que não impede que novos estudos utilizem o conceito e o modelo propostos para enfrentar outros desafios.

Referências

- Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI); Tribunal de Contas da União (TCU); Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC-BRASIL); Instituto TELLUS. **CPIN Compras Públicas para Inovação**, 2022. Disponível em: <https://inovacpin.org/>. Acesso em: 28 out. 2024.
- ASSUMPÇÃO, Laiza Daniele Nunes de et al. O Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação e os desafios para os processos de aquisição ou contratação de produto para pesquisa e desenvolvimento na Fiocruz. 2021. Tese de Doutorado.
- AUDRETSCH, David B.; SIEGEL, Donald S.; TERJESEN, Siri. Entrepreneurship in the Public and Nonprofit Sectors. **Public Administration Review**, v. 80, n. 3, p. 468-472, 2020.
- AUDY, Jorge. A inovação, o desenvolvimento e o papel da Universidade. **Estudos avançados**, v. 31, p. 75-87, 2017.
- AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (ANPD). Brasil. METODOLOGIA DE GOVERNANÇA DE PROCESSOS, Versão 1.0, de abril de 2024. Disponível em: https://www.gov.br/anpd/pt-br/documentos-e-publicacoes/metodologia_anpd_vf_consolidada.pdf. Acesso em 19 out. 2024.
- BATISTA JUNIOR, Onofre Alves; CAMPOS, Sarah. A administração pública consensual na modernidade líquida. **Fórum Administrativo – FA**, Belo Horizonte, ano 14, n. 155, p. 31-43, jan. 2014.
- BATISTA, Fábio Ferreira. Modelo de gestão do conhecimento para a administração pública brasileira: como implementar a gestão do conhecimento para produzir resultados em benefício do cidadão. 2012.
- BRASIL. Advocacia Geral da União (CGU). Minuta padrão de contrato para aquisição de produtos ou contratação de serviços para pesquisa e desenvolvimento, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/procuradoria-geral-federal-1/subprocuradoria-federal-de-consultoria-juridica/ciencia-tecnologia-e-inovacao/cp-ct-i/serv_pesq_cti/modelo-contrato-aquisicao-produto.doc. Acesso em: 28 out. 2024.
- BRASIL. Advocacia Geral da União (CGU). Parecer n. 00002/2019/CP-CT&I/PGF/AGU. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/>. Acesso em: 28 out. 2024.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 22 jun. 2024.

- BRASIL. Controladoria Geral da União (CGU). Portal da Transparência, s.d.. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/>. Acesso em: 19 jun. 2024.
- BRASIL. Controladoria Geral da União (CGU). Relatório de Avaliação 906185, de 25/11/2022. Disponível em: <https://eaud.cgu.gov.br/relatorios/download/1371061>. Acesso em: 13 mai. 2024.
- BRASIL. Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005. Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5450.htm. Acesso em: 23 jun. 2024.
- BRASIL. Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9203.htm. Acesso em: 19 de out. 2024.
- BRASIL. Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991. Dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18248.htm. Acesso em: 28 de out. 2024.
- BRASIL. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110520.htm. Acesso em: 19 de jul. 2024.
- BRASIL. Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.973.htm. Acesso em: 19 de jul. 2024.
- BRASIL. Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005. Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica; altera o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, o Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986, as Leis nºs 4.502, de 30 de novembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.245, de 18 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.311, de 24 de outubro de 1996, 9.317, de 5 de dezembro de 1996, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.336, de 19 de dezembro de 2001, 10.438, de 26 de abril de 2002, 10.485, de 3 de julho de 2002, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.755,

de 3 de novembro de 2003, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 11.053, de 29 de dezembro de 2004, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 11.128, de 28 de junho de 2005, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; revoga a Lei nº 8.661, de 2 de junho de 1993, e dispositivos das Leis nºs 8.668, de 25 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.755, de 3 de novembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, e da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111196.htm. Acesso em: 28 de out. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.349, de 27 de maio de 1998. Altera as Leis nos 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e 10.973, de 2 de dezembro de 2004; e revoga o § 1o do art. 2o da Lei no 11.273, de 6 de fevereiro de 2006. Disponível em: https://planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12349.htm. Acesso em: 19 de jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011. Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, a legislação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e a legislação da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); cria a Secretaria de Aviação Civil, cargos de Ministro de Estado, cargos em comissão e cargos de Controlador de Tráfego Aéreo; autoriza a contratação de controladores de tráfego aéreo temporários; altera as Leis nºs 11.182, de 27 de setembro de 2005, 5.862, de 12 de dezembro de 1972, 8.399, de 7 de janeiro de 1992, 11.526, de 4 de outubro de 2007, 11.458, de 19 de março de 2007, e 12.350, de 20 de dezembro de 2010, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001; e revoga dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998. Disponível em: [http://planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12462.htm#:~:text=Institui%20o%20Regime%20Diferenciado%20de,Empresa%20Brasileira%20de%20Infraestrutura%20Aeroportu%C3%A1ria%20\(](http://planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12462.htm#:~:text=Institui%20o%20Regime%20Diferenciado%20de,Empresa%20Brasileira%20de%20Infraestrutura%20Aeroportu%C3%A1ria%20(). Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113243.htm. Acesso em: 15 jul. 2024.

- BRASIL. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm. Acesso em: 15 jul. 2022.
- BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18666cons.htm. Acesso em: 15 jul. 2024.
- BRASIL. Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994. Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18958.htm. Acesso em: 15 jul. 2024.
- BRASIL. Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998. Altera dispositivos das Leis no 3.890-A, de 25 de abril de 1961, no 8.666, de 21 de junho de 1993, no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no 9.074, de 7 de julho de 1995, no 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e autoriza o Poder Executivo a promover a reestruturação da Centrais Elétricas Brasileiras - ELETROBRÁS e de suas subsidiárias e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9648cons.htm#art24xxi. Acesso em: 15 jul. 2024.
- BRASIL. Ministério da Economia. Instrução Normativa SEGES/ME Nº 67, de 8 de julho de 2021. Dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e institui o Sistema de Dispensa Eletrônica, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-seges/me-n-67-de-8-de-julho-de-2021-330985107>. Acesso em 12 jul. 2024.
- BRASIL. Painel de Compras do Governo Federal, s.d.. Disponível em: <http://paineldecompras.economia.gov.br/processos-compra>. Acesso em: 19 jun. 2024.
- BRASIL. Portal de Compras do Governo Federal, s.d.. Disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br>. Acesso em: 19 jul. 2024.
- CAMARGO, Francielle de O.; GUIMARÃES, Klicia MS. O princípio da eficiência na gestão pública. **Revista CEPPG**, v. 28, p. 133-145, 2013.
- CAMPANA, Priscilla de Souza Pestana. A cultura do medo na administração pública e a ineficiência gerada pelo atual sistema de controle. **Revista de Direito**, v. 9, n. 1, p. 189-216, 2017.
- CARROLL, John J. Failure is an option: the entrepreneurial governance framework. **Journal of Entrepreneurship and Public Policy**, 2017.

- CARVALHO, Bruno Gomes de; TONELLI, Dany Flávio. Limites e Possibilidades do Marco Legal da CT&I de 2016 para as Instituições Científicas e Tecnológicas do Brasil. **Revista de Administração, Sociedade e Inovação**, v. 6, n. 2, p. 6-24, 2020.
- CASTRO, Rodrigo Batista de. Eficácia, eficiência e efetividade na administração pública. 2006.
- CHIOATO, Tânia Lopes Pimenta; LINS, Maria Paula Beatriz Estellita. Compras públicas para inovação na perspectiva do controle. **COMPRAS PÚBLICAS PARA INOVAÇÃO NO BRASIL**, p. 77, 2022.
- CORTINHAS, Luciana Maria de Oliveira. O papel dos processos de compras públicas nos projetos de PD&I: um estudo de caso nos projetos de inovação do CDT/UnB. 2019.
- COSTA, Caio César de Medeiros; TERRA, Antônio Carlos Paim. **Compras públicas: para além da economicidade**. 2019.
- DE NEGRI, Fernanda; RAUEN, André Tortato; SQUEFF, Flávia de Holanda Schmidt. Ciência, inovação e produtividade: Por uma nova geração de políticas públicas. **Desafios da nação: artigos de apoio**. Brasília: Ipea, 2018.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Da constitucionalização do direito administrativo: reflexos sobre o princípio da legalidade e a discricionariedade administrativa. **Supremacia do interesse público e outros temas relevantes de Direito Administrativo**. São Paulo, SP: Editora Atlas, p. 169, 2010.
- FESTINGER, Leon. **A Teoria da dissonância cognitiva**. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- FIGUEIREDO, Paulo N. **Gestão da informação: conceitos, métricas e experiências de empresas no Brasil**. Rio de Janeiro, LTC, 2009.
- FOSS, Maria Carolina. Compras públicas como instrumento de política de inovação orientada à demanda: Experiências no Brasil, nos Estados Unidos e na União Europeia, 2019.
- Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG). INSTRUÇÃO NORMATIVA PROPLAD/FURG N° 2, de 3 de outubro de 2022. Disponível em: https://www.furg.br/arquivos/Avisos/2022/27-10-22-Instrucao_Normativa_PROPLAD_0002_2022_-_Compras-furg.pdf. Acesso em 9 jul. 2024.
- GENIN, Aurora Liu; TAN, Justin; SONG, Juan. State governance and technological innovation in emerging economies: State-owned enterprise restructuring and institutional logic dissonance in China's high-speed train sector. **Journal of International Business Studies**, v. 52, n. 4, p. 621-645, 2021.
- GIL, Antonio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

- GUIMARÃES, Fernando Vernalha. O Direito Administrativo do Medo: a crise da ineficiência pelo controle. **Direito do Estado**, v. 31, 2016.
- JENSEN, C.; MECKLING, W. H. Teoria da Firma: comportamento dos administradores, custos de agência e estrutura de propriedade, 2008. **Revista de Administração de Empresas**, v. 48, n. 2, 2020.
- JUNG, Jiwon; BOZEMAN, Barry; GAUGHAN, Monica. Fear in bureaucracy: Comparing public and private sector workers' expectations of punishment. **Administration & Society**, v. 52, n. 2, p. 233-264, 2020.
- KLERING, Luis Roque; PORSSE, Melody de Campos Soares; GUADAGNIN, Luis Alberto. Novos caminhos da administração pública brasileira. **Análise-Revista de Administração da PUCRS**, v. 21, n. 1, 2010.
- LANDONI, Matteo. Knowledge creation in state-owned enterprises. **Structural Change and Economic Dynamics**, v. 53, p. 77-85, 2020.
- LAPOLLI, Édis; GOMES, Roberto Kern. Práticas intraempreendedoras na gestão pública: um estudo de caso na Embrapa. **Estudos Avançados**, v. 31, p. 127-142, 2017.
- LEONARD-BARTON, Dorothy. Nascentes do Saber: criando e sustentando as fontes de inovação. Tradução de Heloísa Beatriz Santos Rocha e Thereza Cristina Vicente Vianna. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- LOUSADA, Mariana; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Modelos de tomada de decisão e sua relação com a informação orgânica. **Perspectivas em ciência da informação**, v. 16, p. 147-164, 2011.
- MACHADO, Paulo Roberto Silveira et al. Modelo de gestão de compras em institutos de pesquisa. 2018.
- MARTINS, Ana Paula Antunes et al. Sentidos e usos da Governança Pública na Administração Pública brasileira: análise do discurso das diretrizes do Tribunal de Contas da União e do Decreto 9.203/2017. **XLVI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Curitiba, Brasil, 2022**.
- MARTINS, Vinicius Abilio; JUNIOR, Jair Jeremias; ENCISO, Luis Fernando. Conflitos de agência, Governança Corporativa e o serviço público brasileiro: um ensaio teórico. *Revista de Governança Corporativa*, v. 5, n. 1, 2018.
- MAZZUCATO, Mariana. **O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado**. Portfolio-Penguin, 2014.
- MIRANDA, João Irineu de Resende; VERDE, Lucas Henrique Lima. Uma análise econômica dos resultados brasileiros no Índice Global de Eficiência em Inovação frente ao novo marco

da ciência, tecnologia e inovação (Lei n. 13.243/2016). **Economic Analysis of Law Review**, v. 9, n. 2, p. 308-337, 2018.

NIEBUHR, Joel De Menezes; LUZIA, Cauê Vecchia; RÊGO, Eduardo de Carvalho; SCHRAMM, Fernanda Santos; QUINT, Gustavo Ramos da Silva; MEDEIROS, Isaac Kofi; ASSIS, Luiz Eduardo Altenburg de; OLIVEIRA, Murillo Preve Cardoso de; FERREIRA, Otávio Sendtko; NIEBUHR, Pedro de Menezes; FERRAZ, Renan Fontana; LAHOZ, Rodrigo Augusto Lazzari; RIBAS JÚNIOR, Salomão Antonio. Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 2. ed. Curitiba: Zênite, 2021.

NONAKA, Ikujiro. A empresa criadora de conhecimento. *Gestão do conhecimento*, v. 12, p. 39-53, 2008.

PEIXOTO, Graziani Mendonça. Previsão de demanda em registro de preços: análise dos processos de compras da Reitoria do Instituto Federal do Espírito Santo. 2016. Dissertação de Mestrado.

PEREGRINO, Fernando. Questões sobre a burocracia e as sociedades industriais e do conhecimento. **Revista Inteligência Empresarial**, v. 43, p. 1-19, 2021.

PEREIRA, Breno Augusto Diniz; LOBLER, Mauri Leodir; SIMONETTO, Eugênio de Oliveira. Análise dos modelos de tomada decisão sob o enfoque cognitivo. **Revista de Administração da UFSM**, v. 3, n. 2, p. 260-268, 2010.

RAHAYU, Sri; YUDI; RAHAYU. Internal auditors role indicators and their support of good governance. *Cogent Business & Management*, v. 7, n. 1, p. 1751020, 2020.

RAUEN, Cristiane Vianna. O novo marco legal da inovação no Brasil: o que muda na relação ICT-empresa? In: **Radar**. n. 43, 2016. p. 21-35.

RIBEIRO, Filipe da Cruz; SILVA, Eduardo Fialho; VIVAS, José Garcia; VIANA, Josiane Dantas; MURARI, Thiago B.; "THE USE OF APIs FOR ACCESS TO INFORMATION AS A TOOL FOR ANALYSIS OF PUBLIC POLICIES IN THE PURCHASE AND CONTRACTING RESEARCH INPUTS", p. 486-493 . In: . São Paulo: Blucher, 2024. ISSN 2357-7592, DOI 10.5151/siintec2024-392912

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta paulista de enfermagem**, v. 20, n. 2, p. v-vi, 2007.

SANTOS, José Carlos; OLIVEIRA, Sueli Santos. A importância da administração pública indireta para a prestação do serviço público. **Revista da Faculdade de Administração e Economia**, v. 1, n. 2, p. 64-89, 2010.

SENGE, Peter M. **A quinta disciplina: a arte e prática da organização que aprende**. Editora Best Seller, 2018.

SILVA, Eduardo Fialho et al. Um estudo sobre a utilização da dispensa de licitação para compras e contratações de produtos para pesquisa e desenvolvimento. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 15, n. 4, p. e3601-e3601, 2024.

STERMAN, John D. Learning from evidence in a complex world. **American journal of public health**, v. 96, n. 3, p. 505-514, 2006.

SUNDFELD, Carlos Ari. Chega de axé no direito administrativo. **Huffpost Brasil**, 2021.

TEIXEIRA, Alex Fabiane; GOMES, Ricardo Corrêa. Governança pública: uma revisão conceitual. 2019.

TEIXEIRA, Thatiana Stacanelli et al. Inovação e empreendedorismo: um caso no setor público. **Revista Pretexto**, p. 57-71, 2019.

Tribunal de Contas da União (TCU). Imprensa. “Tribunal fiscaliza investimentos em ciência, tecnologia e inovação”, 2024. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/tribunal-fiscaliza-investimentos-em-ciencia-tecnologia-e-inovacao.htm>. Acesso em 28 de jul. 2024.

Tribunal de Contas da União (TCU). MANUAL DE COMPRAS DIRETAS DO TCU, s.d.. Disponível em: [file:///C:/Users/NETADMIN/Downloads/Manual%20de%20compras%20diretas%20TCU%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/NETADMIN/Downloads/Manual%20de%20compras%20diretas%20TCU%20(3).pdf). Acesso em 12 de mai. 2024.

Tribunal De Contas Da União (TCU). Principais Resultados: TCU em Números. **Painel Resultados do TCU**, s.d. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYTZk4NDctZmQ0OC00YTQwLWE4YzItNmUyNTg4ZTBiMmI3IiwidCI6ImJmMTU4MTg4LTlhMTEtNDRjMi1iN2ZjLTIxZTg1NjEzYmEyNyJ9>. Acesso em: 25 jul. 2024.

Tribunal de Contas da União (TCU). **Referencial básico de governança aplicável a organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU**. 2020. Disponível em: [file:///C:/Users/NETADMIN/Downloads/Publicacao_digital_2%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/NETADMIN/Downloads/Publicacao_digital_2%20(1).pdf). Acesso em 21 de ago. 2024.

Universidade de Brasília (UnB). DISPENSA DE LICITAÇÃO ART. 24, INCISO XXI DA LEI Nº 8.666/93 PROJETOS DE PESQUISA, 2020. Disponível em: https://dpg.unb.br/images/Serviços/GUIA_DE_COMPRAS_-_DCO.pdf. Acesso em: 11 de jul. 2024.

Universidade de Brasília (UnB). DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES NECESSÁRIOS PARA INSTRUÇÃO DE PEDIDOS DE COMPRA/CONTRATAÇÃO DE BENS, INSUMOS E SERVIÇOS ESPECÍFICOS, s.d. Disponível em: https://dpg.unb.br/images/Serviços/GUIA_DE_COMPRAS_-_DCO.pdf. Acesso em: 11 de jul. 2024.

- Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL). ROTEIRO PARA AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES, s.d.. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/proaf/wp-content/uploads/sites/129/2023/07/ROTEIRO-DE-AQUISICOES-E-CONTRATACOES.pdf>. Acesso em 14 de Jul. 2024.
- Universidade Federal de Goiás (UFG PROAP e outros recursos para apoio à pesquisa e desenvolvimento, 2023. Disponível em <https://dcom.ufg.br/p/25443-proap-e-outros-recursos-para-apoio-a-pesquisa-e-desenvolvimento>. Acesso em: 8 de jul. 2024.
- Universidade Federal de Lavras (UFLA). DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE PRODUTOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO, s.d.. Disponível em: https://proplag.ufla.br/images/Processos_PROPLAG/Processo_dispenza_de_licita%C3%A7%C3%A3o.png. Acesso em: 15 de jul. 2024.
- Universidade Federal de Pelotas (UFPEL, s.d.). COMPRA DIRETA, s.d.. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/prppg/pos-graduacao/neor/rotinas/compras-servicos/>. Acesso em: 6 de jul. 2024.
- Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). DCC/PROPESQ “Nº 1: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPECÍFICOS PARA PESQUISA CIENTÍFICA (Lei 8.666/93, art. 24, inc. XXI), 2020. Disponível em: <https://www.uast.ufpe.br/sites/uast.ufpe.br/files/paginas/manual%20de%20procedimentos%20de%20compras.pdf>. Acesso em 14 de Jul. 2024.
- Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Manual de contratações diretas da UFPE, s.d.. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/5353690/5365498/Manual+Contrata%C3%A7%C3%A3o+Direta+UFPE.pdf/847e96bf-3045-40bb-a031-334bfd26b892>. Acesso em: 13 de jul. 2024.
- Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). MANUAL DE COMPRAS, s.d.. Disponível em: https://compras.wiki.ufsc.br/index.php/Manual_de_Compras_do_DCOM. Acesso em: 13 de jul. 2024.
- Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). CONTRATAÇÃO DIRETA (Dispensa e Inexigibilidade de Licitação), s.d.. Disponível em: https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/352/2024/01/Contratacao_Direta_Nova_Lei.pdf. Acesso em: 4 de jul. 2024.
- Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ). Manual do PROAP, 2023. Disponível em: https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/pos_graduacao/Manual_Procedimentos_PROAP_V2_Pub-abr-2023.pdf. Acesso em: 14 de jul. 2024.

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). MANUAL DE ORIENTAÇÃO, 2024. Disponível em: https://docs.google.com/document/d/1BMbPJQP5rGNII6JGf2A3owdLIhmslfouspZivLStC_Q/edit. Acesso em: 15 de jul. 2024.

Universidade Federal do ABC (UFABC). IMPORTAÇÕES DESTINADAS À PESQUISA CIENTÍFICA (LEIS 8.010/90; 8.666/93, ART. 24, XXI), 2020. Disponível em: https://proad.ufabc.edu.br/images/Importacao/Procedimento_de_abertura_de_processo_d_e_importação_PESQUISA1.pdf. Acesso em: 6 de jul. 2024.

Universidade Federal do ABC (UFABC). Importações via Agências, s.d.. Disponível em: <https://propes.ufabc.edu.br/manual-pesquisador/importa-agencias#>. Acesso em: 6 de jul. 2024.

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Dispensa para Pesquisa Científica, s.d.. Disponível em: <https://compras.ufes.br/dispensa-para-pesquisa-cientifica>. Acesso em: 2 de jul. 2024.

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). DISPENSA DE LICITAÇÃO / ART 24/XXI, s.d.. Disponível em: <https://proadi.ufms.br/files/2021/05/05.ART-24-XXI-MAT-E-SERV.png>. Acesso em: 14 de jul. 2024.

Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Aquisição de Materiais, s.d.. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/pesquisa/pesquisadores/compra-de-equipamentos-2/>. Acesso em: 6 de jul. 2024.

Universidade Federal do Paraná (UTFPR). INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA PRA-PROPLAN-PRPPG-SUINFRA/UFPR Nº 01, de 10 de março de 2023. Disponível em: <https://litoral.ufpr.br/direcao/wp-content/uploads/sites/22/2023/03/IN-PRA-PROPLA-PRPPG-SUINFRA-n.-01-10-03-23.pdf>. Acesso em 9 jul. 2024.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). {Orientações sobre Dispensa de Licitação e Inexigibilidade de Licitação}, s.d.. Disponível em: <https://wp-sites.info.ufrn.br/admin/wp-content/uploads/sites/8/2018/11/DL-e-INEXIGIBILIDADE-Checklist-Proc-Eletr%C3%B4nico.docx>. Acesso em: 03 de jul. 2024.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA PRODUTOS E SERVIÇOS PARA PESQUISA, s.d.. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/propg/dispensa-de-licitacao/>. Acesso em: 15 de jul. 2024.

VALADARES, Josiel Lopes; EMMENDOERFER, Magnus Luiz. A incorporação do empreendedorismo no setor público: reflexões baseadas no contexto brasileiro. 2015. **Revista de Ciências da Administração**, v. 17, n. 41, p. 82-98, 2015.

VIEIRA, James Batista; BARRETO, Rodrigo Tavares de Souza. **Governança, gestão de riscos e integridade**. 2019.

WIKIPÉDIA. **Lista de países por Índice de Desenvolvimento Humano**, s.d.. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_pa%C3%ADses_por_%C3%8Dndice_de_Desenvolvimento_Humano. Acesso em: 6 ago. 2024.

WIKIPÉDIA. **Lista de países por PIB nominal per capita**, s.d.. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_pa%C3%ADses_por_PIB_nominal_per_capita. Acesso em: 6 ago. 2024.

WIKIPÉDIA. **Lista de países por PIB nominal**, s.d.. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_pa%C3%ADses_por_PIB_nominal. Acesso em: 6 ago. 2024.

WIKIPÉDIA. **Lista de países por população**, s.d.. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_pa%C3%ADses_por_popula%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 6 ago. 2024.

WIKIPÉDIA. **Lista de universidades federais do Brasil**, s.d.. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_universidades_federais_do_Brasil. Acesso em: 19 jul. 2024.

WIPO. **Índice Global de Inovação**. 2023. Disponível em: https://www.wipo.int/pressroom/pt/articles/2023/article_0011.html. Acesso em: 12 de abr. 2024.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e métodos**. Bookman editora, 2015.

Anexo 1 - Seleção e refinamento de dados extraídos através da API de Compras Sem Licitação do Governo Federal para o Estudo de Caso sobre as dispensas de licitação para contratação de produtos para pesquisa e desenvolvimento, realizadas pelas universidades públicas federais em 2023 (dispensas de licitação pelo inciso XXI, do Art. 24, da Lei 8.666/93).

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DA LICITAÇÃO	JUSTIFICATIVA
153030	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA/MG	Objeto: Importação: MEDIDOR DE PERDA DE INSERÇÃO E RETORNO ÓPTICO - Requisitante: Instituto de Sistemas Elétricos e Energia da UNIFEI - Valor em USD: 35,520.00 - Valor em reais, já acrescidos das despesas de variação cambial e taxas de fechamento de câmbio: R\$ 199.766,91.	Justificativa: Contratação prevista no Art. 24º, Inciso XXI da Lei nº 8.666 de 21º/06/1993.
153030	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA/MG	Objeto: Contratação: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO ZETASIZER PARA O LABORATÓRIO DE MULTIUSUÁRIOS DA UNIFEI (RELAM) - Requisitante: Coordenação de Aquisições e Suprimentos da UNIFEI.	Justificativa: Contratação prevista no Art. 24º, Inciso XXI da Lei nº 8.666 de 21º/06/1993.
153030	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA/MG	Objeto: Contratação: AQUISIÇÃO DE ESPECTROFLUORÍMETRO E CONJUNTO DE OBJETOS QUE O ACOMPANHA, PARA O LABORATÓRIO DE MULTIUSUÁRIOS DA UNIFEI (RELAM) - Requisitante: Coordenação de Aquisições e Suprimentos da UNIFEI. Valor em USD: 19,441.00. Valor em Reais, já acrescido das taxas de fechamento de câmbio e variação cambial: 116.760,31.	Justificativa: Contratação prevista no Art. 24º, Inciso XXI da Lei nº 8.666 de 21º/06/1993.
153030	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA/MG	Objeto: Contratação: AQUISIÇÃO DE UM SISTEMA DE CORRELAÇÃO DE IMAGENS 3D PARA ATENDER O LABORATÓRIO DE MULTIUSUÁRIOS DA UNIFEI (RELAM). Requisitante: Coordenação de Aquisições e Suprimentos da UNIFEI. Valor em USD: 66,000.00. Valor em Reais, já acrescidos das taxas de fechamento de câmbio e variação cambial: 396.538,56.	Justificativa: Contratação prevista no Art. 24º, Inciso XXI da Lei nº 8.666 de 21º/06/1993.
153030	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA/MG	Objeto: Contratação: AQUISIÇÃO DE ESPECTROFOTÔMETRO UV-VIS COM ESFERA DE INTEGRAÇÃO E MODO DE MEDIÇÃO DE COR PARA ATENDER O LABORATÓRIO DE MULTIUSUÁRIOS DA UNIFEI (RELAM). Requisitante: Coordenação de Aquisições e Suprimentos da UNIFEI. Valor em USD: 25,898.00. Valor em Reais, já acrescido das taxas de fechamento de câmbio e variação cambial: 157.156,30.	Justificativa: Contratação prevista no Art. 24º, Inciso XXI da Lei nº 8.666 de 21º/06/1993.
153030	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA/MG	Objeto: Contratação: AQUISIÇÃO DE UM ANALISADOR DINÂMICO-MECÂNICO (DMA) PARA O LABORATÓRIO DE MULTIUSUÁRIOS DA UNIFEI (RELAM). Requisitante: Coordenação de Aquisições e Suprimentos da UNIFEI. Valor em USD: 119,820.00. Valor em Reais, já acrescidos das taxas de fechamento de câmbio e variação cambial: R\$ 703.750,79.	Justificativa: Contratação prevista no Art. 24º, Inciso XXI da Lei nº 8.666 de 21º/06/1993.

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DA LICITAÇÃO	JUSTIFICATIVA
153030	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA/MG	Objeto: Aquisição: CÂMARA AMBIENTAL INSTRON CÓD. 3119-607 - CÂMARA PARA ENSAIOS MECÂNICOS EM TEMPERATURAS NÃO AMBIENTES (- 150°C A 350°C), COMPATÍVEL COM MÁQUINA SERVO HIDRÁULICA INSTRON, MODELO 8801 (RELAM). Requisitante: Instituto de Engenharia Mecânica da UNIFEI. Valor em USD: 120,266.00. Valor em Reais, já acrescido de taxa de fechamento de câmbio e variação cambial: R\$ 649.358,23.	Justificativa: Contratação prevista no Art. 24º, Inciso XXI da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.
153031	MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO/SP	Objeto: Importação direta de equipamento (DIFRATÔMETRO DE RX), para uso exclusivo em laboratório de pesquisa científica.	Justificativa: Complemento de câmbio para aquisição de materiais importados
153035	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO	Objeto: Reator de micro-ondas monomodo de alto desempenho com câmera integrada e dispositivo de agitação magnética projetado para síntese de micro-ondas de pequena a média escala, com as seguintes especificações técnicas; Potência máxima: 850 W Máxima pressão de operação: 30 bar (435 psi) (acompanha sensor de pressão hidráulico) Temperatura máxima: 300 °C Fonte de alimentação: 230V, 50 Hz/60 Hz, 1600 VA. Câmera integrada para acompanhar o progresso da	Justificativa: Para ampliação da infraestrutura multidisciplinar nas áreas biomédicas e tecnológicas da UFTM.
153046	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO/ES	Objeto: Aquisição de 01 (um) corador automático de lâminas para atender às demandas do Laboratório Multiusuário de Histotécnicas-LHT/CCS/UFES	Justificativa: Aquisição exclusivamente a pesquisa científica e tecnológica com recursos concedidos pelo CNPQ.
153046	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO/ES	Objeto: Aquisição de 01 Titulador Karl Fischer e 02 Banhos ultratermostáticos com circulação e refrigeração para atender as demandas do Laboratório de Energia da Biomassa/DCFM/CCA/UFES	Justificativa: Aquisição exclusivamente a pesquisa científica e tecnológica com recursos concedidos pelo CNPQ.
153046	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO/ES	Objeto: Aquisição de material de consumo para atender às demandas do Programa de Pós-Graduação em Bioquímica/CCS/UFES	Justificativa: Aquisição exclusivamente a Pesquisa Científica e Tecnologia com recursos concedido pelo CNPQ.
153046	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO/ES	Objeto: Aquisição de equipamento de Ressonância Magnética Nuclear de 80 MHz para atender às demandas do PPGQ/CCE/UFES	Justificativa: Aquisição exclusivamente a Pesquisa Científica e Tecnológica com recursos concedidos pelo CNPQ.
153046	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO/ES	Objeto: Contratação de serviço de manutenção corretiva e preventiva para 02 (duas) prensas hidráulicas da marca A. J. AMSLER, com capacidade máxima de 50.000kgf e de 200.000kgf, Patrimônio UFES Nº 84555 e 84775, respectivamente, instaladas no LEMAC Laboratório de Ensaios em Materiais de Construção do DEC - CT - UFES.	Justificativa: Os equipamentos atendem as atividades de aula, pesquisa e extensão, sendo utilizados em diversos projetos de pesquisas.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	Objeto: Aquisição de EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DE ALTO DESEMPENHO (Servidores e racks de alto desempenho) VIA IMPORTAÇÃO DIRETA, para atender às necessidades do LABTIME/FAV/UFG, para desenvolvimento de pesquisa científica.	Justificativa: Para desenvolvimento de pesquisa científica.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	Objeto: Aquisição de EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DE ALTO DESEMPENHO (TABLET) VIA IMPORTAÇÃO DIRETA, para atender às necessidades do LABTIME/FAV/UFG, para desenvolvimento de pesquisa científica.	Justificativa: Para Desenvolvimento de pesquisa científica.

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DA LICITAÇÃO	JUSTIFICATIVA
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	Objeto: Aquisição de EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DE ALTO DESEMPENHO (Servidores racks de alto desempenho) VIA IMPORTAÇÃO DIRETA, para atender às necessidades do LABTIME/FAV/UF/GO, para desenvolvimento de pesquisa científica.	Justificativa: Para Desenvolvimento de pesquisa científica.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	Objeto: Aquisição de EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DE ALTO DESEMPENHO (workstation, monitores, mesas digitalizadoras de alto desempenho) VIA IMPORTAÇÃO DIRETA, para atender às necessidades do LABTIME/FAV/UF/GO, para desenvolvimento de pesquisa científica.	Justificativa: Para Desenvolvimento de pesquisa científica.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	Objeto: Aquisição de EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO DE ALTO DESEMPENHO VIA IMPORTAÇÃO DIRETA, para atender às necessidades do LABTIME/FAV/UF/GO, para desenvolvimento de pesquisa científica.	Justificativa: Para desenvolvimento de pesquisa científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Objeto: Aquisição de forno mufla para pesquisa com recursos do Convênio Fundação Araucária n° 052/2020	Justificativa: Aquisição de forno mufla para pesquisa com recursos do Convênio Fundação Araucária n° 052/2020
153114	UFRS-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RS/RS	Objeto: Licença perpétua WoundSim Basic Research Package Software e Pacote de manutenção pelo período de 12 meses.	Justificativa: Bens destinados e indispensáveis à execução e desenvolvimento do Projeto: 22/2551-0000839-9 -
153114	UFRS-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RS/RS	Objeto: Fornecimento do Software Cadfil, pacote de software Lite+. O pacote inclui 12 meses de atualizações e suporte técnico.	Justificativa: Bens destinados e indispensáveis à execução e desenvolvimento do Projeto: 22/2551-0000839-9
153114	UFRS-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RS/RS	Objeto: Aquisição de materiais químicos e laboratoriais.	Justificativa: São produtos indispensáveis para o funcionamento dos laboratórios.
153114	UFRS-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RS/RS	Objeto: Aquisição de materiais químicos e laboratoriais.	Justificativa: São produtos indispensáveis para o funcionamento dos laboratórios.
153114	UFRS-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RS/RS	Objeto: Tow Uno Mini (EQUIPAMENTO DE IMPREGNAÇÃO DE TOW DE LABORATÓRIO PARA PESQUISA E DESENVOLVIMENTO)	Justificativa: Bem destinado e indispensável à execução e desenvolvimento do Projeto.
153114	UFRS-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RS/RS	Objeto: Aquisição de drone multirrotor DJI Matrice 300 RTK + acessório da caixa, bateria TB60 para DJI Matrice 300, estação de recarga de baterias BS60 para DJI Matrice 300 e câmera Zennuse H20N para DJI Matrice 300.	Justificativa: PARECER REFERENCIAL n. 002/2019/PF-UFRGS/PGF/AGU
153114	UFRS-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RS/RS	Objeto: Receptor de sinal de GPS miniaturizado para rastreamento remoto de aves marinhas com descarga remota dos dados através de VHF; Estação receptora de sinal de VHF para descarga remota dos dados de GPS; Receptor de sinal de GPS miniaturizado para rastreamento remoto de aves marinhas sem descarga remota dos dados e com sensor barométrico.	Justificativa: Bem destinado e indispensável à execução e desenvolvimento do Projeto: 37905 - Uso do espaço e dos recursos por aves.
153114	UFRS-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RS/RS	Objeto: Compactador automático betuminoso (automatic bituminous compactor) 50/60 Hz	Justificativa: Bem destinado e indispensável à execução e desenvolvimento do Projeto: IAP 001940 - PERA - INOVAÇÃO EM ENGENHARIA.
153114	UFRS-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RS/RS	Objeto: Aquisição de materiais químicos e laboratoriais.	Justificativa: São produtos indispensáveis para o funcionamento dos laboratórios.
153114	UFRS-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RS/RS	Objeto: Analisador online para contagem de partículas (gotículas oleosas) e determinação da distribuição de tamanho.	Justificativa: Bem destinado e indispensável à execução e desenvolvimento do Projeto: IAP-

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DA LICITAÇÃO	JUSTIFICATIVA
			002462 - Novas Classes de Flocculantes.
153114	UFRS-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RS/RS	Objeto: Aquisição de materiais químicos e laboratoriais.	Justificativa: São produtos necessários para o funcionamento dos laboratórios.
153114	UFRS-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RS/RS	Objeto: Aquisição de materiais químicos e laboratoriais.	Justificativa: São produtos necessários para o funcionamento dos laboratórios.
153114	UFRS-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RS/RS	Objeto: Editoração e publicação de livro autoral. Formato físico e e-book, Diagramação, Revisão e Normatização do livro O ensino de metodologia da pesquisa na pósgraduação em Políticas Sociais e Serviço Social e Impressão do Livro Psicanálise e Tecnologias Sociais.	Justificativa: São produtos necessários para o funcionamento dos laboratórios.
153114	UFRS-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RS/RS	Objeto: Fibra de carbono Tenax A ITS50 F23 24K 1600tex S.	Justificativa: MANUFATURA AVANÇADA UTILIZANDO MATERIAIS COMPOSITOS, POLÍMEROS NANOCARREGADOS E BIOPOLÍMEROS PARA VASOS DE PRESSÃO.
153114	UFRS-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RS/RS	Objeto: Analisador automatizado do teor de óleo em água em ambiente seguro, via fluorescência induzida por laser. Com painel de controle e conexão a estação de controle/monitoramento.	Justificativa: Bem destinado e indispensável à execução e desenvolvimento do Projeto: IAP-002462 - Novas Classes de Flocculantes
153114	UFRS-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RS/RS	Objeto: Bomba pistão para aplicação em HPLC.	Justificativa: Bem destinado e indispensável à execução e desenvolvimento do Projeto: IAP-002462 - Novas Classes de Flocculantes.
153164	UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	Objeto: Importação direta de um Multiplexador/Sensor - AM16/32B-ST-SW 16 or 32 Channel Relay Multiplexer -ST -25 to +50C, junto ao exportador CAMPBELL SCIENTIFIC INC, para atender o Projeto de Pesquisa Monitoramento da radiação fotossinteticamente ativa em cultivos agrícolas.	Justificativa: Material utilizado em projeto em desenvolvimento.
153164	UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	Objeto: Importação direta de Padrões analíticos de micotoxinas, junto ao exportador FERMENTEK LTD., para atender o Projeto de Pesquisa Estudo Interdisciplinar e Multicêntrico da Relação entre a Presença de Agrotóxicos e Micotoxinas em Fitoterápicos como Condicionantes Ambientais de Doenças Crônica.	Justificativa: Material utilizado em projeto em desenvolvimento.
153164	UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	Objeto: Aquisição de ácido nítrico P.A 65%	Justificativa: Atender projeto de pesquisa financiado pela SEAPI/RS
153164	UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	Objeto: Aquisição de tubo falcon PP estéril.	Justificativa: Aquisição de pequeno valor
153164	UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	Objeto: Reparo nos nobreaks localizados no Curso Pós-Graduação de Engenharia Química/CT, patrimônio 290296, 242269 e 242041	Justificativa: Atender projeto de pesquisa financiado pela UFSM
153164	UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	Objeto: Manutenção de câmara frigorífica do Departamento de Fitotecnia, patrimônio 23516	Justificativa: Para atender a projeto de pesquisa financiado pela UFSM
153164	UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	Objeto: Conserto do nobreak com substituição de baterias.	Justificativa: Presente contratação tem previsão em projeto de pesquisa

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DA LICITAÇÃO	JUSTIFICATIVA
153164	UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	Objeto: Manutenção corretiva e preventiva de duas termocicladoras, patrimônio 213682 e 227632	Justificativa: Atender a projeto de pesquisa financiado pela UFSM
153164	UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	Objeto: Manutenção/conserto em SISTEMA DE ULTRAPURIFICAÇÃO DE ÁGUA, MARCA MILLIPAK, MOD. DIRECT-Q3UV, NS° F7NN89556E.	Justificativa: Aquisição de serviço de manutenção para atender necessidade de projeto de pesquisa nº 57906 (GAP), recursos UFSM.
153164	UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	Objeto: Transporte de dois microscópios eletrônicos do Campus de UFRGS para Campus da UFSM.	Justificativa: Trata-se de projeto de pesquisa.
153164	UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	Objeto: Aquisição de conjunto de placas para BOD - Incubadora Eletrolab	Justificativa: Atender a projeto de pesquisa financiado pela UFSM
153164	UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	Objeto: Aquisição de nobreak 5 kVA de onda senoidal	Justificativa: A aquisição esta prevista em projeto de pesquisa financiado pela UFSM
153164	UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	Objeto: Conserto Balança digital, marca: DIGITRON, modelo: VL-300, Registro Patrimonial UFSM: 240393	Justificativa: Atender a projeto de pesquisa financiado pela UFSM
153164	UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	Objeto: Aquisição de cartucho membrana, elemento filtrante para Curso de Odontologia	Justificativa: Aquisição com recurso previsto em projeto de pesquisa financiado pela UFSM
154032	UNIVERSIDADE FED. DE CIENCIAS DA SAUDE/RS	Objeto: Contratação de empresa para realização de despachos aduaneiros e procedimentos de nacionalização para aquisição do Microscópio Invertido de Fluorescência, modelo TS2R-FL Stand, marca Nikon, e acessórios descritos na Proforma Invoice nº 00158816, ligado à pesquisa Análise da eficácia da membrana amniótica humana como curativo biológico para regeneração de pele em modelo de queimadura , aprovada na Chamada MS-SCTIE-Decit/CNPq nº 12/2018.	Justificativa: Aquisição de bem destinado à pesquisa nos termos da legislação vigente
154032	UNIVERSIDADE FED. DE CIENCIAS DA SAUDE/RS	Objeto: Aquisição de itens laboratoriais (insumos, reagentes e equipamentos) de usos comum e específicos contemplados no Edital 24/2023 - PRO PPG da UFCSPA.	Justificativa: Conforme documentos acostados aos autos
154032	UNIVERSIDADE FED. DE CIENCIAS DA SAUDE/RS	Objeto: Aquisição de insumos/reagentes laboratoriais mediante verba da CAPES para o Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP) desta UFCSPA.	Justificativa: Conforme documentos acostados aos autos.
154032	UNIVERSIDADE FED. DE CIENCIAS DA SAUDE/RS	Objeto: Aquisição de citômetro de fluxo analisador modelo BD FACSymphony A5 e acessórios, para o projeto Modernização da infraestrutura de pesquisa da UFCSPA subprojeto: Desenvolvimento de drogas para imunoterapia do câncer IMUNOONCO , conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Projeto Básico	Justificativa: Aquisição de equipamento para projeto de pesquisa MCTI/FINEP/CT-INFRA 04/2018. Inciso XXI, art 24, da Lei 8.666/93
154032	UNIVERSIDADE FED. DE CIENCIAS DA SAUDE/RS	Objeto: Contratação de empresa para realização de despacho aduaneiro e procedimento de nacionalização para aquisição de Citômetro de fluxo analisador modelo BD FAcSymphony ligado ao projeto Modernização da infraestrutura de pesquisa da UFCSPA.	Justificativa: Contratação de serviço para projeto de pesquisa em desenvolvimento.
154040	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUB	Objeto: Importação de 1 (um) Criostato Minux FS800 UV Semi-Automático com desinfetante UVC.	Justificativa: Pesquisa científica, art. 24 inc XXI: Por se tratar de aquisição de material(ais) destinado(os) a pesquisa científica.

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DA LICITAÇÃO	JUSTIFICATIVA
154040	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUB	Objeto: Importação direta de 05 Sismógrafos de 3 Canais RS3D, 10 Estações Sismográficas e de Infrassom RS&BOOM e 15 Antena GPS.	Justificativa: Por se tratar de aquisição de materiais destinados a pesquisa científica.
154040	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUB	Objeto: IMPORTAÇÃO DE UMA BOMBA COMPACTA COM SENSOR DE PRESSÃO P 4.1s E CABEÇOTE EM AÇO INOXIDÁVEL DE 10ml/min.	Justificativa: Aquisição de equipamento destinado à pesquisa científica.
154040	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUB	Objeto: Importação direta de placa de aquisição de dados para vibração.	Justificativa: Por se tratar de aquisição de material destinado a pesquisa científica.
154040	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUB	Objeto: Importação de um susceptômetro.	Justificativa: Equipamento destinado a pesquisa científica.
154040	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUB	Objeto: Aquisição de um DISPENSADOR DE CÉLULA ÚNICA.	Justificativa: Por se tratar de aquisição de material destinado a pesquisa científica.
154040	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUB	Objeto: Drone de asa fixa com decolagem e aterrissagem vertical.	Justificativa: Por se tratar de aquisição de material(ais) destinado(os) a pesquisa científica.
154040	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUB	Objeto: Importação de digitalizador sísmico e modem de satélite remoto.	Justificativa: Por se tratar de aquisição de material(ais) destinado(os) à pesquisa científica,
154040	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUB	Objeto: Importação de PERFURATRIZ.	Justificativa: Por se tratar de equipamento destinado à pesquisa científica
154040	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUB	Objeto: Importação direta de 01 analisador de fluxo CO2/H2O de solo com câmara smart, modelo LI-870SC CO2, fabricante LI-COR Inc.	Justificativa: Aquisição de equipamento destinado à pesquisa científica.
154040	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUB	Objeto: Importação de SUPORTE ANUAL DO PROGRAMA NDSR (Nutrition Data System for Research).	Justificativa: Por se tratar de aquisição de material destinado a pesquisa científica.
154040	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUB	Objeto: Importação direta de Instrumento ECG para pequenos animais, listado na Proforma Invoice n. 18191 da empresa iWorx Systems, Inc no valor total de USD 4.545,00 (quatro mil quinhentos e quarenta e cinco dólares)	Justificativa: Por se tratar de aquisição de material(ais) destinado(os) a pesquisa científica.
154042	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	Objeto: Importação de Padrões químicos para pigmentação.	Justificativa: Necessidade do referido material para o Projeto Respostas do ECOssistema PELÁGicO às mudanças climáticas no Oceano Austral
154042	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	Objeto: Importação de Sistema completo de Reômetro.	Justificativa: Necessidade do referido material para o projeto desenvolvimento de materiais para a remoção de micropoluentes da água
154042	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	Objeto: Importação de Analisador de Carbono Orgânico Total	Justificativa: Necessidade do referido material para o projeto Biomassas aplicadas na obtenção de produtos agrícolas de valor agregado
154042	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	Objeto: Importação de Termociclador em Tempo Real (RTQPCR)	Justificativa: Necessidade do referido material para o projeto Resiliência E Estabilidade Ecológica Do Estuário Da Lagoa Dos Patos E Co
154042	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	Objeto: Importação de Centrifugas refrigeradas.	Justificativa: Necessidade do referido material para o projeto Avaliação da saúde única de um ecossistema tendo como sentinela a ameal
154042	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	Objeto: Importação de Sistema-automatizado de pipetagem.	Justificativa: Necessidade do referido material para o projeto Avaliação da saúde única de um

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DA LICITAÇÃO	JUSTIFICATIVA
			ecossistema tendo comosentinela a ameaça
154042	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	Objeto: Importação de Ultrafreezer vertical a - 86°.	Justificativa: Necessidade do referido material para o projeto Avaliação da saúde única de um ecossistema tendo comosentinela a ameaça
154042	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	Objeto: Importação de leitora de microplacas.	Justificativa: Necessidade do referido material para o projeto Avaliação da saúde única de um ecossistema tendo comosentinela a ameaça
154042	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	Objeto: Importação de leitora de microplacas.	Justificativa: Necessidade do referido material para o Projeto Avaliação da saúde única de um ecossistema tendo comosentinela a ameaça
154042	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	Objeto: Importação de Perfilômetro Ótico 3D.	Justificativa: Necessidade do referido material para o Projeto Modificações superficiais na conformação mecânica: texturização superf.
154042	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	Objeto: Importação de Sistema de Respirometria de alta resistencia.	Justificativa: Necessidade do referido material para o Projeto Avaliação da saúde única de um ecossistema tendo comosentinela a ameaça
154042	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	Objeto: Abertura de empenho para pagamento de serviço de agenciamento de cargas internacionais nacionais.	Justificativa: Necessidade do referido serviço para o projeto 0068/16 - FINEP
154046	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	Objeto: Contratação de serviços de editoração para revistas Almanack e História da Historiografia, e contratação de serviços de publicação de livros de autores vinculados ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto.	Justificativa: Serviços destinados a apoiar os projetos de pesquisa e desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em História / UFOP.
154503	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	Objeto: Aquisição por importação direta de um sistema de cromatografia de íons.	Justificativa: Importação de bens destinados à pesquisa e desenvolvimento.
158658	UNIVERSIDADE FED. DA INTEGR. LATINO-AMERICANA	Objeto: Aquisição de materiais de consumo no âmbito do Convênio para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação nº 110/2022, entre UNILA e Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná, para a execução do projeto "Estudo da Contaminação de Mananciais: caso do Arroio Dourado / Foz do Iguaçu-PR.	Justificativa: Dispensa para aquisição de itens para pesquisa
158658	UNIVERSIDADE FED. DA INTEGR. LATINO-AMERICANA	Objeto: Aquisição de cânfora no âmbito do Convênio no 99/2020, entre UNILA e Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná, para a execução do projeto NAPI TAXONLINE Conservação da Biodiversidade e Aplicações Tecnológicas Universidade Federal da Integração Latino - Americana.	Justificativa: Aquisição de cânfora necessário para realização de projeto de pesquisa e com recursos destinados à pesquisa.

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DA LICITAÇÃO	JUSTIFICATIVA
158658	UNIVERSIDADE FED. DA INTEGR. LATINO-AMERICANA	Objeto: Aquisição de boiler reservatório e datalogger, no âmbito do Convênio para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação nº 114/2022, entre UNILA e Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná, para a execução do projeto "Desenvolvimento de um coletor solar de calha parabólica auxiliado por sistema de rastreamento solar".	Justificativa: Aquisição para atendimento de projeto de pesquisa com recurso aprovado para a compras do equipamento.

Anexo 2 – Seleção e refinamento de dados extraídos através da API do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) para o Estudo de Caso sobre as dispensas de licitação para contratação de produtos para pesquisa e desenvolvimento, realizadas pelas universidades públicas federais em 2023 (dispensas de licitação pela alínea c, do inciso IV, do Art. 75, da Lei 14.133/2021).

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DE COMPRA	INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	Materiais diversos para laboratório.	Para contratação que tenha por objeto: produtos para pesquisa e desenvolvimento.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	Serviço de análise química de tecido vegetal.	Para contratação que tenha por objeto: produtos para pesquisa e desenvolvimento.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	Contratação de SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTO ULTRAFREEZER - TOMBAMENTOME C UFG 349583, MODELO CL374- 80V, SÉRIE 77119, MARCA COLDLAB.	Contratação que tenha por objeto produtos para pesquisa e desenvolvimento.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EQUIPAMENTO: BALANÇA 3100G X 0,01 G Marca BEL, PATRIMÔNIO: 616238, englobando: limpeza geral, troca do teclado, fonte de alimentação, revisão eletrônica, refazer conexões da célula de carga e desoxidação do selo lacre de reparo e teste de funcionamento.	Contratação que tenha por objeto: produtos para pesquisa e desenvolvimento.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	Aquisição de MATERIAIS QUÍMICOS - PROAP.	Para contratação que tenha por objeto: produtos para pesquisa e desenvolvimento.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	Contratação de serviço de análise química de tecido vegetal.	Contratação que tenha por objeto: produtos para pesquisa e desenvolvimento.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	Aquisição de MATERIAIS LABORATORIAIS.	Contratação que tenha por objeto: produtos para pesquisa e desenvolvimento.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	Aquisição de MATERIAIS BIOLÓGICOS, QUÍMICOS E FARMACOLÓGICOS.	Contratação que tenha por objeto: produtos para pesquisa e desenvolvimento.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	Aquisição de MATERIAIS QUÍMICO, BIOLÓGICO E DIVERSOS - PROAP.	Contratação que tenha por objeto: produtos para pesquisa e desenvolvimento.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	Aquisição de MATERIAIS LABORATORIAIS E HOSPITALARES - PROAP.	Contratação que tenha por objeto: produtos para pesquisa e desenvolvimento.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	Aquisição de CORANTE, BLUE GREEN LOADING DYE I - recurso PROAP.	Contratação que tenha por objeto: produtos para pesquisa e desenvolvimento.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	Aquisição de MATERIAIS LABORATORIAIS - recurso PROAP.	Contratação que tenha por objeto: produtos para pesquisa e desenvolvimento.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	Aquisição de ALIMENTAÇÃO ANIMAL - MILHO, APRESENTAÇÃO GRÃO - recurso PROAP.	Contratação que tenha por objeto: produtos para pesquisa e desenvolvimento.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	Aquisição de CORANTE BLUE GREEN LOADING DYE I.	Contratação que tenha por objeto: produtos para pesquisa e desenvolvimento.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	Aquisição de MATERIAIS QUÍMICOS - recurso PROAP.	Contratação que tenha por objeto: produtos para pesquisa e desenvolvimento.

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DE COMPRA	INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	Aquisição por dispensa de licitação de ESTABILIZADOR DE TENSÃO, NOBREAKS, POTÊNCIA 2200 VA/ 2200 W, TENSÃO DE ENTRADA BIVOLT, FORMA DE ONDA: SENOIDAL PURA, COM GERENCIAMENTO REMOTO SNMP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos.	Aquisição para desenvolvimento de pesquisa científica.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	Aquisição de MATERIAIS QUÍMICOS E ADUBO - recurso PROAP.	Contratação que tenha por objeto: produtos para pesquisa e desenvolvimento.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	Aquisição de MATERIAL QUÍMICO, LABORATORIAL E HOSPITALAR.	Contratação que tenha por objeto: produtos para pesquisa e desenvolvimento.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	Aquisição de MATERIAIS LABORATORIAIS - recurso PROAP.	Contratação que tenha por objeto produtos para pesquisa e desenvolvimento.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	Aquisição de MATERIAIS LABORATORIAIS - recurso PROAP.	Contratação que tenha por objeto produtos para pesquisa e desenvolvimento.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	Aquisição de MATERIAIS LABORATORIAIS - recurso PROAP.	Contratação que tenha por objeto produtos para pesquisa e desenvolvimento.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	Aquisição de MATERIAIS LABORATORIAIS - recurso PROAP.	Contratação que tenha por objeto produtos para pesquisa e desenvolvimento.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	Aquisição de MATERIAIS BIOLÓGICOS, QUÍMICOS E FARMACOLÓGICOS - recurso PROAP.	Contratação que tenha por objeto produtos para pesquisa e desenvolvimento.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	Aquisição de MATERIAIS LABORATORIAIS E HOSPITALARES - recurso PROAP.	Contratação que tenha por objeto produtos para pesquisa e desenvolvimento.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	Aquisição de MATERIAIS QUÍMICO, BIOLÓGICO E DIVERSOS - recurso PROAP.	Contratação que tenha por objeto produtos para pesquisa e desenvolvimento.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	Contratação de serviço - ANÁLISE QUÍMICA DE TECIDO VEGETAL (N, P, K, CA, MG, S, B, MN, FE, ZN, CU).	Contratação que tenha por objeto produtos para pesquisa e desenvolvimento.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	Aquisição de material laboratorial - recurso PROAP.	Contratação que tenha por objeto: produtos para pesquisa e desenvolvimento.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	Contratação de SERVIÇO, CALIBRAÇÃO DE 11 BALANÇAS ANALÍTICAS E SEMI-ANALÍTICAS.	Contratação que tenha por objeto: produtos para pesquisa e desenvolvimento.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	Aquisição de MATERIAIS LABORATORIAIS - PROAP.	Contratação que tenha por objeto: produtos para pesquisa e desenvolvimento.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	Contratação de SERVIÇO, REGISTRO DOI – DIGITAL OBJECT IDENTIFIER.	Contratação que tenha por objeto: produtos para pesquisa e desenvolvimento.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	Aquisição de MATERIAIS LABORATORIAIS/ QUÍMICOS.	Contratação que tenha por objeto: produtos para pesquisa e desenvolvimento.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	Aquisição de ADUBO.	Contratação que tenha por objeto: produtos para pesquisa e desenvolvimento.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	Aquisição de MATERIAIS LABORATORIAIS E HOSPITALARES.	Contratação que tenha por objeto: produtos para pesquisa e desenvolvimento.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	Aquisição de MATERIAIS LABORATORIAIS.	Contratação que tenha por objeto: produtos para pesquisa e desenvolvimento.

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DE COMPRA	INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	Aquisição de PLACA PETRI MATERIAL PLÁSTICO, FORMATO REDONDA, ESTÉRIL, DIMENSÕES CERCA DE 10 X 35MM, DESCARTÁVEL, PACOTE COM 10 UNIDADES.	Contratação que tenha por objeto: produtos para pesquisa e desenvolvimento.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	Aquisição de materiais químico, laboratorial e hospitalar.	Para contratação que tenha por objeto: produtos para pesquisa e desenvolvimento.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	Prestação de SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE ULTRAFREEZER na EVZ/UFG - Tombamento número 349582.	Contratação que tenha por objeto: produtos para pesquisa e desenvolvimento
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	Contratação LICENÇA, SOFTWARE, SIMILARITY CHECK, FUNÇÃO VERIFICAÇÃO DA INTEGRALIDADE /ORIGINALIDADE /SIMILARIDADE DO CONTEÚDO DOS ARTIGOS PUBLICADOS NAS REVISTAS CIENTÍFICAS DA UFG.	Contratação que tenha por objeto: produtos para pesquisa e desenvolvimento.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	Aquisição de HD INTERNO 2TB E 8TB.	Contratação que tenha por objeto: produtos para pesquisa e desenvolvimento.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	Aquisição de MATERIAIS BIOLÓGICOS, LABORATORIAIS, QUÍMICOS	Contratação que tenha por objeto: produtos para pesquisa e desenvolvimento.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	CORANTE, BLUE GREEN LOADING DYE I, FLUORESCENTE, ALTA SENSIBILIDADE PARA A DETECÇÃO DE ÁCIDOSNUCLÉICOS EM GÉIS DE AGAROSE	Para o item que restou deserto/fracassado mesmo após duas tentativas de dispensa eletrônica com disputa, informa-se que foi feita outra tentativa de aquisição com a contratação direta por orçamento.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	Prestação de SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTO ULTRAPURE - SERVIÇO, MANUTENÇÃO, CORRETIVA, COM TROCA DE PEÇAS, EQUIPAMENTO MILLI-Q® IQ 7015 ULTRAPURE AND PURE WATER PURIFICATION SYSTEM.	Contratação que tenha por objeto: produtos para pesquisa e desenvolvimento.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	Aquisição de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS - DENTE ARTIFICIAL TRILUX, G3, cor 2B.	Contratação que tenha por objeto: produtos para pesquisa e desenvolvimento.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	Prestação de serviço: REGENERAÇÃO, COLUNA DEIONIZADORA DE ÁGUA, MARCA PERMUTION, MODELO CS0010, FUNDAMENTAL PARA GARANTIR A QUALIDADE DA ÁGUA DEIONIZADA, MANTER A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E GARANTIR A PRECISÃO E CONFIABILIDADE DOS RESULTADOS EM LABORATÓRIOS. O PROCESSO DEVE SER REALIZADO DE FORMA CUIDADOSA (EMPRESA ESPECIALIZADA) PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DE PESQUISA E ANÁLISE EM AMBIENTES LABORATORIAIS.	Contratação que tenha por objeto: produtos para pesquisa e desenvolvimento.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	Material para compra com recurso PROAP para o FF/UFG E EVZ/UFG	Para os itens que restaram desertos/fracassados mesmo após duas tentativas de dispensa eletrônica com disputa, informa-se que poderá foi feita outra tentativa de aquisição com a contratação direta por orçamento.

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DE COMPRA	INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	Aquisição de MATERIAL QUÍMICO, BIOLÓGICO E DIVERSOS - recurso PROAP	Informa-se também que após uma tentativa de dispensa eletrônica com disputa (DL nº 186/2023) realizada sem sucesso para alguns itens, foi feita nova tentativa de dispensa eletrônica para os itens restantes (DL nº 286/2023). Esta nova publicação será referente às propostas obtidas em ambas dispensas eletrônicas e orçamentos diretos de modo a reunir as contratações em um único processo e número de compra.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	Aquisição de MATERIAIS BIOLÓGICOS, LABORATORIAIS, QUÍMICOS.	Contratação que tenha por objeto: produtos para pesquisa e desenvolvimento.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	EVZ-PROAP - SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTO	Informa-se que após uma tentativa de dispensa eletrônica com disputa (DL nº 202/2023) realizada sem sucesso para alguns itens, foi feita nova tentativa de dispensa eletrônica para os itens restantes (DL nº 270/2023). E esta nova contratação será para publicar as propostas obtidas em ambas dispensas eletrônicas e orçamento direto, de modo a reunir as contratações em um único processo e número de compra.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	Prestação de SERVIÇO DE ORGANIZAÇÃO DE EVENTO: ASSESSORIA TÉCNICA, PLANEJAMENTO DE PROJETOS, ORGANIZAÇÃO CONGRESSO DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS E SERVIÇO, SISTEMA DE INSCRIÇÕES E GESTÃO DE EVENTO PARA O SITE DO IV CONGRESSO DE CIÊNCIAS.	Contratação que tenha por objeto: produtos para pesquisa e desenvolvimento.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	Prestação de SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE ULTRAFREEZER - SERVIÇO, MANUTENÇÃO, FREEZER VERTICAL INDRELIULD-335D (SPECIAL D-710), REPARO: LIMPEZA GERAL, REVISÃO DA PARTE ELÉTRICA, TROCA DO MOTOR DO 2º ESTAGIO EMBRACO (ORIGINAL), TROCA DOS VENTILADORES, RECARGA DO GÁS 2º ESTÁGIO R-23, RECARGA DO GÁS 1º ESTÁGIO R404A, SUBSTITUIÇÃO DOS FILTROS DE ÓLEO, REVISÃO DE MANGUEIRAS E TUBULAÇÕES, TESTES DE FUNCIONAMENTO OPERACIONAL; TOMBAMENTO 652677	Contratação que tenha por objeto: produtos para pesquisa e desenvolvimento.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	SERVIÇO, REGISTRO DOI – DIGITAL OBJECT IDENTIFIER, TRATA-SE DE UM IDENTIFICADOR DE OBJETO DIGITAL PERSISTENTE, ÚNICO	Após tentativa de dispensa eletrônica com disputa realizada sem sucesso, foi feita a contratação diretamente de orçamento.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	LICENÇA, SOFTWARE, SIMILARITY CHECK, FUNÇÃO VERIFICAÇÃO DA INTEGRALIDADE/ ORIGINALIDADE/ SIMILARIDADE DO CONTEÚDO DOS ARTIGOS PUBLICADOS NAS REVISTAS CIENTÍFICAS DA UFG	Após uma tentativa de contratação via dispensa eletrônica com disputa sem sucesso, foi feita contratação direto de orçamento.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	SERVIÇO, CALIBRAÇÃO DE 11 BALANÇAS ANALÍTICAS E SEMI-ANALÍTICAS - EVZ PROAP	Após tentativa de dispensa eletrônica com disputa sem sucesso, foi feita a contratação diretamente de orçamento.

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DE COMPRA	INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	Aquisição de MATERIAIS DIVERSOS - ferramentas e material para manutenção de bens móveis, imóveis.	Contratação que tenha por objeto: produtos para pesquisa e desenvolvimento.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	REGENERAÇÃO, COLUNA DEIONIZADORA DE ÁGUA, MARCA PERMUTION, MODELO CS0010, FUNDAMENTAL PARA GARANTIR A QUALIDADE DA ÁGUA DEIONIZADA, MANTER A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E GARANTIR A PRECISÃO E CONFIABILIDADE DOS RESULTADOS EM LABORATÓRIOS	Após tentativa de dispensa eletrônica com disputa ter restado deserta, foi dado andamento na contratação por orçamento.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	SERVIÇO, MANUTENÇÃO, CORRETIVA, TROCA DE PEÇAS, EQUIPAMENTO MILLI-Q® IQ 7015 ULTRAPURE AND PURE WATER PURIFICATION SYSTEM	Após tentativa de dispensa eletrônica com disputa sem sucesso, foi dado andamento na contratação direto de orçamento.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS LABORATORIAIS - PROAP IPTSP	Após tentativa de dispensa eletrônica com disputa sem sucesso para alguns itens, foi dado andamento na contratação diretamente de orçamento.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	ICB-PROAP - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS LABORATORIAIS/QUÍMICOS	Após tentativa fracassada de dispensa eletrônica com disputa para alguns itens, foi dado andamento na aquisição direto de orçamento.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	ICB-PROAP - MATERIAL QUÍMICO E LABORATORIAL	Após tentativa de dispensa eletrônica com disputa fracassada para alguns itens, foi dado andamento na aquisição direto de orçamento.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	FF e EA PROAP - MATERIAL LABORATORIAL, QUÍMICO E BIOLÓGICO	Após tentativa de dispensa eletrônica com disputa fracassada/deserta para alguns itens, foi dado andamento na aquisição diretamente de orçamento.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	ICB-PROAP - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS QUÍMICOS E BIOLÓGICOS	Após duas tentativas de dispensa eletrônica com disputa com alguns itens fracassados/desertos, foi dado andamento na aquisição diretamente de orçamento.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS QUÍMICOS (PROAP EVZ)	Após duas tentativas de dispensa eletrônica com disputa fracassada, foi dado andamento na contratação diretamente de orçamento.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	FF-PROAP - MATERIAL LABORATORIAL	Após tentativa de dispensa eletrônica com disputa fracassada para alguns itens, foi feita contratação diretamente de orçamento.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	Contratação de SERVIÇO DE ORGANIZAÇÃO DE EVENTO e GESTÃO DE INSCRIÇÕES para o CONGRESSO DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS de 08 a 11 de maio de 2024. Descrição detalhada do serviço no 5.1.2. do Termo de Referência.	Contratação que tenha por objeto: produtos para pesquisa e desenvolvimento.
153052	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	ICB PESQUISA - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS QUIMICO, LABORATORIAL E HOSPITALAR	Após duas tentativas de dispensa eletrônica com disputa para alguns itens que restaram fracassados/desertos, foi dado andamento na contratação diretamente de orçamento.

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DE COMPRA	INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
154503	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	Aquisição, por importação direta, de dois nós de processamento "Versatus HPC".	Importação de bens destinados à pesquisa e desenvolvimento.
154503	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	Aquisição por importação direta de difratômetro de raios X Stoe STADI-P equipado com tubo de prata e 4 detectores Mythen2 4K	Importação de bens destinados à pesquisa e desenvolvimento
154503	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	Aquisição por importação direta de "acessórios, lasers e porta amostras"	Importação de bens destinados à pesquisa e desenvolvimento
154503	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	Aquisição por importação direta de "Microrretificadora Esférica, Cortador de Disco Ultrassônico e Polidor Eletrolítico"	Importação de bens destinados à pesquisa e desenvolvimento.
154503	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	Aquisição, por importação direta, de porta eletrodos.	Importação de bem destinado à pesquisa e desenvolvimento.
154503	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	Aquisição, por importação direta, de insumos para sequenciamento genético.	Importação de insumos destinados à pesquisa e desenvolvimento.
154503	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	Aquisição, por importação direta, de filamento para o microscópio eletrônico de varredura da Central Experimental Multiusuário da UFABC.	Importação de insumos destinados à pesquisa e desenvolvimento.
154503	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	Aquisição, por importação direta, de câmara para estudo do potencial hídrico das plantas.	Importação de bens destinados à pesquisa e desenvolvimento.
154503	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	Aquisição por importação direta, de cilindro capturador de vapor de óleo de carvão mineral.	Produto destinado à pesquisa científica.
154503	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	Aquisição, por importação direta, de um indentador de diamante Berkovich para UNHT3/NHT3.	Importação de bens destinados à pesquisa e desenvolvimento.
154503	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	Contratação de serviço de manutenção preventiva de racks e estantes ventiladas de roedores e cabines de troca e descarte dos Biotérios dos campi Santo André e São Bernardo do Campo, para atender as demandas da Fundação Universidade Federal do ABC - UFABC.	
154359	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	Aquisição de serviço denominado serviço de revisão linguística a ser utilizado na pesquisa científica e tecnológica da Unipampa, no campus de Uruguaiiana. A complementação da descrição encontra-se no processo.	Serviço destinado a pesquisa científica e tecnológica da Unipampa.
154359	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	Aquisição de material para uso em laboratório denominado Reagentes a ser utilizado na pesquisa científica e tecnológica da Unipampa, no campus de Uruguaiiana. A complementação da descrição encontra-se no processo.	Material de consumo para uso em laboratório destinado a pesquisa científica e tecnológica da Unipampa.
154359	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	Aquisição de material para uso em laboratório denominado relógio comparador a ser utilizado na pesquisa científica e tecnológica da Unipampa, no campus de Alegrete. A complementação da descrição encontra-se no processo.	Material de consumo para uso em laboratório destinado a pesquisa científica e tecnológica da Unipampa.
154359	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	Aquisição do equipamento denominado Espectrofotômetro a ser utilizado na pesquisa científica e tecnológica da Unipampa, no campus de Bagé. A complementação da descrição encontra-se no processo.	Equipamento destinado a pesquisa científica e tecnológica da Unipampa.
154359	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	Aquisição do equipamento denominado drone a ser utilizado na pesquisa científica e tecnológica da Unipampa, no campus de São Gabriel. A complementação da descrição encontra-se no processo.	Equipamento destinado a pesquisa científica e tecnológica da Unipampa.

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DE COMPRA	INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
154359	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	Aquisição do equipamento denominado incubadora e balança a ser utilizado na pesquisa científica e tecnológica da Unipampa, no campus de Alegrete. A complementação da descrição encontra-se no processo.	Equipamento destinado a pesquisa científica e tecnológica da Unipampa.
154359	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	Aquisição do equipamento denominado aparelho estereotáxico para ratos a ser utilizado na pesquisa científica e tecnológica da Unipampa, no campus de Uruguaiiana. A complementação da descrição encontra-se no processo.	Equipamento destinado a pesquisa científica e tecnológica da Unipampa.
154359	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	Aquisição de material para uso em laboratório denominado baterias recarregáveis para drone a ser utilizado na pesquisa científica e tecnológica da Unipampa, no campus de São Gabriel. A complementação da descrição encontra-se no processo.	Material de consumo para uso em laboratório destinado a pesquisa científica e tecnológica da Unipampa, sem disputa.
154359	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	Aquisição do equipamento denominado Sistema de Eletroforese a ser utilizado na pesquisa científica e tecnológica da Unipampa, no campus de Itaqui. A complementação da descrição encontra-se no processo.	Equipamento destinado a pesquisa científica e tecnológica da Unipampa, sem disputa.
154359	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	Aquisição de material para uso em laboratório denominado Nitrogênio líquido a ser utilizado na pesquisa científica e tecnológica da Unipampa, no campus de Uruguaiiana. A complementação da descrição encontra-se no processo.	Material de consumo para uso em laboratório destinado a pesquisa científica e tecnológica da Unipampa, sem disputa.
154359	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	Aquisição do equipamento denominado banho seco a ser utilizado na pesquisa científica e tecnológica da Unipampa, no campus de Itaqui. A complementação da descrição encontra-se no processo.	Equipamento destinado a pesquisa científica e tecnológica da Unipampa, sem disputa.
154359	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	Aquisição de material para uso em laboratório denominado nitrogênio líquido a ser utilizado na pesquisa científica e tecnológica da Unipampa, no campus de Uruguaiiana. A complementação da descrição encontra-se no processo.	Material de consumo para uso em laboratório destinado a pesquisa científica e tecnológica da Unipampa.
154359	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	Aquisição do equipamento denominado agitador mecânico a ser utilizado na pesquisa científica e tecnológica da Unipampa, no campus de Uruguaiiana. A complementação da descrição encontra-se no processo.	Equipamento destinado a pesquisa científica e tecnológica da Unipampa.
154359	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	Aquisição do equipamento denominado sistema vertical de eletroforese a ser utilizado na pesquisa científica e tecnológica da Unipampa, no campus de Uruguaiiana. A complementação da descrição encontra-se no processo.	Equipamento destinado a pesquisa científica e tecnológica da Unipampa.
154359	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	Aquisição de serviço denominado produção livro a ser utilizado na pesquisa científica e tecnológica da Unipampa, no campus de São Borja. A complementação da descrição encontra-se no processo.	Serviço destinado a pesquisa científica e tecnológica da Unipampa, sem disputa.
154359	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	Aquisição do equipamento denominado agitador mecânico a ser utilizado na pesquisa científica e tecnológica da Unipampa, no campus de Uruguaiiana. A complementação da descrição encontra-se no processo.	Material de consumo para uso em laboratório destinado a pesquisa científica e tecnológica da Unipampa.

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DE COMPRA	INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
154359	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	Aquisição de serviço denominado revisão textual a ser utilizado na pesquisa científica e tecnológica da Unipampa, no campus de Uruguaiana. A complementação da descrição encontra-se no processo.	Serviço destinado a pesquisa científica e tecnológica da Unipampa.
154359	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	Aquisição de material para uso em laboratório denominado Reagentes a ser utilizado na pesquisa científica e tecnológica da Unipampa, no campus de São Gabriel. A complementação da descrição encontra-se no processo.	Material de consumo para uso em laboratório destinado a pesquisa científica e tecnológica da Unipampa.
154359	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	Aquisição do equipamento denominado Capela de Fluxo Laminar a ser utilizado na pesquisa científica e tecnológica da Unipampa, no campus de Uruguaiana. A complementação da descrição encontra-se no processo.	Equipamento destinado a pesquisa científica e tecnológica da Unipampa.
154359	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	Aquisição de material para uso em laboratório denominado fermentador a ser utilizado na pesquisa científica e tecnológica da Unipampa, no campus de São Gabriel. A complementação da descrição encontra-se no processo.	Material de consumo para uso em laboratório destinado a pesquisa científica e tecnológica da Unipampa.
154359	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	Aquisição do equipamento denominado Umidificador a ser utilizado na pesquisa científica e tecnológica da Unipampa, no campus de Alegrete. A complementação da descrição encontra-se no processo.	Equipamento destinado a pesquisa científica e tecnológica da Unipampa.
154359	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	Aquisição do equipamento denominado Platina aquecedora a ser utilizado na pesquisa científica e tecnológica da Unipampa, no campus de Uruguaiana. A complementação da descrição encontra-se no processo.	Equipamento destinado a pesquisa científica e tecnológica da Unipampa.
154359	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	Aquisição de serviço denominado software nas nuvens a ser utilizado na pesquisa científica e tecnológica da Unipampa, no campus de Alegrete. A complementação da descrição encontra-se no processo.	Serviço destinado a pesquisa científica e tecnológica da Unipampa.
154359	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	Aquisição de material para uso em laAlegrete. A complementação da descrição encontra-se no processo.	Material de consumo para uso em laboratório destinado a pesquisa científica e tecnológica da Unipampa.
154359	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	Aquisição de serviço denominado hospedagem se animais a ser utilizado na pesquisa científica e tecnológica da Unipampa, no campus de Uruguaiana. A complementação da descrição encontra-se no processo.	Serviço destinado a pesquisa científica e tecnológica da Unipampa, sem disputa.
154359	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	Aquisição do equipamento denominado Fluxo Laminar com UV e bancada Modelo BSTec V1-M e Bancada V1-M a ser utilizado na pesquisa científica e tecnológica da Unipampa, no campus de Uruguaiana. A complementação da descrição encontra-se no processo.	Equipamento destinado a pesquisa científica e tecnológica da Unipampa.
154359	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	Aquisição do equipamento denominado oxímetro a ser utilizado na pesquisa científica e tecnológica da Unipampa, no campus de Uruguaiana. A complementação da descrição encontra-se no processo.	Equipamento destinado a pesquisa científica e tecnológica da Unipampa.
154359	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	Aquisição do equipamento denominado Balança Analítica a ser utilizado na pesquisa científica e tecnológica da Unipampa, no campus de Uruguaiana. A complementação da descrição encontra-se no processo.	Equipamento destinado a pesquisa científica e tecnológica da Unipampa.

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DE COMPRA	INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
154359	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	Aquisição do equipamento denominado quadros elétricos e módulo eletrônico a ser utilizado na pesquisa científica e tecnológica da Unipampa, no campus de Uruguaiana. A complementação da descrição encontra-se no processo.	Equipamento destinado a pesquisa científica e tecnológica da Unipampa.
154359	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	Aquisição do equipamento denominado Gerador a ser utilizado na pesquisa científica e tecnológica da Unipampa, no campus de Uruguaiana. A complementação da descrição encontra-se no processo.	Equipamento destinado a pesquisa científica e tecnológica da Unipampa.
154359	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	Aquisição do equipamento denominado compressores de ar a ser utilizado na pesquisa científica e tecnológica da Unipampa, no campus de Uruguaiana. A complementação da descrição encontra-se no processo.	Equipamento destinado a pesquisa científica e tecnológica da Unipampa.
158517	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	Contratação de serviços laboratoriais para desenvolvimento de atividades voltadas ao projeto "Biotecnologia aplicada à saúde animal: Biomarcadores inflamatórios, variabilidade da frequência cardíaca e índices cardiavagal e cardiosimpático (CSI) como ferramentas diagnósticas para predição de mastite bovina", do convênio 79/2022 com a Fundação Araucária.	Contratação de serviços para desenvolvimento de pesquisa científica.
158517	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	Aquisição de consumíveis químicos, biológicos e laboratoriais para desenvolvimento de atividades voltadas ao projeto "Biotecnologia aplicada à saúde animal: Biomarcadores inflamatórios, variabilidade da frequência cardíaca e índices cardiavagal e cardiosimpático (CSI) como ferramentas diagnósticas para predição de mastite bovina", do convênio 79/2022 com a Fundação Araucária.	Dispensa de Licitação nº 17/2023
158658	UNIVERSIDADE FED. DA INTEGR. LATINO-AMERICANA	Aquisição de sistema de monitoramento de glicose para o projeto de pesquisa "Estudo da utilização da terapia comunitária integrativa (TCI) e outras tecnologias sociais leves para o enfrentamento do diabetes e suas complicações", no âmbito do Convênio nº 78/2021 entre UNILA e Fundação Araucária.	Aquisição de material destinado a Projeto de Pesquisa, com recurso recebido da Fundação Araucária.
158658	UNIVERSIDADE FED. DA INTEGR. LATINO-AMERICANA	Aquisição de Eletrodo de hidróxido de mercúrio para o projeto de pesquisa "Inovação de materiais eletrocatalíticos para a reação em eletrolisador da água", no âmbito do Convênio nº 669/2022, conforme condições e exigências estabelecidas no aviso de dispensa.	O material é direcionado para pesquisa.
158658	UNIVERSIDADE FED. DA INTEGR. LATINO-AMERICANA	Aquisição de Kit de reagentes para processamento e análises de amostras compatível com o equipamento MiSeq v3, marca Illumina, número de série M02158, do IBTEC (MiSeq Reagent Kit v3 600 cycle)", para o projeto de pesquisa "Metagenômica como Ferramenta no Planejamento Estratégico para Análise de Riscos de Enfermidades de Interesse Ecológico, Médico e Veterinário em Animais Silvestres no Estado do Paraná", no âmbito do Convênio nº 19/2021 entre UNILA e Fundação Araucária.	Aquisição para equipamento específico de projeto de pesquisa, com recurso aprovado para esse fim.

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DE COMPRA	INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
158658	UNIVERSIDADE FED. DA INTEGR. LATINO-AMERICANA	Aquisição de cálibre para medição do alongamento de agregados no âmbito do Convênio para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação nº 114/2022, entre UNILA e Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná, para a execução do projeto “Modificação de Asfaltos com Rejeitos Domésticos e/ou Industriais”.	Aquisição para equipamento específico de projeto de pesquisa, com recurso aprovado para esse fim.
158658	UNIVERSIDADE FED. DA INTEGR. LATINO-AMERICANA	Aquisição de insumos no âmbito do Convênio para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação nº 099/2020, entre UNILA e Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná, para a execução do projeto "Regulamentação do NAPI TAXonline - Rede Paranaense de Coleções Biológicas.	Os itens são para o desenvolvimento da pesquisa e a compras direta atende melhor aos objetivos institucionais.
158658	UNIVERSIDADE FED. DA INTEGR. LATINO-AMERICANA	Aquisição de capela de exaustão de gases no âmbito do Convênio para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação nº 86/2023, entre UNILA e Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná, para a execução do projeto “De resíduos a sensores eletroquímicos”.	
153038	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	Contratação de pessoa jurídica especializada em serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos (revisão, limpeza, conserto, calibração, testes de desempenho) que viabilizam execução de projetos de pesquisa vinculados aos Programas de Pós-Graduação da UFBA, com aquisição de peças e fornecimento de mão-de-obra necessárias à execução dos serviços, para atender pleno funcionamento de sua infraestrutura laboratorial.	
153038	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	Contratação de pessoa jurídica especializada em serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos (revisão, limpeza, conserto, calibração, testes de desempenho) que viabilizam execução de projetos de pesquisa vinculados aos Programas de Pós-Graduação da UFBA, com aquisição de peças e fornecimento de mão-de-obra necessárias à execução dos serviços, para atender pleno funcionamento de sua infraestrutura laboratorial.	
153038	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	Contratação de pessoa jurídica especializada em serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos (revisão, limpeza, conserto, calibração, testes de desempenho) que viabilizam execução de projetos de pesquisa vinculados aos Programas de Pós-Graduação da UFBA, com aquisição de peças e fornecimento de mão-de-obra necessárias à execução dos serviços, para atender pleno funcionamento de sua infraestrutura laboratorial.	
153038	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	Manutenção de equipamentos de pós graduação.	

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DE COMPRA	INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
153038	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	Contratação de pessoa jurídica especializada em serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos (revisão, limpeza, conserto, calibração, testes de desempenho) que viabilizam execução de projetos de pesquisa vinculados aos Programas de Pós-Graduação da UFBA, com aquisição de peças e fornecimento de mão-de-obra necessárias à execução dos serviços, para atender pleno funcionamento de sua infraestrutura laboratorial.	
	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	Contratação de pessoa jurídica especializada em serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos (revisão, limpeza, conserto, calibração, testes de desempenho) que viabilizam execução de projetos de pesquisa vinculados aos Programas de Pós-Graduação da UFBA, com aquisição de peças e fornecimento de mão-de-obra necessárias à execução dos serviços, para atender pleno funcionamento de sua infraestrutura laboratorial.	
153036	UNIV.FED.DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	Contratação de serviços de manutenção corretiva em cromatógrafo a líquido de alta eficiência (CLAE/HPLC), marca Shimadzu, constituído de 3 bombas de solventes modelo LC-6AD	Produtos para pesquisa e desenvolvimento
153036	UNIV.FED.DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	Contratação de serviços de manutenção preventiva no Sistema Modular Completo de Calorimetria de Ratos e Camundongos Marca Panlab LE405 / patrimônio nº 100807.	Produtos para pesquisa e desenvolvimento.
153036	UNIV.FED.DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	Serviços de manutenção preventiva em 5 ultrafreezers, sendo 02 (dois) da marca Indrel (modelos ULT335D e ULT 486D) 02 (dois) da marca Coldlab (modelo CL200-86V) e 01 (um) da marca Panasonic (modelo MDF U56 VC)	Produtos para pesquisa e desenvolvimento
153036	UNIV.FED.DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	Manutenção de EquipamentosContratação de serviços de manutenção corretiva do cromatógrafo a líquido de alta eficiência (CLAE/HPLC), marca Shimadzu, constituído de 3 bombas de solventes modelo LC-6AD/ patrimônio 185772	Processo SEI 23086.011979/2023-49
153036	UNIV.FED.DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	Aquisição de insumos de laboratório para atender a demanda da Faculdade de Medicina do Campus Mucuri	
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Aquisição de Cartucho Versapak 20/45 micrômetros, de sílica 10g, volume do tubo 60mL, marca Supelco (caixa com 10 unidades), para atendimento às necessidades de projeto de pesquisa. Todos os encargos e frete deverão estar inclusos. Todas as informações e descrição detalhada do item encontram-se no Termo de Referência e Aviso de Dispensa Eletrônica publicados na página de licitações da Unifal-MG, www.unifal-mg.edu.br/licitacoes , link Dispensa de Licitação Eletrônica em andamento	Produto para pesquisa e desenvolvimento (Art.75º,IV,"c") e valor abaixo do limite previsto (Art.75,II), ambos da Lei 14133/21

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DE COMPRA	INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Aquisição de reagentes: Dianhydro-D-glucitol - 98%, Sigma-Aldrich, frasco de 100g (Código 329207-100G) e Furfuryl alcohol - 98%, Sigma-Aldrich, frasco de 250g (Código 185930-250G). Todos os encargos e frete deverão estar inclusos. Todas as informações e descrição detalhada dos itens encontram-se no Termo de Referência e Aviso de Dispensa Eletrônica publicados na página de licitações da Unifal-MG, www.unifal-mg.edu.br/licitacoes , link Dispensa de Licitação Eletrônica em andamento	Produtos para pesquisa e desenvolvimento e valor abaixo do limite previsto (art. 75, IV, "c" c/c II, Lei 14.133/2021)
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Aquisição de Lipase, produced by Aspergillus oryzae – >=100 LCLU/g, Sigma-Aldrich, frasco de 250 mL (código SAE0065), para atendimento às necessidades de projetos de pesquisa. Todos os encargos e frete deverão estar inclusos. Todas as informações e descrição detalhada dos itens encontram-se no Termo de Referência e Aviso de Dispensa Eletrônica publicados na página de licitações da Unifal-MG, www.unifal-mg.edu.br/licitacoes , link Dispensa de Licitação Eletrônica em andamento.	Produtos para pesquisa e desenvolvimento e valor abaixo do limite previsto (art. 75, IV, "c" c/c II, Lei nº 14.133/2021).
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Aquisição de Lipase, produced by Aspergillus oryzae – >=100 LCLU/g, SigmaAldrich, frasco de 250mL (código SAE0065), para atendimento às necessidades de projeto de pesquisa- PRPPG. Todos os encargos e frete deverão estar inclusos. Todas as informações e descrição detalhada do item encontra-se no Termo de Referência e Aviso de Dispensa Eletrônica publicados na página de licitações da Unifal-MG, www.unifal-mg.edu.br/licitacoes , link Dispensa de Licitação Eletrônica em andamento.	Produto para pesquisa e desenvolvimento e valor abaixo do limite previsto (art. 75, IV, "c" c/c II, da Lei nº 14.133/2021)
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Aquisição de Maltose p.a. (emb. c/ 250g) e Micropipeta automática digital monocanal de volume entre 20 a 200µL com incrementos de 0,1µL, para atendimento à pesquisa- PRPPG/Unifal-MG. Todos os encargos e frete deverão estar inclusos. Todas as informações e descrição detalhada dos itens encontram-se no Termo de Referência e Aviso de Disp. Eletrônica publicados na página de licitações da Unifal-MG, www.unifal-mg.edu.br/licitacoes , link Dispensa de Licitação Eletrônica em andamento	Produtos para pesquisa e desenvolvimento e valor abaixo do limite previsto (art. 75, IV, "c" c/c II, da Lei 14.133/2021)
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Aquisição de Dianhydro-D-glucitol - 98%, Sigma-Aldrich, frasco de 100g e Furfuryl alcohol - 98%, Sigma-Aldrich, frasco de 250g, para atendimento à pesquisa- PRPPG/Unifal-MG. Todos os encargos e frete deverão estar inclusos. Todas as informações e descrição detalhada dos serviços encontram-se no Termo de Referência e Aviso de Dispensa Eletrônica publicados na página de licitações da Unifal-MG, www.unifal-mg.edu.br/licitacoes , link Dispensa de Licitação Eletrônica em andamento.	Produtos p/pesquisa e desenvolvimento (art.75, IV, "c") e valor abaixo do limite previsto no art.75,II, ambos da Lei 14133/2021

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DE COMPRA	INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Aquisição de 2 (duas) unidades de Gasket Rubber Neoprene 3.0 dia, marca TA Instruments, para atendimento às necessidades de projeto de pesquisa da PRPPG/Unifal-MG. Todos os encargos e frete deverão estar inclusos. Todas as informações e descrição detalhada do item encontram-se no Termo de Referência e Aviso de Dispensa Eletrônica publicados na página de licitações da Unifal-MG, www.unifal-mg.edu.br/licitacoes , link Dispensa de Licitação Eletrônica em andamento.	Produto para pesquisa e desenvolvimento (art.75,IV,"c") e valor abaixo do limite previsto no art.75,II, ambos da Lei 14.133/21
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Aquisição de Dissulfeto de tripanotiona N1,N8-bis(glutationil)-espermidina, peso molecular 721,85; ≥98% (HPLC), pó, solubilidade 1g/L; C27H47N9O10S2 · xC2HF3O2, frasco de 5mg, Sigma. Todos os encargos e frete deverão estar inclusos. Todas as informações e descrição detalhada do item encontram-se no Termo de Referência e Aviso de Disp. Eletrônica publicados na página de licitações da Unifal-MG, www.unifal-mg.edu.br/licitacoes , link Dispensa de Licitação Eletrônica em andamento.	Produto para pesquisa e desenvolvimento (art.75,IV,"c") e valor abaixo do limite previsto no art.75, II, ambos da Lei 14133/21
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Aquisição de Panela hermética de alumínio padrão (pacote de 100 unidades), marca TA Instruments, para atendimento às necessidades de projeto de pesquisa da PRPPG/Unifal-MG. Todos os encargos e frete deverão estar inclusos. Todas as informações e descrição detalhada do item encontram-se no Termo de Referência e Aviso de Dispensa Eletrônica publicados na página de licitações da Unifal-MG, www.unifal-mg.edu.br/licitacoes , link Dispensa de Licitação Eletrônica em andamento.	Produto para pesquisa e desenvolvimento (art.75,IV,"c") e valor abaixo do limite previsto no art.75,II, ambos da Lei 14.133/21
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Aquisição de material de consumo de marca específica, para atendimento às necessidades de projeto de pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UNIFAL-MG. Todos os encargos e frete deverão estar inclusos. Todas as informações e descrição detalhada dos itens encontram-se no Termo de Referência e Aviso de Dispensa Eletrônica publicados na página de licitações da Unifal-MG, www.unifal-mg.edu.br/licitacoes , link Dispensa de Licitação Eletrônica em andamento.	Produtos para pesquisa e desenvolvimento (art.75,IV,"c") e valor abaixo do limite previsto no art.75,II, ambos da Lei 14133/21
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Aquisição de Ponteira Descartável LTS com filtro, pré-esterilizada em Rack, da marca Rainin, para atendimento às necessidades de projeto de pesquisa da PRPPG/UNIFAL-MG. Todos os encargos e frete deverão estar inclusos. Todas as informações e descrição detalhada do item encontram-se no Termo de Referência e Aviso de Dispensa Eletrônica publicados na página de licitações da Unifal-MG, www.unifal-mg.edu.br/licitacoes , link Dispensa de Licitação Eletrônica em andamento.	Produto para pesquisa e desenvolvimento (art.75,IV,"c") e valor abaixo do limite previsto no art.75,II, ambos da Lei 14133/21.

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DE COMPRA	INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Aquisição de material de consumo de marca específica, para atendimento às necessidades de projeto de pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UNIFAL-MG. Todos os encargos e frete deverão estar inclusos. Todas as informações e descrição detalhada dos itens encontram-se no Termo de Referência e Aviso de Dispensa Eletrônica publicados na página de licitações da Unifal-MG, www.unifal-mg.edu.br/licitacoes , link Dispensa de Licitação Eletrônica em andamento.	Produtos para pesquisa e desenvolvimento (art.75,IV,"c") e valor abaixo do limite previsto no art.75,II, ambos da Lei 14133/21
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Aquisição de Anticorpo primário P22-PHOX ANTICORPO(44.1) e Anticorpo secundário MOUSE ANTI-RABBIT IGG-HRP, ambos da marca Santa Cruz, para atendimento a pesquisa-PRPPG/UNIFAL-MG. Todos os encargos e frete deverão estar inclusos. Todas as informações e descrição detalhada dos itens encontram-se no Termo de Referência e Aviso de Dispensa Eletrônica publicados na página de licitações da Unifal-MG, www.unifal-mg.edu.br/licitacoes , link Dispensa de Licitação Eletrônica em andamento.	Produtos para pesquisa e desenvolvimento (art.75,IV,"c") e valor abaixo do limite previsto no art.75,II, ambos da Lei 14133/21
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Aquisição de Glicina p.a. (emb. c/ 1Kg), marca Sigma, para atendimento às necessidades de projeto de pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UNIFAL-MG. Todos os encargos e frete deverão estar inclusos. Todas as informações e descrição detalhada do item encontra-se no Termo de Referência e Aviso de Dispensa Eletrônica publicados na página de licitações da Unifal-MG, www.unifal-mg.edu.br/licitacoes , link Dispensa de Licitação Eletrônica em andamento.	Produto para pesquisa e desenvolvimento (art.75,IV,"c") e valor abaixo do limite previsto no art.75,II, ambos da Lei 14133/21.
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Aquisição de Padrão de Cascarosídeo A, 10 MG, marca Sigma, para atendimento às necessidades de projeto de pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UNIFAL-MG. Todos os encargos e frete deverão estar inclusos. Todas as informações e descrição detalhada do item encontra-se no Termo de Referência e Aviso de Dispensa Eletrônica publicados na página de licitações da Unifal-MG, www.unifal-mg.edu.br/licitacoes , link Dispensa de Licitação Eletrônica em andamento.	Produto para pesquisa e desenvolvimento (art.75,IV,"c") e valor abaixo do limite previsto no art.75,II, ambos da Lei 14.133/21
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Aquisição de Glutaciona redutase (EC 1.6.4.2) de leveduras, frasco com 100 unidades, marca Sigma, para atendimento às necessidades de projeto de pesquisa da PRPPG/UNIFAL-MG. Todos os encargos e frete deverão estar inclusos. Todas as informações e descrição detalhada do item encontra-se no Termo de Referência e Aviso de Dispensa Eletrônica publicados na página de licitações da Unifal-MG, www.unifal-mg.edu.br/licitacoes , link Dispensa de Licitação Eletrônica em andamento.	Produto para pesquisa e desenvolvimento (art.75,IV,"c") e valor abaixo do limite previsto no art.75,II, ambos da Lei 14.133/21

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DE COMPRA	INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Aquisição de material de consumo, marca Sigma, para atendimento às necessidades de projeto de pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UNIFAL-MG. Todos os encargos e frete deverão estar inclusos. Todas as informações e descrição detalhada dos itens encontram-se no Termo de Referência e Aviso de Dispensa Eletrônica publicados na página de licitações da Unifal-MG, www.unifal-mg.edu.br/licitacoes , link Dispensa de Licitação Eletrônica em andamento.	Produtos para pesquisa e desenvolvimento (art.75,IV,"c") e valor abaixo do limite previsto no art.75,II, ambos da Lei 14133/21
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Aquisição de material de consumo (2,2'-Bipyridine-4,4'-dicarboxylic acid, frasco 1G, e 2,2'-Biquinoline-4,4'-dicarboxylic acid- SKU-14335-Frasco 1G), marca Sigma, p/pesquisa. Todos os encargos e frete deverão estar inclusos. Todas as informações e descrição detalhada dos itens encontram-se no Termo de Referência e Aviso de Dispensa Eletrônica publicados na página de licitações da Unifal-MG, www.unifal-mg.edu.br/licitacoes , link Dispensa de Licitação Eletrônica em andamento	Produtos para pesquisa e desenvolvimento (art.75,IV,"c") e valor abaixo do limite previsto no art.75,II, ambos da Lei 14133/21
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Aquisição de Kit de extração de RNA, marca Promega, para atendimento às necessidades de projeto de pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UNIFAL-MG. Todos os encargos e frete deverão estar inclusos. Todas as informações e descrição detalhada do item encontram-se no Termo de Referência e Aviso de Dispensa Eletrônica publicados na página de licitações da Unifal-MG, www.unifal-mg.edu.br/licitacoes , link Dispensa de Licitação Eletrônica em andamento.	Produto para pesquisa e desenvolvimento (art.75,IV,"c") e valor abaixo do limite previsto no art.75,II, ambos da Lei 14133/21.
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Aquisição de material de consumo para atendimento às necessidades de projeto de pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UNIFAL-MG. Todos os encargos e frete deverão estar inclusos. Todas as informações e descrição detalhada dos itens encontram-se no Termo de Referência e Aviso de Dispensa Eletrônica publicados na página de licitações da Unifal-MG, www.unifal-mg.edu.br/licitacoes , link Dispensa de Licitação Eletrônica em andamento.	Produtos para pesquisa e desenvolvimento (art.75,IV,"c") e valor abaixo do limite previsto no art.75,II, ambos da Lei 14133/21
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Aquisição de reagentes das marcas Bioclin, Scienco Biotech e Sigma, para atendimento às necessidades de projeto de pesquisa da PRPPG/UNIFAL-MG. Todos os encargos e frete deverão estar inclusos. Todas as informações e descrição detalhada dos itens encontram-se no Termo de Referência e Aviso de Dispensa Eletrônica publicados na página de licitações da Unifal-MG, www.unifal-mg.edu.br/licitacoes , link Dispensa de Licitação Eletrônica em andamento.	Produtos para pesquisa e desenvolvimento (art.75,IV,"c") e valor abaixo do limite previsto no art.75,II, ambos da Lei 14133/21

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DE COMPRA	INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Aquisição de material de consumo, marca Sigma, para atendimento às necessidades de projeto de pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UNIFAL-MG. Todos os encargos e frete deverão estar inclusos. Todas as informações e descrição detalhada dos itens encontram-se no Termo de Referência e Aviso de Dispensa Eletrônica publicados na página de licitações da Unifal-MG, www.unifal-mg.edu.br/licitacoes , link Dispensa de Licitação Eletrônica em andamento.	Produtos para pesquisa e desenvolvimento (art.75,IV,"c") e valor abaixo do limite previsto no art.75,II, ambos da Lei 14133/21
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Aquisição de reagente: "MTT,3-(4,5-dimetiltiazol-2-il)-2,5-difeniltetrazólio, grau de pureza mínimo 95%, embalagem c/500mg, da marca Sigma" para pesquisa PRPPG/Unifal-MG. Todos os encargos e frete deverão estar inclusos. Todas as informações e descrição detalhada do item encontram-se no Termo de Referência e Aviso de Dispensa Eletrônica publicados na página de licitações da Unifal-MG, www.unifal-mg.edu.br/licitacoes , link Dispensa de Licitação Eletrônica em andamento.	Produto para pesquisa e desenvolvimento (art.75,IV,"c") e valor abaixo do limite previsto no art.75,II, ambos da Lei 14133/21.
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Aquisição de Cartucho Versapak 20/45 micrômetros, de sílica 10g, volume do tubo 60mL, marca Supelco (caixa com 10 unidades), para pesquisa PRPPG/UNIFAL-MG. Todos os encargos e frete deverão estar inclusos. Todas as informações e descrição detalhada do item encontram-se no Termo de Referência e Aviso de Dispensa Eletrônica publicados na página de licitações da Unifal-MG, www.unifal-mg.edu.br/licitacoes , link Dispensa de Licitação Eletrônica em andamento.	Produto para pesquisa e desenvolvimento (art.75,IV,"c") e valor abaixo do limite previsto no art.75,II, ambos da Lei 14133/21.
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Aquisição de Panela hermética de alumínio padrão (pacote de 100 unidades), marca TA Instruments, Sige 145845, para atendimento a projeto de pesquisa, conforme solicitação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PRPPG da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG. Orçamento Cotação: 23393253.	Produto para pesquisa e desenvolvimento (art.75,IV,"c") e valor abaixo do limite previsto no art.75,II, ambos da Lei 14.133/21
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Aquisição de Dissulfeto de tripanotona N1,N8-bis(glutacionil)-espermidina, peso molecular 721,85; ≥98% (HPLC), pó, solubilidade 1g/L; C27H47N9O10S2 · xC2HF3O2, frasco de 5mg, marca Sigma, SIGE 145563, para atender à solicitação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG. Número de cliente: 28001198 / NUM.COTAÇÃO: 8206384969.	Produto para pesquisa e desenvolvimento (art.75,IV,"c") e valor abaixo do limite previsto no art.75,II, ambos da Lei 14.133/21
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Aquisição de reagentes da marca Bio Rad, para atendimento às necessidades de projeto de pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação -PRPPG da UNIFAL-MG. Todos os encargos e frete deverão estar inclusos. Todas as informações e descrição detalhada dos itens encontram-se no Termo de Referência e Aviso de Dispensa Eletrônica publicados na página de licitações da Unifal-MG, www.unifal-mg.edu.br/licitacoes , link Dispensa de Licitação Eletrônica em andamento.	Produtos para pesquisa e desenvolvimento (art.75,IV,"c") e valor abaixo do limite previsto no art.75,II, ambos da Lei 14133/21

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DE COMPRA	INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Aquisição de reagentes: Azul de Coomassie Brilhante G-250 (Coomassie Brilliant Blue G-250) e EGTA (Etilenoglicol bis (2-aminoetil éter) ácido tetraacético), pureza $\geq 97,0\%$, ambos marca Sigma. Todos os encargos e frete deverão estar inclusos. Todas as informações e descrição detalhada dos itens encontram-se no Termo de Referência e Aviso de Dis. Eletrônica publicados na pág. de licitações da Unifal-MG, www.unifal-mg.edu.br/licitacoes , link Dispensa de Lic. Eletrônica em andamento	Produtos para pesquisa e desenvolvimento (art.75,IV,"c") e valor abaixo do limite previsto no art.75,II, ambos da Lei 14133/21
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Aquisição de material de consumo da marca Axygen, para atendimento às necessidades de projeto de pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UNIFAL-MG. Todos os encargos e frete deverão estar inclusos. Todas as informações e descrição detalhada dos itens encontram-se no Termo de Referência e Aviso de Dispensa Eletrônica publicados na página de licitações da Unifal-MG, www.unifal-mg.edu.br/licitacoes , link Dispensa de Licitação Eletrônica em andamento.	Produtos para pesquisa e desenvolvimento (art.75,IV,"c") e valor abaixo do limite previsto no art.75,II, ambos da Lei 14133/21
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Aquisição de 2 (duas) unidades de Gasket Rubber Neoprene 3.0 dia, marca TA Instrument, SIGEs 139216, para atender à solicitação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG. Cotação: 23391955.	Produto para pesquisa e desenvolvimento (art.75,IV,"c") e valor abaixo do limite previsto no art.75,II, ambos da Lei 14.133/21
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Aquisição de Maltose p.a. (emb. c/ 250g) e Micropipeta automática digital monocanal de volume entre 20 a 200 μ L com incrementos de 0,1 μ L, para pesquisa da PRPPG/UNIFAL-MG. Todos os encargos e frete deverão estar inclusos. Todas as informações e descrição detalhada dos itens encontram-se no Termo de Referência e Aviso de Dispensa Eletrônica publicados na página de licitações da Unifal-MG, www.unifal-mg.edu.br/licitacoes , link Dispensa de Licitação Eletrônica em andamento.	Produtos para pesquisa e desenvolvimento (art.75,IV,"c") e valor abaixo do limite previsto no art.75,II, ambos da Lei 14133/21
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Aquisição de material de consumo da marca "Sigma-Supelco-Merck", para atendimento às necessidades de projetos de pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UNIFAL-MG. Todos os encargos e frete deverão estar inclusos. Todas as informações e descrição detalhada dos itens encontram-se no Termo de Referência e Aviso de Disp. Eletrônica publicados na página de licitações da Unifal-MG, www.unifal-mg.edu.br/licitacoes , link Dispensa de Licitação Eletrônica em andamento.	Produtos para pesquisa e desenvolvimento (art.75,IV,"c") e valor abaixo do limite previsto no art.75,II, ambos da Lei 14133/21

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DE COMPRA	INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Aquisição de Cisplatina, marca Sigma Aldrich/Supelco, para atendimento às necessidades de projeto de pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UNIFAL-MG. Todos os encargos e frete deverão estar inclusos. Todas as informações e descrição detalhada do item encontram-se no Termo de Referência e Aviso de Dispensa Eletrônica publicados na página de licitações da Unifal-MG, www.unifal-mg.edu.br/licitacoes , link Dispensa de Licitação Eletrônica em andamento.	Produto para pesquisa e desenvolvimento (art.75,IV,"c") e valor abaixo do limite previsto no art.75,II, ambos da Lei 14133/21.
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Aquisição de material de consumo das marcas Sigma, Synth e Êxodo, para atendimento às necessidades de projeto de pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UNIFAL-MG. Todos os encargos e frete deverão estar inclusos. Todas as informações e descrição detalhada dos itens encontram-se no Termo de Referência e Aviso de Disp. Eletrônica publicados na página de licitações da Unifal-MG, www.unifal-mg.edu.br/licitacoes , link Dispensa de Licitação Eletrônica em andamento	Produtos para pesquisa e desenvolvimento (art.75,IV,"c") e valor abaixo do limite previsto no art.75,II, ambos da Lei 14133/21
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Aquisição de material de consumo das marcas Sigma, Synth e Êxodo, para atendimento às necessidades de projetos de pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UNIFAL-MG. Todos os encargos e frete deverão estar inclusos. Todas as informações e descrição detalhada dos itens encontram-se no Termo de Referência e Aviso de Disp. Eletrônica publicados na página de licitações da Unifal-MG, www.unifal-mg.edu.br/licitacoes , link Dispensa de Licitação Eletrônica em andamento	Produtos para pesquisa e desenvolvimento (art.75,IV,"c") e valor abaixo do limite previsto no art.75,II, ambos da Lei 14133/21
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Aquisição de reagentes das marcas Sigma Aldrich e Sigma Aldrich/Supelco, para atendimento às necessidades de projeto de pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UNIFAL-MG. Todos os encargos e frete deverão estar inclusos. Todas as informações e descrição detalhada dos itens encontram-se no Termo de Referência e Aviso de Disp. Eletrônica publicados na pág. de licitações da Unifal-MG, www.unifal-mg.edu.br/licitacoes , link Dispensa de Lic. Eletrônica em andamento	Produtos para pesquisa e desenvolvimento (art.75,IV,"c") e valor abaixo do limite previsto no art.75,II, ambos da Lei 14133/21
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Aquisição de Aquário para rack de peixes (ZebClean) com criadeira confeccionado em policarbonato, da marca Zebclean/Alesco, para pesquisa PRPPG/UNIFAL-MG. Todos os encargos e frete deverão estar inclusos. Todas as informações e descrição detalhada do item encontram-se no Termo de Referência e Aviso de Dispensa Eletrônica publicados na página de licitações da Unifal-MG, www.unifal-mg.edu.br/licitacoes , link Dispensa de Licitação Eletrônica em andamento.	Produto para pesquisa e desenvolvimento (art.75,IV,"c") e valor abaixo do limite previsto no art.75,II, ambos da Lei 14133/21.

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DE COMPRA	INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Aquisição de Kits Bioquímicos para atendimento às necessidades de projeto de pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação -PRPPG da UNIFAL-MG. Todos os encargos e frete deverão estar inclusos. Todas as informações e descrição detalhada dos itens encontram-se no Termo de Referência e Aviso de Dispensa Eletrônica publicados na página de licitações da Unifal-MG, www.unifal-mg.edu.br/licitacoes , link Dispensa de Licitação Eletrônica em andamento.	Produtos para pesquisa e desenvolvimento (art.75,IV,"c") e valor abaixo do limite previsto no art.75,II, ambos da Lei 14133/21
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Aquisição de Placas de quartzo 99,995% de pureza em SiO ₂ , marca ACTQUARTZO, para atendimento às necessidades de projeto de pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UNIFAL-MG. Todos os encargos e frete deverão estar inclusos. Todas as informações e descrição detalhada dos itens encontram-se no Termo de Referência e Aviso de Disp. Eletrônica publicados na pág. de licitações da Unifal-MG, www.unifal-mg.edu.br/licitacoes , link Dispensa de Lic. Eletrônica em andamento	Produtos para pesquisa e desenvolvimento (art.75,IV,"c") e valor abaixo do limite previsto no art.75,II, ambos da Lei 14133/21
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Aquisição de reagentes das marcas Sigma, Biocare, Invitrogen e Applied Biosystems, para atendimento à pesquisa da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG. Todos os encargos e frete deverão estar inclusos. Todas as informações e descrição detalhada dos itens encontram-se no Termo de Referência e Aviso de Dispensa Eletrônica publicados na página de licitações da Unifal-MG, www.unifal-mg.edu.br/licitacoes , link Dispensa de Licitação Eletrônica em andamento.	Produtos para pesquisa e desenvolvimento (art.75,IV,"c") e valor abaixo do limite previsto no art.75,II, ambos da Lei 14133/21
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Aquisição de material de consumo de marca Sigma, SIGEs 146034, 145866, 145864 e 145869, para atender à solicitação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG. Número de cliente: 28001198. NUM.COTAÇÃO: 8206391936.	Produtos para pesquisa e desenvolvimento (art.75,IV,c) e valor abaixo do limite previsto no art.75,II, ambos da Lei 14.133/21.
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Aquisição de Rotor de ângulo Fixo Fa-45-30-11 da marca Eppendorf, para Centrífuga Refrigerada modelo 5810R, da marca Eppendorf, Tombo 68448, PRPPG/UNIFAL-MG. Todos os encargos e frete deverão estar inclusos. Todas as informações e descrição detalhada do item encontram-se no Termo de Referência e Aviso de Dispensa Eletrônica publicados na página de licitações da Unifal-MG, www.unifal-mg.edu.br/licitacoes , link Dispensa de Licitação Eletrônica em andamento.	Produto para pesquisa e desenvolvimento (art.75,IV,"c") e valor abaixo do limite previsto no art.75,II, ambos da Lei 14133/21.
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Aquisição de Glicina p.a. (emb. c/ 1Kg), marca Sigma, SIGE 136868, para atender à solicitação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG. Número de cliente: 28001198. NUM.COTAÇÃO: 8206406980.	Produto para pesquisa e desenvolvimento (art.75,IV,"c") e valor abaixo do limite previsto no art.75,II, ambos da Lei 14.133/21

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DE COMPRA	INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Aquisição de Glutaciona redutase (EC 1.6.4.2) de leveduras, frasco com 100 unidades, marca Sigma, SIGE 24070, para atender à solicitação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG. Número de cliente: 28001198. NUM.COTAÇÃO: 8206400887.	Produto para pesquisa e desenvolvimento (art.75,IV,"c") e valor abaixo do limite previsto no art.75,II, ambos da Lei 14.133/21
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Aquisição de 2,2'-Biquinoline-4,4'-dicarboxylic acid- SKU- 14335-Frasco com 1G, marca Sigma, SIGE 145849, para atender à solicitação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG. Número de cliente: 28001198. NUM.COTAÇÃO: 8206425381.	Produto para pesquisa e desenvolvimento (art.75,IV,"c") e valor abaixo do limite previsto no art.75,II, ambos da Lei 14.133/21
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Aquisição de material de consumo das marcas Synth e Êxodo, para atendimento às necessidades de projeto de pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UNIFAL-MG. Todos os encargos e frete deverão estar inclusos. Todas as informações e descrição detalhada dos itens encontram-se no Termo de Referência e Aviso de Dispensa Eletrônica publicados na página de licitações da Unifal-MG, www.unifal-mg.edu.br/licitacoes , link Dispensa de Licitação Eletrônica em andamento.	Produtos para pesquisa e desenvolvimento (art.75,IV,"c") e valor abaixo do limite previsto no art.75,II, ambos da Lei 14133/21
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Aquisição de Maltose p.a. (emb. c/ 250 g), SIGE 6996, para atendimento às necessidades de projeto de pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG. Conforme Termo de Referência. Proposta nº 69162.	Produto para pesquisa e desenvolvimento (art.75,IV,"c") e valor abaixo do limite previsto no art.75,II, ambos da Lei 14133/21.
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Aquisição de Padrão de Cascarosídeo A, 10 MG, marca Sigma, para atendimento às necessidades de projeto de pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UNIFAL-MG. Todos os encargos e frete deverão estar inclusos. Todas as informações e descrição detalhada do item encontram-se no Termo de Referência e Aviso de Dispensa Eletrônica publicados na página de licitações da Unifal-MG, www.unifal-mg.edu.br/licitacoes , link Dispensa de Licitação Eletrônica em andamento.	Produto para pesquisa e desenvolvimento (art.75,IV,"c") e valor abaixo do limite previsto no art.75,II, ambos da Lei 14133/21.
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Aquisição de Placas de quartzo 99,995% de pureza em SiO ₂ , marca ACTQUARTZO.	
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Aquisição de material de consumo das marcas Synth e Êxodo, para atendimento às necessidades de projeto de pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UNIFAL-MG. Todos os encargos e frete deverão estar inclusos. Todas as informações e descrição detalhada dos itens encontram-se no Termo de Referência e Aviso de Dispensa Eletrônica publicados na página de licitações da Unifal-MG, www.unifal-mg.edu.br/licitacoes , link Dispensa de Licitação Eletrônica em andamento.	Produtos para pesquisa e desenvolvimento (art.75,IV,"c") e valor abaixo do limite previsto no art.75,II, ambos da Lei 14133/21
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Aquisição de Cartucho Versapak 20/45 micrômetros, de sílica 10g, volume do tubo 60 mL, marca Supelco (caixa com 10 unidades).	145635 - Cartucho Versapak 20/45 micrômetros, de sílica 10g, volume do tubo 60 mL, marca Supelco (caixa com 10 unidades), para atendimento a pesquisa.

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DE COMPRA	INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Aquisição de Transcriptase reversa para síntese de cDNA, marca Invitrogen, para atendimento a projeto de pesquisa.	146190 - Transcriptase reversa para síntese de cDNA. SuperScript IV Reverse Transcriptase (RT) purificada de E. coli que expressa o gene M-MLV, modificada para aumentar a termoestabilidade e meia-vida. Tempo de reação: 10 minutos. Temperatura ótima de reação: 50°C. Quantidade: 10000 unidades. Atividade ribonuclease H reduzida. Concentração: 200 U/μL. Número de reações: 50. Conteúdo: SuperScript IV RT, 50 μL (200 U/μL); 5X RT buffer, 1 mL; 0.1 M DTT, 500 μL.
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Aquisição de reagentes das marcas Bioclin e Scienco Biotech, para atendimento às necessidades de projeto de pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UNIFAL-MG. Todos os encargos e frete deverão estar inclusos. Todas as informações e descrição detalhada dos serviços encontram-se no Termo de Referência e Aviso de Dispensa Eletrônica publicados na página de licitações da Unifal-MG, www.unifal-mg.edu.br/licitacoes , link Dispensa de Licitação Eletrônica em andamento	Produtos para pesquisa e desenvolvimento (art.75,IV,"c") e valor abaixo do limite previsto no art.75,II, ambos da Lei 14133/21
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Aquisição de Aquário para rack de peixes (ZebClean) com criadeira confeccionado em policarbonato, da marca Zebclean/Alesco, para atendimento às necessidades de projeto de pesquisa.	146098 - Aquário para rack de peixes (ZebClean) com criadeira confeccionado em policarbonato.
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Aquisição de Toucas avulsas para EEG da marca MCScap, para atendimento às necessidades do Instituto de Ciências da Motricidade - ICM da UNIFAL-MG. Todos os encargos e frete deverão estar inclusos. Todas as informações e descrição detalhada dos itens encontram-se no Termo de Referência e Aviso de Dispensa Eletrônica publicados na página de licitações da Unifal-MG, www.unifal-mg.edu.br/licitacoes , link Dispensa de Licitação Eletrônica em andamento.	Produtos para pesquisa e desenvolvimento (art.75,IV,"c") e valor abaixo do limite previsto no art.75,II, ambos da Lei 14133/21
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Aquisição de reagente: Anti-α-Actin-1 (ATCA1) antibody produced in rabbit da marca SIGMA, número de catálogo: SAB5701403-100UL, para atendimento à pesquisa, UNIFAL-MG. Todos os encargos e frete deverão estar inclusos. Todas as informações e descrição detalhada do item encontram-se no Termo de Referência e Aviso de Dispensa Eletrônica publicados na página de licitações da Unifal-MG, www.unifal-mg.edu.br/licitacoes , link Dispensa de Licitação Eletrônica em andamento.	Produto para pesquisa e desenvolvimento (art.75,IV,"c") e valor abaixo do limite previsto no art.75,II, ambos da Lei 14133/21.
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Aquisição de Kit de reagente para realização de teste - Uréia, metodologia enzimática, marca Bioclin, SIGE 145772, e Reagente de Bradford para determinação de proteínas, frasco com 500mL, marca Scienco Biotech, SIGE 145905, para atendimento às necessidades de projeto de pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG.	

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DE COMPRA	INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Aquisição de reagente: Anti- α -Actin-1 (ATCA1) antibody produced in rabbit da marca SIGMA, número de catálogo: SAB5701403-100UL, para atendimento à pesquisa, conforme solicitação do Departamento de Biologia Celular e do Desenvolvimento (DBCD) do Instituto de Ciências Biomédicas - ICB da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG.	
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Aquisição de Acetona P.A.-A.C.S., frasco com 1L, marca Synth, SIGE nº 146281, e Álcool Etilico Anidro, 99,5%, P.A - 1L, marca Êxodo, SIGE nº 146282, para atendimento às necessidades de projeto de pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG.	
153028	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Aquisição de Acetona P.A.-A.C.S., frasco com 1L, marca Synth, SIGE nº 146281 e Álcool Etilico Anidro, 99,5%, P.A - 1 L, marca Êxodo, SIGE nº 146282, para atendimento às necessidades de projeto de pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG	
153103	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	Contratação de empresa especializada para realização de serviços (instalação de ieds de proteção e acessórios em painéis) e aquisição de materiais (componentes acessórios) conforme documento “Projeto bancadas de proteção”.	Conforme artigo 75, inciso IV, alínea "c" da Lei 14.133/2021.
153037	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	Aquisição de animais de laboratório (ratos e camundongos) destinados aos pesquisadores do Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde (ICBS) da Universidade Federal de Alagoas	Disponível em: https://ufal.br/transparencia/licitacoes/dispensa-de-licitacao/2023
156679	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALAO	Aquisição de MATERIAL QUIMICO	
156679	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALAO	Aquisição de MATERIAL HOSPITALAR	
153031	MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO/SP	Importação direta de forno a arco elétrico para produção de ligas metálicas diretamente com o fabricante para uso exclusivo em laboratório de pesquisa científica e tecnológica.	Pesquisa de licitação com o exportador de menor valor e que atendeu ao que se pede no projeto de pesquisa.
153031	MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO/SP	Aquisição de Teste de Urina Benzoilecgonina	Aquisição de Testes de Urina Benzoilecgonina Dispensa de Licitação Lei 14133/2021
153031	MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO/SP	Aq.Kit Dosagem_ Marca Roche_ Endocrinologia_ Rec: Capes 2023.	Produto ou Serviço destinado a Pesquisa Científica - ART. 75.INCISO IV,ALÍNEA C
153031	MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO/SP	Aquisição de Anticorpos, marca Becton Dickinson	Atendimento a Projeto de Pesquisa
153031	MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO/SP	Serviço de conserto da incubadora com agitação Orbital - Marca Tecnal, modelo TE-4200, para a disciplina de Gastroenterologia Cirúrgica da Universidade Federal de São Paulo	Conserto de equipamento utilizado para projeto de pesquisa
153031	MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO/SP	Aquisição de módulo smartpak dq3 e outros	Art. 75º, Inciso IV, c da Lei nº 14.133 de 1º/04/2021.
153031	MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO/SP	Aquisição de Dispositivo Intra Uterino (DIU) Hormonal KYLEENA Dispensa de Licitação Lei 14133/2021	Aquisição de Dispositivo Intra Uterino (DIU) Hormonal KYLEENA Dispensa de Licitação Lei 14133/2021
153031	MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO/SP	Aq. TaqPath e Outros	Art. 75º, Inciso IV, c da Lei nº 14.133 de 1º/04/2021.

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DE COMPRA	INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
153031	MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO/SP	Aq. Lâmina Marca Perfecta e Outros	Art. 75º, Inciso IV, c da Lei nº 14.133 de 1º/04/2021.
153031	MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO/SP	Aq. Kit Extração DNA_ Marca Qiagen _ Endocrinologia_ Verba Capes 2023	Produto destinado a pesquisa Científica -ART. 75,INCISO IV,ALÍNEA C.
153031	MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO/SP	Aquisição de Kit Dosagem_ Life _ Req. Otorrino _Verba Capes 2023	Aquisição de Kit Dosagem_ Life _ Req. Otorrino _Verba Capes 2023 Dispensa de Licitação Lei 14133/2021
153031	MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO/SP	Serviço de conserto da incubadora com agitação Orbital - Marca Tecnal, modelo TE-4200, para a disciplina de Gastroenterologia Cirúrgica da Universidade Federal de São Paulo	Produto destinado à pesquisa
153031	MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO/SP	Aquisição de Anticorpos, marca Becton Dickinson	Produto destinado a projeto de pesquisa
153031	MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO/SP	Serviço Manutenção Corretiva e Manutenção Preventiva em Microscópio marca Olympus modelo BX51 e Centrífuga Multipurpose com refrigeração Marca Eppendorf da disciplina de Urologia da Universidade Federal de São Paulo	Equipamento de pesquisa científica
153031	MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO/SP	Aq. Mod. Smartpach_Marca Merck _ Req. Reumatologia_Verba Capes 2023	Art. 75º, Inciso IV, c da Lei nº 14.133 de 1º/04/2021.
153031	MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO/SP	Manutenção preventiva ultrapurificador de água, destilador linha Smart - Marca: Millipore - Modelo: Direct-Q	Manutenção de equipamento utilizado para projeto de pesquisa
153031	MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO/SP	Aquisição de Crioosonda_Marca Varian _ Req. Ginecologia _Verba Capes 2023	Aquisição de Crioosonda_Marca Varian _ Req. Ginecologia _Verba Capes 2023
153031	MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO/SP	Aq.Kit Dosagem_ Marca Roche_ Endocrinologia_ Rec: Capes 2023.	Produto destinado a Pesquisa Científica - ART.75, INCISO IV, ALINEA C.
153031	MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO/SP	Aquisição de Cabos e Sonda _ Req. Fonoaudiologia_ Verba Capes 2023	Aquisição de Cabos e Sonda _ Req. Fonoaudiologia_ Verba Capes 2023
153031	MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO/SP	Aq. Lâmina Marca Perfecta e Outros_ Req. Reumatologia_ Verba Capes 2023	Art. 75º, Inciso IV, c da Lei nº 14.133 de 1º/04/2021.
153031	MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO/SP	Aq. Mod. Smartpach_Marca Merck _ Req. Reumatologia_Verba Capes 2023	Art. 75º, Inciso IV, c da Lei nº 14.133 de 1º/04/2021.
153031	MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO/SP	Serviços de Calibração dos Equipamentos de Fonoaudiologia.	Serviços de Calibração dos Equipamentos de Fonoaudiologia_ Verba Capes 2023 -Lei nº 14.133 de 1º/04/2021
153031	MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO/SP	Aq. TaqPath e Outros	Art. 75º, Inciso IV, c da Lei nº 14.133 de 1º/04/2021.
153031	MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO/SP	Manutenção Purificador _ Req. Reumatologia _ Verba Capes 2023	Continuidade da Pesquisa em andamento.
153031	MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO/SP	Aq. Material Médico Uso Geral_Req: PPG_Rec: Capes 2023	Art. 75º, Inciso IV, c da Lei nº 14.133 de 1º/04/2021.
153031	MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO/SP	Aquisição de Crioosonda - Marca Varian - Req. Ginecologia - Verba Capes 2023	Para continuidade no projeto de pesquisa intitulado a avaliação da Crioblação no tratamento local do cancer de mama.
153031	MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO/SP	Aq. Kit Extração DNA_ Marca Qiagen _ Endocrinologia_ Verba Capes 2023	Aq. Kit Extração DNA_ Marca Qiagen_ Verba Capes 2023. Fundamento Legal Art. 75º, Inciso IV, c da Lei nº 14.133 de 1º/4/21

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DE COMPRA	INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
153031	MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO/SP	Serviços de Calibração dos Equipamentos_Req. Fonoaudiologia_ Verba Capes 2023	
153031	MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO/SP	Manutenção Microscópio e Centrífuga	Conforme Especificado no Termo de Referência da unidade requisitante
153031	MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO/SP	Aq. Material Médico Uso Geral_Req: PPG_Rec: Capes 2023	Esta Dispensa foi gerada para ser correspondente à Dispensa 123/2023, esta a qual foi cancelada devido à lançamento incorreto de item
153031	MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO/SP	Manutenção Preventiva e Corretiva em citômetro de fluxo FACSCanto II e FACS Calibur	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material laboratorial e hospitalar.	Aquisição de material laboratorial e hospitalar.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico para pesquisa com recursos do convênio 053/2021 da Fundação Araucária. Coordenadora: Angélica Beate Winter Boldt	Aquisição de material químico para pesquisa com recursos do convênio 053/2021 da Fundação Araucária. Coordenadora: An
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição Material Laboratório	Despesa desta UASG
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Hélio líquido: Hélio líquido altamente refrigerado; gás comprimido; aspecto físico líquido incolor, inodoro, altamente refrigerado; fórmula química He; massa molecular 4g/mol; grau de pureza mínimo 99%; número de referência química CAS 7440-59-7. Carga em reservatório não magnético.	Hélio líquido: Hélio líquido altamente refrigerado; gás comprimido; aspecto físico líquido incolor, inodor
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de insumos químicos	Aquisição de insumos químicos
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material de laboratório	Aquisição de material de laboratório
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Material químico	Material químico
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Material laboratorial	Material laboratorial
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Gás Engarrafado	Gás Engarrafado
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Livros	Livros
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de equipamento para pesquisa com recursos do convênio Fundação Araucária, FA 015/2019 Coordenador: Luciano Fernandes Huergo	Aquisição de equipamento para pesquisa com recursos do convênio Fundação Araucária, FA 015/2019 Coordenador: Luciano Fe
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Gás Engarrafado	Gás Engarrafado - Singularidade do Item - Pesquisa Científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Material Químico	Material Químico - Pesquisa Científica - Singularidade dos Itens
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Material Químico	Material Químico - Pesquisa Científica - Singularidade do Item
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Equipamento Laboratorial	Equipamento Laboratorial - Pesquisa Científica - Singularidade de Item
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico para pesquisa com recursos do Convênio 103/2020 - Fundação Araucária	Aquisição de material químico para pesquisa com recursos do Convênio 103/2020 - Fundação Araucária
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de 3.000 placas petri 90x15mm s/ div	Aquisição de 3.000 placas petri 90x15mm s/ div
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico com recursos do convênio 103/2020 da Fundação Araucária. Coordenador: Vania Aparecida Vicente	Aquisição de material químico com recursos do convênio 103/2020 da Fundação Araucária. Coordenador: Vania Aparecida Vi

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DE COMPRA	INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de um MacBook para pesquisa com recursos do convênio 072/2021 da Fundação Araucária. Coordenadora: Taysa Schiocchet	Aquisição de um MacBook para pesquisa com recursos do convênio 072/2021 da Fundação Araucária. Coordenadora: Taysa Schi
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico com recursos do convênio 063/2021 da Fundação Araucária. Coordenador: Silvio Marques Zanata	Aquisição de material químico com recursos do convênio 063/2021 da Fundação Araucária. Coordenador: Silvio Marques Zan
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material com recursos do convênio 103/2020 da Fundação Araucária. Coordenadora: Vania Aparecida Vicente	Aquisição de material com recursos do convênio 103/2020 da Fundação Araucária. Coordenadora: Vania Aparecida Vicente
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico com recursos do convênio 103/2020 da Fundação Araucária. Coordenadora: Vania Aparecida Vicente	Aquisição de material químico com recursos do convênio 103/2020 da Fundação Araucária. Coordenadora: Vania Aparecida V
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material com recursos do convênio 004/2019 da Fundação Araucária. Coordenador: Marcos Lucio Corazza	Aquisição de material com recursos do convênio 004/2019 da Fundação Araucária. Coordenador: Marcos Lucio Corazza
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material com recursos do convênio 004/2019 da Fundação Araucária. Coordenador: Marcos Lucio Corazza	Aquisição de material com recursos do convênio 004/2019 da Fundação Araucária. Coordenador: Marcos Lucio Corazza
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição por dispensa de licitação de uma unidade de bobina de E.V.A espessura de 4mm em rolo com 50m de comprimento e 1,40m de largura, sem cola/adeseivo de contato.	Atendimento da necessidade de material do projeto de pesquisa do CV 103/2020-FA
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Compra material para projeto:Desenvolvimento de uma nova vacina contra a Covid-19	Despesa dessa UASG
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico para pesquisa com recursos do Convênio 103/2020 firmado entre a UFPR e a Fundação Araucária. Coordenação: LUCIANE MARINONI	Aquisição de material químico para pesquisa com recursos do Convênio 103/2020 firmado entre a UFPR e a Fundação Arau
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico com recursos do convênio 004/2019 da Fundação Araucária. Coordenador: Marcos Lucio Corazza	Aquisição de material químico com recursos do convênio 004/2019 da Fundação Araucária. Coordenador: Marcos Lucio Coraz
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material com recursos do convênio 103/2020 da Fundação Araucária. Coordenadora: Luciane Marinoni	Aquisição de material com recursos do convênio 103/2020 da Fundação Araucária. Coordenadora: Luciane Marinoni
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Confeccao de material de acondic. e embalagem	Confeccao de material de acondic. e embalagem
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Material Químico	Material Químico - Pesquisa Científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material laboratorial para pesquisa com recursos do Convênio 103/2020 firmado entre a UFPR e a Fundação Araucária	Aquisição de material laboratorial para pesquisa com recursos do Convênio 103/2020 firmado entre a UFPR e a Fundação Ara
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material de acondicionamento e embalagem para pesquisa com Recursos do Convênio no. 103/2020 - Fundação Araucária. Coordenadora do Convênio: LUCIANE MARINONI	Aquisição de material de acondicionamento e embalagem para pesquisa com Recursos do Convênio no. 103/2020 - Fundação A
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição Material Laboratório	Despesa dessa UASG
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Serviço Técnico Especializado	Serviço Técnico Especializado - Pesquisa Científica

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DE COMPRA	INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Material Químico	Material Químico - Pesquisa Científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Kit com 6(seis) unidades de materiais de laboratório, conforme descrito no Termo de referência 82/2023.	Kit com 6(seis) unidades de materiais de laboratório, conforme descrito no Termo de referência 82/2023.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico com recursos do PROAP	Aquisição de material químico com recursos do PROAP
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Material Laboratorial	Material Laboratorial - Pesquisa Científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material hospitalar com recursos do PROAP	Aquisição de material hospitalar com recursos do PROAP
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material laboratorial com recursos do PROAP	Aquisição de material laboratorial com recursos do PROAP
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material hospitalar com recursos do PROAP Coordenadora: Heloise Garcia Knapik	Aquisição de material hospitalar com recursos do PROAP Coordenadora: Heloise Garcia Knapik
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico com recursos do PROAP.	Aquisição de material químico com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Serviço Técnico Profissional - Tradução Artigo Científico	Serviço Técnico Profissional - Tradução Artigo Científico - Pesquisa Científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Com recursos do convenio 103/2020 da Fundação Araucária Coordenadora: Luciane Marinoni	Com recursos do convenio 103/2020 da Fundação Araucária Coordenadora: Luciane Marinoni
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Tradução texto científico português-inglês 7600 palavras	Tradução texto científico português-inglês 7600 palavras - Pesquisa Científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico TED PROAP PROAP CAPES 2023 - TED SIMEC 12132 - Número de Transferência SIAFI: 1AAMSD	Aquisição de material químico TED PROAP PROAP CAPES 2023 - TED SIMEC 12132 - Número de Transferência SIAFI: 1AAMSD
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Com recursos do convênio 103/2020 da Fundação Araucária Coordenadora: Luciane Marimon	Com recursos do convênio 103/2020 da Fundação Araucária Coordenadora: Luciane Marimon
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material de consumo	Aquisição de material de consumo - Pesquisa Científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Naftalina	Naftalina - Pesquisa Científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Material de Expediente	Material de Expediente - Pesquisa Científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Serviço de manutenção com recursos do PROAP.	Serviço de manutenção com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Serviço Técnico Científico	Serviço Técnico Científico - Pesquisa Científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Material Químico	Material Químico - Pesquisa Científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Contratação de serviços gráficos para pesquisa com recursos do PROAP - PPG em Saúde Coletiva - Coordenador: Marcos Claudio Signorelli	Contratação de serviços gráficos para pesquisa com recursos do PROAP - PPG em Saúde Coletiva - Coordenador: Marcos Claudi
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material laboratorial com Recursos do convênio 004/2019 - Fundação Araucária Coordenador: MARCOS LÚCIO CORAZZA.	Aquisição de material laboratorial com Recursos do convênio 004/2019 - Fundação Araucária Coordenador: MARCOS LÚCIO CO
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de nobreak com recursos do convênio 002/2021 - Fundação Araucária Coordenador: Marcos L. Corazza	Aquisição de nobreak com recursos do convênio 002/2021 - Fundação Araucária Coordenador: Marcos L. Corazza
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Material Químico	Material Químico - Pesquisa Científica

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DE COMPRA	INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Material Laboratorial	Material Laboratorial - Pesquisa Científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico - PROAP	Aquisição de material químico - PROAP
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Serviço de usinagem do motor-foguete URANO composto por tubeira, tampa e tubo com recursos do PROAP. Coordenador: José Viriato Coelho Vargas	Serviço de usinagem do motor-foguete URANO composto por tubeira, tampa e tubo com recursos do PROAP. Coordenador: José Viri
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material laboratorial para pesquisa com recursos do Convênio Fundação Araucária 103/2020. Coordenadora: Luciane Marinoni	Aquisição de material laboratorial para pesquisa com recursos do Convênio Fundação Araucária 103/2020. Coordenadora: Lu
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	TRADUÇÃO SIMULTÂNEA ON LINE Período: 18, 19 e 20 de outubro de 2023 Local: online Horário de trabalho: 18/10 – das 14h às 16h – uma sala 19/10 – das 14h às 16h – três salas 20/10 – das 14h às 16h – duas salas 20/10 – das 16h30 às 17h30 – uma sala Intérpretes sete intérpretes em simultânea no total Idiomas: português e inglês	TRADUÇÃO SIMULTÂNEA ON LINE Período: 18, 19 e 20 de outubro de 2023 Local: online Horár
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	ESTUFA DE SECAGEM E ESTERILIZAÇÃO – HERAEUS – N° DE SERIE 7400260 – PAT 312134 - Retirada. - Desmontagem geral do equipamento. - Manutenção da fiação elétrica. - Substituição da resistência. - Limpeza interna e externa. - Montagem. - Ajustes gerais. - Entrega e testes	ESTUFA DE SECAGEM E ESTERILIZAÇÃO – HERAEUS – N° DE SERIE 7400260 – PAT 312134 - Retirada. - Desmont
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Material de Expediente	Material de Expediente - Pesquisa Científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Serviço de usinagem do motor-foguete URANO composto por tubeira, tampa e tubo com recursos do PROAP. Coordenador: José Viriato Coelho Vargas	Serviço de usinagem do motor-foguete URANO composto por tubeira, tampa e tubo com recursos do PROAP. Coordenador: José Vir
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico pelo PROAP	Aquisição de material químico pelo PROAP
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de Manta de E.V.A com 1,40m de largura por 60m de comprimento pelo PROAP	Aquisição de Manta de E.V.A com 1,40m de largura por 60m de comprimento pelo PROAP
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material veterinário/laboratoria com recursos do PROAP	Aquisição de material veterinário/laboratoria com recursos do PROAP
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição Material Laboratório	Despesa dessa UASG
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição Material Laboratório: Kit Vial rosca N9 2ml âmbar graduado tampa azul septo fixo pre-cort PTFE/SIL;	Despesa dessa UASG
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Material Químico	Material Químico - Pesquisa Científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material laboratorial com recursos do PROAP	Aquisição de material laboratorial com recursos do PROAP
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico com recursos do PROAP	Aquisição de material químico com recursos do PROAP
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Material Laboratorial	Material Laboratorial - Pesquisa Científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de gás engarrafado com recursos do PROAP	Aquisição de gás engarrafado com recursos do PROAP
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico com recursos do PROAP.	Aquisição de material químico com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Material Químico	Material Químico - Pesquisa Científica

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DE COMPRA	INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico e laboratorial com recursos do PROAP.	Aquisição de material químico e laboratorial com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos - Pesquisa Científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de micropipetas	Material para pesquisa com urgência para recebimento.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico com recursos do PROAP.	Aquisição de material químico com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de aparelho de raio X com recursos do PROAP.	Aquisição de aparelho de raio X com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Material Químico	Material Químico
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material laboratorial com recursos do PROAP.	Aquisição de material laboratorial com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico com recursos do PROAP.	Aquisição de material químico com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Contratação de serviço de tradução de texto científico.	Despesa com atividade de pesquisa e a necessidade de tradução com fornecedores especializados em textos científicos.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Serviço Técnico Profissional - Tradução Artigo Científico;	Despesa dessa UASG.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico com recursos do PROAP.	Aquisição de material químico com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material laboratorial com recursos do PROAP.	Aquisição de material laboratorial com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Material Químico	Material Químico - Pesquisa Científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de reagentes	Aquisição de itens para pesquisa em andamento com necessidade urgente de reposição
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico com recursos do PROAP.	Aquisição de material químico com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Contratação de serviço de produção áudio visual	O tipo de serviço a ser contratado será a produção áudio visual, sendo realizado por empresas especializadas do setor.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico com recursos do PROAP.	Aquisição de material químico com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico e laboratorial com recursos do PROAP.	Aquisição de material químico e laboratorial com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de pipetas com filtro	Item para atividade de pesquisa
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico, solicitado por Luiza Helena Gremski, recursos do PROAP	Aquisição de material químico, solicitado por Luiza Helena Gremski, recursos do PROAP
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Material Químico	Material Químico - Pesquisa Científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Material Químico	Material Químico - Pesquisa Científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Material Químico	Material Químico - Pesquisa Científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material laboratorial com recursos do PROAP.	Aquisição de material laboratorial com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material laboratorial com recursos do PROAP.	Aquisição de material laboratorial com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico e laboratorial com recursos do PROAP.	Aquisição de material químico e laboratorial com recursos do PROAP.

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DE COMPRA	INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Reagente Químico	Reagente Químico - Pesquisa Científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico	Material para pesquisa
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico com recursos do PROAP.	Aquisição de material químico com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de termômetros	O material será utilizado na pesquisa científica e atende às necessidades dos laboratórios.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material para manutenção de bens móveis I, solicitado por Roberto Pontarolo, recursos TED PROAP - PROAP CAPES 2023	Aquisição de material para manutenção de bens móveis I, solicitado por Roberto Pontarolo, recursos TED PROAP - PROAP CAP
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico, hospitalar e laboratorial com recursos do PROAP.	Aquisição de material químico, hospitalar e laboratorial com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material laboratorial com recursos do PROAP.	Aquisição de material laboratorial com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico.	Aquisição de material químico.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico para pesquisa solicitado por Roberto Pontarolo, recursos TED PROAP - PROAP CAPES 2023	Aquisição de material químico para pesquisa solicitado por Roberto Pontarolo, recursos TED PROAP - PROAP CAPES 2023
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico com recursos do PROAP.	Aquisição de material químico com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Material Laboratorial	Material Laboratorial - Pesquisa Científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material laboratorial com recursos do PROAP.	Aquisição de material laboratorial com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material laboratorial	Itens destinados a pesquisa científica.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Material Químico	Material Químico - Pesquisa Científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material para pesquisa, solicitado por Danielle Malheiros Ferreira, recursos PROAP - Programa de Pós-Graduação em Genética	Aquisição de material para pesquisa, solicitado por Danielle Malheiros Ferreira, recursos PROAP - Programa de Pós-Gradu
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Manutenção e conservação de equipamentos	Manutenção e conservação de equipamentos - Pesquisa Científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material laboratorial para pesquisa com recursos solicitado por RAFAEL LUIZ PEREIRA, recurso PROAP - Programa de Pós-Graduação em Fisiologia	Aquisição de material laboratorial para pesquisa com recursos solicitado por RAFAEL LUIZ PEREIRA, recurso PROAP - Progra
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material laboratorial e hospitalar para pesquisa solicitado por Angelica Beate Winter Boldt, recursos PROAP - Programa de Pós-Graduação em Genética	Aquisição de material laboratorial e hospitalar para pesquisa solicitado por Angelica Beate Winter Boldt, recursos PROA
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico com recursos do PROAP.	Aquisição de material químico com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material laboratorial para pesquisa solicitado por Marta Margarete Cestari, recursos PROAP 2023.	Aquisição de material laboratorial para pesquisa solicitado por Marta Margarete Cestari, recursos PROAP 2023.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material laboratorial e hospitalar com recursos do PROAP.	Aquisição de material laboratorial e hospitalar com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de um drone com recursos do convênio 092/2019 da Fundação Araucária.	Aquisição de um drone com recursos do convênio 092/2019 da Fundação Araucária.

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DE COMPRA	INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico com recursos do convênio 142/2017 da Fundação Araucária. Coordenadora: Nerilde Favaretto	Aquisição de material químico com recursos do convênio 142/2017 da Fundação Araucária. Coordenadora: Nerilde Favaretto
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material laboratorial para pesquisa solicitado por Marta Margarete Cestari, recursos PROAP - PPG em genética.	Aquisição de material laboratorial para pesquisa solicitado por Marta Margarete Cestari, recursos PROAP - PPG em genética.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material laboratorial com recursos do PROAP.	Aquisição de material laboratorial com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos - Pesquisa Científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Contratação de serviço de tradução de texto científico da língua portuguesa para a inglesa	Necessita-se tradução com fornecedores especializados em textos científicos.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Material Laboratorial	Material Laboratorial - Pesquisa Científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico e laboratorial com recursos do PROAP.	Aquisição de material químico e laboratorial com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material laboratorial com recursos do PROAP.	Aquisição de material laboratorial com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material laboratorial com recursos do PROAP.	Aquisição de material laboratorial com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Material laboratorial	Material laboratorial - Pesquisa Científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Material Laboratorial	Material Laboratorial - Pesquisa Científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de gás engarrafado para pesquisa, solicitado por Jairo Calderari de Oliveira Junior com recursos PROAP	Aquisição de gás engarrafado para pesquisa, solicitado por Jairo Calderari de Oliveira Junior com recursos PROAP
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico com recursos do PROAP.	Aquisição de material químico com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material laboratorial com recursos do PROAP.	Aquisição de material laboratorial com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material laboratorial com recursos do PROAP.	Aquisição de material laboratorial com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de gás engarrafado para pesquisa solicitado por MIGUEL MANSUR AISSE com recursos PROAP.	Aquisição de gás engarrafado para pesquisa solicitado por MIGUEL MANSUR AISSE com recursos PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Contratação de serviços de sequenciamento de DNA	Devido a urgência em aquisição do item para o desenvolvimento do trabalho de dissertação do aluno ingressante em 2023
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico com recursos do PROAP.	Aquisição de material químico com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de um moinho de facas com recursos do PROAP.	Aquisição de um moinho de facas com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico para pesquisa com recursos do PROAP - Programa de Pós Graduação em Ciências do Solo	Aquisição de material químico para pesquisa com recursos do PROAP - Programa de Pós Graduação em Ciências do Solo
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico para pesquisa com recursos do PROAP - Programa de Pós Graduação em Ciências do Solo - Coordenador: JAIRO CALDERARI DE OLIVEIRA JUNIOR	Aquisição de material químico para pesquisa com recursos do PROAP - Programa de Pós Graduação em Ciências do Solo - Coor
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Material Laboratorial	Material Laboratorial - Pesquisa Científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Material laboratorial	Material laboratorial - Pesquisa Científica

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DE COMPRA	INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material laboratorial para pesquisa com recursos do PROAP - Programa de Pós Graduação em Genética	Aquisição de material laboratorial para pesquisa com recursos do PROAP - Programa de Pós Graduação em Genética
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de Cabo HDMI com recursos do PROAP.	Aquisição de Cabo HDMI com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Material Laboratorial	Material Laboratorial - Pesquisa Científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico com recursos do PROAP.	Aquisição de material químico com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material elétrico e eletrônico com recursos do PROAP.	Aquisição de material elétrico e eletrônico com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Material Laboratorial	Material Laboratorial - Pesquisa Científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material laboratorial com recursos do PROAP.	Aquisição de material laboratorial com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de serviço de manutenção de equipamentos com recursos do PROAP.	Aquisição de serviço de manutenção de equipamentos com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material laboratorial para pesquisa com recursos do PROAP 2023.	Aquisição de material laboratorial para pesquisa com recursos do PROAP 2023.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material laboratorial com recursos do PROAP.	Aquisição de material laboratorial com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Material Químico	Material Químico - Pesquisa Científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Equipamento Laboratorial	Equipamento Laboratorial - Pesquisa Científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Material Químico	Material Químico - Pesquisa Científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico com recursos do PROAP.	Aquisição de material químico com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico com recursos do PROAP.	Aquisição de material químico com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico com recursos do PROAP.	Aquisição de material químico com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Compra Microscópio Ótico Trinocular, Invertido, com câmera;	Despesa dessa UASG.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Serviço de Usinagem	Serviço de Usinagem - Pesquisa Científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico com recursos do PROAP.	Aquisição de material químico com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico para pesquisa com recursos do PROAP.	Aquisição de material químico para pesquisa com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico para pesquisa com recursos do PROAP.	Aquisição de material químico para pesquisa com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos - Pesquisa Científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico com recursos do PROAP.	Aquisição de material químico com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico com recursos do PROAP.	Aquisição de material químico com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico com recursos do PROAP.	Aquisição de material químico com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material laboratorial com recursos do PROAP.	Aquisição de material laboratorial com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico para pesquisa com recursos do PROAP 2023.	Aquisição de material químico para pesquisa com recursos do PROAP 2023.

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DE COMPRA	INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Material Químico	Material Químico - Pesquisa Científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de equipamento, solicitado por Karla Magalhães Campião, recursos do convênio FA 046/2020	Aquisição de equipamento, solicitado por Karla Magalhães Campião, recursos do convênio FA 046/2020
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Prestação de serviço de CONCERTO DO LIOFILIZADOR SP SCIENTIFIC,VIRTIS (Equipamento de laboratório), solicitado por Roberto Pontarolo com recursos do PROAP 2023.	Prestação de serviço de CONCERTO DO LIOFILIZADOR SP SCIENTIFIC,VIRTIS (Equipamento de laboratório), solicitado por Roberto
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material para manutenção de equipamento.	Aquisição de material para manutenção de equipamento.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Serviço Técnico Científico	Serviço Técnico Científico - Pesquisa Científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Material Laboratorial	Material Laboratorial - Pesquisa Científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material laboratorial para pesquisa, solicitado por Silvio Marques Zanata com recursos do PROAP 2023.	Aquisição de material laboratorial para pesquisa, solicitado por Silvio Marques Zanata com recursos do PROAP 2023.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Equipamento Laboratorial	Equipamento Laboratorial - Pesquisa Científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material para manutenção de bens móveis com recursos do PROAP.	Aquisição de material para manutenção de bens móveis com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Material Químico	Material Químico - Pesquisa Científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico e laboratorial com recursos do PROAP.	Aquisição de material químico e laboratorial com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material para manutenção de equipamento	Aquisição de material para manutenção de equipamento.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Serviço técnico Especializado	Serviço técnico Especializado - Pesquisa Científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de um kit contendo material químico e laboratorial com recursos do PROAP.	Aquisição de um kit contendo material químico e laboratorial com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material laboratorial com recursos do PROAP.	Aquisição de material laboratorial com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico com recursos do PROAP.	Aquisição de material químico com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico com recursos do PROAP.	Aquisição de material químico com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material laboratorial com recursos do PROAP.	Aquisição de material laboratorial com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Serviço Técnico Científico	Serviço Técnico Científico - Pesquisa Científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material laboratorial para pesquisa, solicitado por ALESSANDRO JEFFERSON SATO, com recursos do PROAP 2023.	Aquisição de material laboratorial para pesquisa, solicitado por ALESSANDRO JEFFERSON SATO, com recursos do PROAP 2023.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de serviço de usinagem com recursos do PROAP.	Aquisição de serviço de usinagem com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de serviço de manutenção preventiva com recursos do PROAP.	Aquisição de serviço de manutenção preventiva com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico para pesquisa solicitado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas, coordenador Rilton Alves de Freitas, com recursos do PROAP 2023.	Aquisição de material químico para pesquisa solicitado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas, coor

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DE COMPRA	INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de serviço de usinagem com recursos do PROAP.	Aquisição de serviço de usinagem com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico para pesquisa com recursos do PROAP 2023.	Aquisição de material químico para pesquisa com recursos do PROAP 2023.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico e laboratorial com recursos do PROAP.	Aquisição de material químico e laboratorial com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de gás engarrafado para pesquisa com recursos do PROAP 2023.	Aquisição de gás engarrafado para pesquisa com recursos do PROAP 2023.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material laboratorial para pesquisa, recursos PROAP 2023.	Aquisição de material laboratorial para pesquisa, recursos PROAP 2023.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material laboratorial com recursos do PROAP.	Aquisição de material laboratorial com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material laboratorial com recursos do PROAP.	Aquisição de material laboratorial com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico com recursos do PROAP.	Aquisição de material químico com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Material para Manutenção bens imóveis.	Material para Manutenção bens imóveis. - Pesquisa Científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Material Químico	Material Químico - Pesquisa Científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Material Laboratorial	Material Laboratorial - Pesquisa Científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico com recursos do PROAP.	Aquisição de material químico com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico com recursos do PROAP.	Aquisição de material químico com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico com recursos do PROAP.	Aquisição de material químico com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de serviço de editoração com recursos do PROAP.	Aquisição de serviço de editoração com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de gás engarrafado com recursos do PROAP.	Aquisição de gás engarrafado com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de um kit de material químico e laboratorial com recursos do PROAP	Aquisição de um kit de material químico e laboratorial com recursos do PROAP
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material laboratorial para pesquisa, solicitado por RAFAEL LUIZ PEREIRA, recursos PROAP.	Aquisição de material laboratorial para pesquisa, solicitado por RAFAEL LUIZ PEREIRA, recursos PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material para pesquisa, solicitado por Glaciela Kaschuk, recursos PROAP.	Aquisição de material para pesquisa, solicitado por Glaciela Kaschuk, recursos PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material laboratorial com recursos do PROAP.	Aquisição de material laboratorial com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Material Laboratorial	Material Laboratorial - Pesquisa Científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Material Químico	Material Químico - pesquisa Científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Serviço Técnico Científico	Serviço Técnico Científico - Pesquisa Científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de agitador mecânico digital com recursos do convênio 002/2021 da Fundação Araucária. Coordenador: Marcos Lucio Corazza	Aquisição de agitador mecânico digital com recursos do convênio 002/2021 da Fundação Araucária. Coordenador: Marcos Lu
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Material Químico	Material Químico - Pesquisa Científica

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DE COMPRA	INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Serviço de tradução de artigos científicos para pesquisa solicitado por MICHELE GOULART MASSUCHIN do Programa de Pós-graduação em Comunicação com recursos do PROAP 2023.	Serviço de tradução de artigos científicos para pesquisa solicitado por MICHELE GOULART MASSUCHIN do Programa de Pós-
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Material Laboratorial	Material Laboratorial - Pesquisa Científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Manutenção de Máquinas e Equipamento	Manutenção de Máquinas e Equipamento - Pesquisa Científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos - Pesquisa Científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Material Laboratorial	Material Laboratorial - Pesquisa Científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material permanente com recursos do convênio 049/2021 da Fundação Araucária. Coordenador: Marcelo Muller dos Santos	Aquisição de material permanente com recursos do convênio 049/2021 da Fundação Araucária. Coordenador: Marcelo Muller d
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Material laboratorial	Material laboratorial - Pesquisa Científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Material laboratorial	Material laboratorial - Pesquisa Científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Material Químico	Material Químico - Pesquisa Científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico para pesquisa, solicitado por Vânia Aparecida Vicente, recursos PROAP 2023.	Aquisição de material químico para pesquisa, solicitado por Vânia Aparecida Vicente, recursos PROAP 2023.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Hélio líquido: Hélio líquido altamente refrigerado; gás comprimido; aspecto físico líquido incolor, inodoro, altamente refrigerado; fórmula química He; massa molecular 4g/mol; grau de pureza mínimo 99%; número de referência química CAS 7440-59-7.	Hélio líquido: Hélio líquido altamente refrigerado; gás comprimido; aspecto físico líquido incolor, inodoro, al
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico para pesquisa, solicitado por Vânia A. Vicente, recursos PROAP 2023	Aquisição de material químico para pesquisa, solicitado por Vânia A. Vicente, recursos PROAP 2023
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Equipamento Laboratorial	Equipamento Laboratorial - Pesquisa Científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Serviço Técnico Profissional	Serviço Técnico Profissional - Pesquisa Científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material laboratorial com recursos do PROAP.	Aquisição de material laboratorial com recursos do PROAP.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de bobina de EVA para pesquisa solicitado por Fernando Antonio Sedor, recursos do convênio no. 103/2020 (Fundação Araucária).	Aquisição de bobina de EVA para pesquisa solicitado por Fernando Antonio Sedor, recursos do convênio no. 103/2020 (Fun
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico para pesquisa, solicitado por Vânia A. Vicente, recursos PROAP 2023.	Aquisição de material químico para pesquisa, solicitado por Vânia A. Vicente, recursos PROAP 2023.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material, solicitado por Silvio Marques Zanata, recursos do convênio Fundação Araucária 063/2021.	Aquisição de material, solicitado por Silvio Marques Zanata, recursos do convênio Fundação Araucária 063/2021.
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Material Laboratorial	Material Laboratorial - Pesquisa Científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Material Químico	Material Químico - Pesquisa Científica
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material laboratorial para pesquisa, solicitado por Silvio Zanata, recursos do convênio Fundação Araucária no. 063/2021	Aquisição de material laboratorial para pesquisa, solicitado por Silvio Zanata, recursos do convênio Fundação Araucári

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DE COMPRA	INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Enzima NdeI 20U/microlitro (tubo com 4.000 unidades)	Enzima NdeI 20U/microlitro (tubo com 4.000 unidades)
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de 2000 unidades (4 caixas contendo 500 pipetas/caixa) de pipetas de 10 mL, 900 unidades (3 caixas contendo 300 placas/caixa) de placas de cultivo 100 x 20 mm, fabricadas em polipropileno virgem, livre de DNASE, RNASE tratadas para cultivo celular e 500 unidades (1 caixa contendo 500 placas/caixa) de placas de cultivo 35 x 10 mm e com substrato plástico tratado e adequado para o cultivo de células aderentes.	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Sensor de Temperatura e Umidade para módulo arduino	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Pipeta graduada com graduação negativa, capacidade para 5 ml 1/10 em poliestireno transparente bocal com filtro descartável, estéril apirogênica embalada individualmente em papel grau cirúrgico. Caixa com 500 unidades Cód. 861253001	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Materiais plásticos e laboratoriais para a técnica de dPCR.	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Sensor de temperatura e umidade DTH22	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de equipamento de laboratório.	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material laboratorial	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico.	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico.	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico.	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Frascos de vidro para preservação de espécimes e amostras biológicas dos acervos científicos das Coleções Entomológica Padre Jesus Santiago Moure (DZUP) e de Invertebrados (DZIN) do DZOO, UFPR	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material laboratorial.	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Peças para Equipamento Laboratorial	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico.	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico.	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Serviço de digitalização de slides	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico.	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de sistema de osmose.	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de estufa de secagem.	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de colunas C18 e C8, bem como filtros e suporte compatíveis para uso em equipamento HPLC	

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DE COMPRA	INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição Anticorpo secundário anti-IGG de coelho conjugado com alexa flúor 488: 1 unidade, Frasco com 500 uL e Anticorpo secundário anti-IGG de coelho conjugado	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Phalloidin-iFluor 488 Reagent - 300test	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	A substância a ser adquirida será utilizada na lavagem e esterilização de vidrarias e plásticos utilizados no processamento de material biológico.	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	OS MATERIAIS SERÃO UTILIZADOS EM ENSAIOS FITOQUÍMICOS, ANTIOXIDANTES E BIOLÓGICOS	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Visando a continuidade do projeto e a reprodutibilidade experimental, ponto fundamental para a credibilidade dos resultados, faz-se necessária a aquisição de reagentes atestados por nós e já utilizados no início do desenvolvimento dos experimentos. Os projetos envolvendo nanomateriais, das atuais estudantes de doutorado sob minha orientação e coorientação, utilizam células em cultura para determinar os efeitos in vitro dos nanomateriais em células do microambiente tumoral de melanoma, e para tan	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	O projeto em questão envolve procedimentos experimentais que precisam ser realizados sob anestesia geral, sendo portanto o uso das substâncias requisitadas nesse processo essencial a condução dos experimentos descritos.	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	DL-LACTIDE, 99.5% GC - FR/100G	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	DEIONIZADOR DIGITAL 3500 EVOLUTION 2 - 220 VOLTS	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Microplaca de 96 poços, de poliestireno, transparente, de fundo reto, com alta afinidade e ligação de proteínas específicas para ensaios imunológicos do tipo ELISA.	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Microplacas ópticas brancas com 96 poços de fundo reto para análise de luminescência.	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Kits para o preparo, amplificação e determinação de miRNAs nas amostras de pulmão humanos.	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Serviço de Manutenção de equipamentos para laboratório	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	PROTEINA RECOMB SPIKESARS COV2HIS TAG	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material biológico.	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico.	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	ACE2 (E5O6J) XP® RABBIT MAB - ANTICORPO MONOCLONAL	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	OLIGONUCLEOTIDEOS	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	DIALYSIS TUBING CELLULOSE MEMBRANE FLAT	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	CANAMICINA (SULFATO) PUREX, FR C/25G	

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DE COMPRA	INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	compra de acessórios para manutenção de micropipetadores Gilson	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	DPK-109L - Gel e PCR Purification Kit - 250 preps	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Magne Protein G Beads 5ml (5 x 1ml)	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Reagentes analíticos de alto grau de pureza	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material laboratorial.	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material laboratorial.	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material laboratorial.	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Enzimas aplicadas em reações de modificação de moléculas de DNA e construção de DNA recombinante. Enzimas aplicadas na preparação de insertos de DNA que podem ser ligados entre si. Enzimas que modificam DNA para facilitar o processo de clonagem molecular e de sequenciamento de DNA.	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	As microplacas opacas (preta ou branca) com fundo transparente são necessárias para a realização de experimentos que envolvem a quantificação de fluorescência em múltiplas amostras.	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Kit para a extração e purificação de ácidos nucleicos de reações enzimáticas e bandas de agarose	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Material Químico	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material laboratorial.	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Para atender demanda do Projeto de Pesquisa intitulado	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico - PROCESSO SEI 23075.063120/2023-44	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Material Químico	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Contratação de serviço de manutenção corretiva de bomba de vácuo.	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material laboratorial.	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Insert para vial	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Contratação de serviço de manutenção de liofilizador.	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico.	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico para pesquisa	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico e laboratorial.	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico e laboratorial.	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	AMERSHAM(TM) HYBOND(R) P WESTERN BLOTTI& - NCM 39211900 (Membrana transferência PVDF)	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material laboratorial.	

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DE COMPRA	INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de gás encanado.	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material laboratorial.	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material laboratorial.	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico.	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de exaustor de capela.	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA		Nome: Argônio
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Material Químico	Zinco
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA		Banho seco de laboratório com bloco metálico de aquecimento para
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Material Químico	Ácido Acético
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Material Químico e Laboratorial	Convênio 142/2017- Fundação Araucária
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico e hospitalar.	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico.	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico.	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Equipamento Laboratorial	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de equipamento laboratorial	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Serviço de COLETA PARA ANÁLISE DOS MARCADORES BIOQUÍMICOS	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de um Agitador Orbital.	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Material Químico	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico.	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Equipamento Laboratorial	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico.	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico.	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Material Químico	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de Material Químico	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Gás engarrafado	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Locação Software	

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DE COMPRA	INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Há a necessidade da realização de serviços de terceiros para montagem e instalação de sistemas de refrigeração por absorção alimentados por calor da incineração de resíduos sólidos urbanos (RSU). Os serviços são baseados em projeto concebido pela equipe de pesquisa da UFPR deste projeto que deve ser seguido pela empresa a ser contratada. Isso só será viabilizado através da utilização de mão-de-obra técnica especializada para a montagem de componentes com soldas especializadas MIG e TIG nas conex	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Publicação de livro eletrônico	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de Material químico	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	A identificação de potenciais biomarcadores em pacientes com Doença Celíaca, Intolerância a	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de gás.	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Material plástico e reagente necessário para execução de análises vinculadas ao projeto.	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Material para executar as análises de biologia molecular do projeto, com os marcadores de tamanho de DNA para uso em eletroforese e a enzima TAQ DNA polimerase para reações de amplificação do DNA das microalgas.	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico.	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	São necessários materiais para atividades operacionais de pesquisa, envolvendo extração de óleo de microalgas ou para elaboração do meio de cultivo para microalgas.	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Contratação de serviço de revisão de artigo científico	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material laboratorial	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material laboratorial	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Material de processamento de dados	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Material Químico e Laboratorial	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Equipamento de material permanente	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico e laboratorial	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material laboratorial	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material laboratorial	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de serviço de áudio e vídeo	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de materiais laboratoriais e químicos.	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de materiais laboratoriais e químicos	

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DE COMPRA	INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material de consumo laboratorial que serão custeados com recursos oriundos do Convênio nº 02/21-SETI/UGF/UFPR– SIT nº 48034, intitulado: "Desenvolvimento de uma nova vacina contra a Covid-19 baseada em nanopartículas", sob responsabilidade do Prof. Emanuel Maltempi de Souza, cadastrado no banco de pesquisas UFPR sob o nº 202048557	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de Microplaca de Microtitulação, 96 Poços, Fundo Chato, PS, sem Tampa, embalado individualmente, com recursos oriundos do Convênio nº 02/21-SETI/UGF/UFPR– SIT nº 48034, intitulado: "Desenvolvimento de uma nova vacina contra a Covid-19 baseada em nanopartículas".	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de Material Químico	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA		Reagente para detecção por
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Equipamento Laboratorial	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de material químico	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de hélio líquido altamente refrigerado para o Centro de Ressonância Magnética Nuclear da UFPR, para atender ao projeto de pesquisa "Doenças de populações negligenciadas: estudo de mecanismos de fisiopatologia em fungos de importância médica"	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Coletes de Campo para Equipe de Pesquisa Científica de Catástrofes	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de acessórios para manutenção de micropipetadores Gilson para o Setor de Ciências Biológicas	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de aparelho de ar condicionado para o LabFreezers do Departamento de Bioquímica e Biologia MOlecular	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Equipamento Laboratorial	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de oligonucleotídeos para o projeto de pesquisa intitulado: "Desenvolvimento de uma nova vacina contra a Covid-19 baseada em nanopartículas"	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de padrões analíticos para análise de cromatografia líquida de alta performance para o projeto de pesquisa "Desenvolvimento de uma nova vacina contra a Covid-19 baseada em nanopartículas"	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de conjunto de genes sintéticos para o projeto de pesquisa intitulado: "Desenvolvimento de uma nova vacina contra a Covid-19 baseada em nanopartículas"	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de sistema gerador de nitrogênio para o Departamento de Bioquímica	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Manutenção de equipamentos de laboratório do Departamento de Genética	
153079	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Aquisição de incubadora de CO2 com shaker para o desenvolvimento do projeto de pesquisa intitulado "Desenvolvimento de uma Nova Vacina contra a COVID-19 baseada em Nanopartículas"	

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DE COMPRA	INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
153029	UTFPR - CAMPUS MEDIANEIRA	Aquisição de balança analítica a ser utilizada em projeto de pesquisa, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos	Equipamento para atender projeto de pesquisa
153029	UTFPR - CAMPUS MEDIANEIRA	Aquisição por dispensa de licitação de uma capela de exaustão de gases e de uma geladeira a ser utilizada em projeto de pesquisa, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.	Projeto homologado de pesquisa.
153029	UTFPR - CAMPUS MEDIANEIRA	Aquisição de uma bomba peristáltica e de um ultra turrax a ser utilizada em projeto de pesquisa, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos	Produto para pesquisa.
153029	UTFPR - CAMPUS MEDIANEIRA	Aquisição por dispensa de licitação de uma incubadora shaker de bancada refrigerada a ser utilizada em projeto de pesquisa, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.	Produto para projeto de pesquisa
153029	UTFPR - CAMPUS MEDIANEIRA	Aquisição por dispensa de licitação de uma ploter de recorte, uma prensa térmica e uma estufa de secagem para projeto de pesquisa, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos	Produto para projeto de pesquisa
153029	UTFPR - CAMPUS MEDIANEIRA	Aquisição por dispensa de licitação de um reator anaeróbio a ser utilizado em projeto de pesquisa, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.	Produto para projeto de pesquisa
153029	UTFPR - CAMPUS MEDIANEIRA	Contratação por dispensa de licitação de Instalação e montagem de estrutura para Casa de Vegetação / Estufa Agrícola a ser utilizada em projeto de pesquisa, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.	Produto/serviço para projeto de pesquisa.
153029	UTFPR - CAMPUS MEDIANEIRA	Aquisição por dispensa de licitação de agitadores magnéticos a serem utilizados em projeto de pesquisa, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.	Produto para projeto de pesquisa.
153029	UTFPR - CAMPUS MEDIANEIRA	Aquisição por dispensa de licitação de um reator anaeróbio a ser utilizado em projeto de pesquisa, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.	Produto para projeto de pesquisa.
153029	UTFPR - CAMPUS MEDIANEIRA	Aquisição por dispensa de licitação de câmeras a serem utilizadas em projeto de pesquisa, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos	Produto para projeto de pesquisa
153029	UTFPR - CAMPUS MEDIANEIRA	Aquisição de estufa e secagem para projeto de pesquisa. (Item fracassado da dsipensa eletrônica nº 20/2023).	Produto para projeto de pesquisa.
153029	UTFPR - CAMPUS MEDIANEIRA	Contratação dos serviços de manutenção preventiva de dois cromatógrafos a serem utilizados em projetos de pesquisa, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.	Serviços para projetos de pesquisa.

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DE COMPRA	INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
153176	UTFPR - CAMPUS CORNÉLIO PROCÓPIO	Aquisição, por dispensa de licitação, de estrutura de metalon para alocação de equipamentos e materiais (balanças e vidrarias) de laboratório de pesquisa vinculado ao PPGEA-LD da UTFPR Campus Londrina, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos	Enquadra-se no art. 75, IV, c.
153176	UTFPR - CAMPUS CORNÉLIO PROCÓPIO	Aquisição fita condutora de carbono dupla face para Microscopia Eletrônica de Varredura.	O valor do objeto esta dentro do limite estabelecido pela legislação vigente.
153176	UTFPR - CAMPUS CORNÉLIO PROCÓPIO	Aquisição de fita condutora de carbono dupla face para Microscopia Eletrônica de Varredura, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no aviso de dispensa e nas especificações complementares.	Conforme especificações complementares.
153176	UTFPR - CAMPUS CORNÉLIO PROCÓPIO	Aquisição, por dispensa de licitação, de estrutura de metalon para alocação de equipamentos e materiais (balanças e vidrarias) de laboratório de pesquisa vinculado ao PPGEA-LD da UTFPR Campus Londrina, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.	As condições para a contratação encontram-se no Aviso de Contratação Direta nº 90/2023 e seus anexos.
153177	UTFPR - CAMPUS SUDOESTE PATO BRANCO	Aquisição de impressoras 3D para o Laboratório de Prototipagem do Centro de Inovação da UTFPR-PB, conforme projeto de desenvolvimento de pesquisa, necessárias para o funcionamento e desenvolvimento do laboratório e de pesquisas nele realizadas.	
153177	UTFPR - CAMPUS SUDOESTE PATO BRANCO	Aquisição de impressora 3D de resina para o Laboratório de Prototipagem do Centro de Inovação da UTFPR-PB, conforme projeto de desenvolvimento de pesquisa, necessária para o funcionamento e desenvolvimento do laboratório e de pesquisas nele realizadas.	
153178	UTFPR - CAMPUS PONTA GROSSA	Aquisição de 01 (uma) unidade de armazenamento NVMe SSD ALL FLASH e 06 (seis) Discos de Estado Sólido 1.92TB NVMe, com o objetivo da criação/complementação de um Cluster Computacional Multiusuário e de Acesso Remoto.	Previsão legal.
153178	UTFPR - CAMPUS PONTA GROSSA	Aquisição de Equipamento: Argamassadeira conforme aviso de Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos.	O valor está dentro do limite para dispensa
153178	UTFPR - CAMPUS PONTA GROSSA	Aquisição de Equipamento: Impressora 3D	O valor está dentro do limite para dispensa de licitação
153178	UTFPR - CAMPUS PONTA GROSSA	Aquisição de Equipamento: Microcomputador e Notebook.	Por se tratar de equipamento para pesquisa.
153178	UTFPR - CAMPUS PONTA GROSSA	Aquisição de Equipamento: Módulo de Aquisição e Registro	O valor está dentro do limite para dispensa de licitação
153178	UTFPR - CAMPUS PONTA GROSSA	O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição por dispensa de licitação de Aquisição de Equipamento: Tablet para o desenvolvimento de pesquisa no Campus Guarapuava, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.	O valor está dentro do limite para dispensa.

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DE COMPRA	INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
154358	UTFPR - CAMPUS CURITIBA	Acetonitrila Padrão Hplc / Espectro 99,9%. Fluorescência [Chinin]: 254nm- Max. 1 Ppb 365nm- Max. 0.5 Ppb. Gradiente Hplc: 210 Nm Max. 3 Mau254 Nm Max. 0.5 Mau. Baseline Drift: 210 Nm Max. 15 Mau	Art. 75º, Inciso IV, c da Lei nº 14.133 de 1º/04/2021.
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Aquisição de material de laboratório para o Programa de Pós-Graduação em Agronomia.	Materiais a serem utilizados exclusivamente em projetos de pesquisa com recursos oriundos da CAPES/PROAP.
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Aquisição de material de laboratório para o Programa de Pós-Graduação em Agronomia.	Materiais a serem utilizados exclusivamente em projetos de pesquisa com recursos oriundos da CAPES/PROAP.
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Aquisição de material de laboratório para o Programa de Pós-Graduação em Agronomia.	Materiais a serem utilizados exclusivamente em projetos de pesquisa com recursos oriundos da CAPES/PROAP.
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Prestação de serviço de análises estatísticas para o Programa de Pós-Graduação em Enfermagem.	Prestação de serviço a ser utilizado exclusivamente em projetos de pesquisa com recursos oriundos da CAPES/PROAP.
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Aquisição de material de laboratório para o Programa de Pós-Graduação em Fisiologia Vegetal.	Materiais a serem utilizados exclusivamente em projetos de pesquisa com recursos oriundos da CAPES/PROAP.
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Aquisição de material de laboratório para o Programa de Pós-Graduação em Agronomia.	Materiais a serem utilizados exclusivamente em projetos de pesquisa com recursos oriundos da CAPES/PROAP.
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Aquisição de material de laboratório para o Programa de Pós-Graduação em Química.	Materiais a serem utilizados exclusivamente em projetos de pesquisa com recursos oriundos da CAPES/PROAP.
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Aquisição de material de laboratório para o Programa de Pós-Graduação em Fisiologia Vegetal.	Materiais a serem utilizados exclusivamente em projetos de pesquisa com recursos oriundos da CAPES/PROAP.
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Aquisição de material de laboratório para o Programa de Pós-Graduação em Nutrição e Alimentos.	Materiais a serem utilizados exclusivamente em projetos de pesquisa com recursos oriundos da CAPES/PROAP.
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Aquisição de material de laboratório para o Programa de Pós-Graduação em Nutrição e Alimentos.	Materiais a serem utilizados exclusivamente em projetos de pesquisa com recursos oriundos da CAPES/PROAP.
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Aquisição de material de laboratório para o Programa de Pós-Graduação em Nutrição e Alimentos.	Materiais a serem utilizados exclusivamente em projetos de pesquisa com recursos oriundos da CAPES/PROAP.
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Aquisição de material de laboratório para o Programa de Pós-Graduação em Nutrição e Alimentos.	Materiais a serem utilizados exclusivamente em projetos de pesquisa com recursos oriundos da CAPES/PROAP.
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Aquisição de material de laboratório para o Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade Animal.	Materiais a serem utilizados exclusivamente em projetos de pesquisa com recursos oriundos da CAPES/PROAP.
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Aquisição de material de laboratório para o Programa de Pós-Graduação em Química.	Materiais a serem utilizados exclusivamente em projetos de pesquisa com recursos oriundos da CAPES/PROAP.

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DE COMPRA	INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Aquisição de material de laboratório para o Programa de Pós-Graduação em Nutrição e Alimentos.	Materiais a serem utilizados exclusivamente em projetos de pesquisa com recursos oriundos da CAPES/PROAP.
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Aquisição de material de laboratório para o Programa de Pós-Graduação em Nutrição e Alimentos.	Materiais a serem utilizados exclusivamente em projetos de pesquisa com recursos oriundos da CAPES/PROAP.
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Prestação de serviço de revisão de manuscrito para o Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade Animal.	Prestação de serviço a ser utilizado exclusivamente em projetos de pesquisa com recursos oriundos da CAPES/PROAP.
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Prestação de serviço de tradução de manuscrito científico para o Programa de Pós-Graduação em Nutrição e Alimentos.	Prestação de serviço a ser utilizado exclusivamente em projetos de pesquisa com recursos oriundos da CAPES/PROAP.
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Prestação de serviço de revisão gramatical e ortográfica para o Programa de Pós-Graduação em Letras.	Prestação de serviço a ser utilizado exclusivamente em projetos de pesquisa com recursos oriundos da CAPES/PROAP.
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Aquisição de material de informática para o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais.	Materiais a serem utilizados exclusivamente em projetos de pesquisa com recursos oriundos da CAPES/PROAP.
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Prestação de serviço de manutenção em equipamento para o Programa de Pós-Graduação em Nutrição e Alimentos.	Prestação de serviço a ser utilizado exclusivamente em projetos de pesquisa com recursos oriundos da CAPES/PROAP.
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Prestação de serviço de contratação de um plano de comunicação para o Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.	Prestação de serviço a ser utilizado exclusivamente em projetos de pesquisa com recursos oriundos da CAPES/PROAP.
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Aquisição de material de laboratório para o Programa de Pós-Graduação em Agronomia.	Materiais a serem utilizados exclusivamente em projetos de pesquisa com recursos oriundos da CAPES/PROAP.
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Aquisição de material de laboratório para o Programa de Pós-Graduação em Sistema de Produção Agrícola Familiar.	Materiais a serem utilizados exclusivamente em projetos de pesquisa com recursos oriundos da CAPES/PROAP.
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Aquisição de material de laboratório para o Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia de Sementes.	Materiais a serem utilizados exclusivamente em projetos de pesquisa com recursos oriundos da CAPES/PROAP.
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Aquisição de material de laboratório para o Programa de Pós-Graduação em Nutrição e Alimentos.	Materiais a serem utilizados exclusivamente em projetos de pesquisa com recursos oriundos da CAPES/PROAP.
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Aquisição de material de laboratório para o Programa de Pós-Graduação em Zootecnia.	Materiais a serem utilizados exclusivamente em projetos de pesquisa com recursos oriundos da CAPES/PROAP.
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Aquisição de material de laboratório para o Programa de Pós-Graduação em Química.	Materiais a serem utilizados exclusivamente em projetos de pesquisa com recursos oriundos da CAPES/PROAP.
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Aquisição de material de laboratório para o Programa de Pós-Graduação em Química.	Materiais a serem utilizados exclusivamente em projetos de pesquisa com recursos oriundos da CAPES/PROAP.

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DE COMPRA	INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Aquisição de material de laboratório para o Programa de Pós-Graduação em Manejo e Conservação do Solo e da Água.	Materiais a serem utilizados exclusivamente em projetos de pesquisa com recursos oriundos da CAPES/PROAP.
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Aquisição de material de laboratório para o Programa de Pós-Graduação em Química.	Materiais a serem utilizados exclusivamente em projetos de pesquisa com recursos oriundos da CAPES/PROAP.
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Aquisição de material de laboratório para o Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais.	Materiais a serem utilizados exclusivamente em projetos de pesquisa com recursos próprios do PPG e da CAPES/PROAP.
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Aquisição de material de laboratório para o Programa de Pós-Graduação em Fisiologia Vegetal.	Materiais a serem utilizados exclusivamente em projetos de pesquisa com recursos oriundos da CAPES/PROAP.
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Prestação de serviço de editoração de ebook para o Programa de Pós-Graduação em Educação.	Prestação de serviço a ser utilizado exclusivamente em projetos de pesquisa com recursos oriundos da CAPES/PROAP.
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Aquisição de material de laboratório para o Programa de Pós-Graduação em Fisiologia Vegetal.	Materiais a serem utilizados exclusivamente em projetos de pesquisa com recursos oriundos da CAPES/PROAP.
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Aquisição de material de laboratório para o Programa de Pós-Graduação em Bioquímica e Bioprospeção.	Materiais a serem utilizados exclusivamente em projetos de pesquisa com recursos oriundos da CAPES/PROAP.
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Prestação de serviço de revisão textual e diagramação de revista para o Programa de Pós-Graduação em Sociologia.	Prestação de serviço a ser utilizado exclusivamente em projetos de pesquisa com recursos oriundos da CAPES/PROAP.
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Prestação de serviço editorial para publicação de livro para o Programa de Pós-Graduação em História.	Prestação de serviço a ser utilizado exclusivamente em projetos de pesquisa com recursos oriundos da CAPES/PROAP.
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Prestação de serviço de publicação de livro para o Programa de Pós-Graduação em História.	Prestação de serviço a ser utilizado exclusivamente em projetos de pesquisa com recursos oriundos da CAPES/PROAP.
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Aquisição de material de consumo de TIC para o Programa de Pós-Graduação em Antropologia.	Materiais a serem utilizados exclusivamente em projetos de pesquisa com recursos oriundos da CAPES/PROAP.
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Aquisição de Material de consumo, nos termos da relação de itens, constante no pedido nº 5081 (2366445), preenchido no Cobalto, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.	
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Aquisição de meios de cultura microbiológicos, nos termos da relação de itens, constante no pedido nº 5123, preenchido no Cobalto, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.	
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Aquisição de material de consumo (microtubos de centrifugação, ponteiras, luvas e placas de Petri, nos termos da relação de itens, constante no pedido nº 5122, preenchido no Cobalto, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.	

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DE COMPRA	INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Aquisição de material de consumo (microtubos de centrifugação, ponteiras, luvas, placas de Petri e parafilm) para o Laboratório de Pesquisa em Farmacologia Bioquímica., nos termos da relação de itens, constante no pedido nº 5113, preenchido no Cobalto, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.	
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Aquisição de luvas de procedimentos em látex, microtubos tipo eppendorf, ponteiras, álcool etílico, heparina, vidrarias e reagentes, nos termos da relação de itens, constante no pedido nº 5125, preenchido no Cobalto, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.	
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Aquisição de reagentes químicos que são usados nas análises de parâmetros bioquímicos de enzimas, nos termos da relação de itens, constante no pedido nº 5141, preenchido no Cobalto, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.	
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Aquisição de Silica Gel para cromatografia em coluna, nos termos da relação de itens, constante no pedido nº 5138, preenchido no Cobalto, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.	
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Aquisição de microtubos de centrifugação e placas de laboratório, nos termos da relação de itens, constante no pedido nº 5131, preenchido no Cobalto, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.	
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Contratação de serviços de aquisição de serviços revisão textual, diagramação e editoração de livro, nos termos da relação de itens, constante no pedido nº [5109 (2365594)], preenchido no Cobalto, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.	
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Contratação de SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO: LIVRO «CADERNOS TEMÁTICOS DO LEH (VOLUME 3 e 4)» FORMATO DIGITAL (PDF INTERATIVO), nos termos da relação de itens, constante no pedido nº 5116, preenchido no Cobalto, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.	
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Aquisição de Material de consumo laboratorial, nos termos da relação de itens, constante no pedido nº 5117 (2367471), preenchido no Cobalto, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.	
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Aquisição dos seguintes itens: 001 - GEL PLURIGEL C/ GLICERINA, 002 - ALCOOL ISOPROPILICO PA ACS BB 5LT, 003 - ALGODAO HIDROFILO, 004 - LANCETA DE SEGURANCA, 005 - TUBO EPPENDORF 0,5ML, 006 - PONTEIRA 1-200UL TIPO GILSON, 007 - ELETRODO DESC. ADULTO, 008 - COLETOR PERFUROCORANTE 1,5 LTS, e 009 - COLETOR PERFUROCORANTE 03 LTS, nos termos da relação de itens, constante no pedido nº 5104 (2367203), preenchido no Cobalto, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.	

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DE COMPRA	INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Contratação de serviços de "Conserto, revisão e calibração do analisador de gases VO2000", nos termos da relação de itens, constante no pedido nº 5121 (2367867), preenchido no Cobalto, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.	
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Serviços "Editoração/diagramação/paginação, nos termos da relação de itens, constante no pedido nº 5149, , preenchido no Cobalto, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.	
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Sistema de captura de imagens e laudos completo iKap	
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	SERVIÇOS DE IMPRESSÃO: LIVRO «TRABALHADORES DA CARNE E DO COURO EM 3X4: HISTÓRIAS DE TRABALHO E FOTOGRAFIAS NAS SOLICITAÇÕES DE CARTEIRA PROFISSIONAL EM FRIGORÍCOS E CURTUMES NO RIO GRANDE DO SUL, ANOS 1930/1940» - FORMATO 21X29 CM (PAISAGEM)	
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Aquisição de material de consumo laboratorial, nos termos da relação de itens, constante no 5083 [2367752], preenchido no Cobalto, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.	
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Contratação de serviços de editoração e publicação de ebook em PDF - online e acesso aberto, referente a 03 (três) livros + 5 exemplares impressos de cada livro aproximadamente 850 páginas A4, nos termos da relação de itens, constante no pedido nº 5218, preenchido no Cobalto, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.	
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Serviço de tradução de artigo científico da língua portuguesa para a língua inglesa, nos termos da relação de itens, constante no pedido nº 5126, preenchido no Cobalto, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.	
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Aquisição de material de custeio para projetos de dissertações e teses via recurso PROAP/PPGRH, nos termos da relação de itens, constante no pedido nº 5134, preenchido no Cobalto, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.	
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Contratação de serviços de manutenção, nos termos da relação de itens, constante no pedido nº 5108 (2368793), preenchido no Cobalto, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.	
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Contratação de prestação de serviço especializado de revisão textual de capítulo do livro "Passo dos Negros" produzido no âmbito das investigações desenvolvidas por docentes e discentes do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, nos termos da relação de itens, constante no pedido nº [2367202], preenchido no Cobalto, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.	

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DE COMPRA	INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Tradução de 4 artigos científicos do português para o inglês. Essa prestação de serviços é fundamental para a divulgação nacional e internacional dos trabalhos acadêmicos produzidos no âmbito das investigações desenvolvidas por docentes e discentes deste programa de pós-graduação.	
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Contratação de serviço de tradução de artigo científico da língua portuguesa para a língua inglesa, nos termos da relação de itens, constante no pedido nº 5115, preenchido no Cobalto, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.	
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Contratação de serviço de tradução de artigo científico, nos termos da relação de itens, constante no pedido nº 5127, preenchido no Cobalto, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.	
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Aquisição dos seguintes itens: 001 - POLAR VERITY SENSE OHR GRY M-XXL (Polar Verity Sense), 002 - TRANSMISSOR CARDIACO POLAR H10 N - PRETO / M-GGG (Polar H10), 003 - POLAR PRO CHEST STRAP BLK M-XXL GEN (Faixa elástica H10), 004 - POLAR VERITY SENSE ARMBAND GRY M-XXL (Braçadeira Verity), nos termos da relação de itens, constante no pedido nº 5103 (2367661), preenchido no Cobalto, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.	
154047	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS	Aquisição de material de consumo (peças para upgrade) em laboratórios de computação utilizados por alunos vinculados ao PPG em Computação. Este material inclui peças para upgrade, tais como: memórias, placas e processador, nos termos da relação de itens, constante no pedido nº 5226, preenchido no Cobalto, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.	
153114	UFRS-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RS/RS	Aquisição de cromatógrafo gasoso e acessórios para Projeto de Pesquisa-Edital FAPERGS junto à UFRGS.	Art. 75º, Inciso IV, c da Lei nº 14.133 de 1º/04/2021.
154042	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	Aquisição de um Veículo Aéreo Não-tripulado (VANT).	Atender a necessidade da Unidade
153164	UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	Importação direta de um Titulador Karl Fischer, junto ao exportador METROHM AG, para atender o Projeto de Pesquisa Estudo da qualidade do etanol do milho e melhoria no sistema de injeção de combustível visando aumento de desempenho em motores ciclo otto.	Material utilizado em projeto em desenvolvimento.
153164	UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	Importação direta de um EMI Receiver, junto ao exportador ROHDE & SCHWARZ GMBH & CO. KG, para atender o Projeto de Pesquisa Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em geração distribuída de energia elétrica.	Material utilizado em projeto em desenvolvimento.
153164	UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	Importação direta de Componentes eletroeletrônicos, junto ao exportador DIGI-KEY ELECTRONICS, para atender o Projeto de Pesquisa Instituto nacional de ciência e tecnologia em geração distribuída de energia elétrica -INCT-GD.	Material utilizado em projeto em desenvolvimento.

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DE COMPRA	INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
153164	UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	Importação direta de Duas torres de fluxo , junto ao exportador CAMPBELL SCIENTIFIC, para atender o Projeto de Pesquisa Dinâmica das trocas de gases do efeito estufa em sistemas agrícolas e pastoris do bioma pampa brasileiro para fins de mitigação de mudanças climáticas.	Material utilizado em projeto em desenvolvimento.
153164	UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	Importação direta de um Sistema de Medição de Alta Frequência, junto ao exportador TEKTRONIX INC, para atender o Projeto de Pesquisa Instituto nacional de ciência e tecnologia em geração distribuída de energia elétrica.	Material utilizado em projeto em desenvolvimento.
153164	UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	Importação direta de uma Bomba calorimétrica (calorímetro), junto ao exportador FUTUREX, INC, para atender o Projeto de Pesquisa Estudo da qualidade do etanol do milho e melhoria no sistema de injeção de combustível visando aumento de desempenho em motores ciclo otto.	Material utilizado em projeto em desenvolvimento.
153164	UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	Importação direta de um Medidor de vazão Coriolis de fluidos, junto ao exportador ENDRESS+HAUSER INTERNATIONAL, para atender o Projeto de Pesquisa Desenvolvimento de motor automotivo movido a biohidrogênio para o mercado brasileiro.	Material utilizado em projeto em desenvolvimento.
153164	UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	Importação direta de um Compactador Giratório, junto ao exportador INFRATEST PRUFTECHNIK GMBH, para atender o Projeto de Pesquisa Desenvolvimento de estudos técnicos especializados na área de dimensionamento de pavimentos asfálticos, implantação de trechos experimentais, previsão da irregularidade longitudinal e avaliação de misturas asfálticas, com o intuito contribuir com a Coordenação-Geral do Instituto de Pesquisa em Transportes (CGIPT-IPR) e a Diretoria de Planejamento (...)	Material utilizado em projeto em desenvolvimento.
153164	UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	Importação direta de um Misturador Planetário e seus acessórios, junto ao exportador INFRATEST PRUFTECHNIK GMBH, para atender o Projeto de Pesquisa Desenvolvimento de estudos técnicos especializados na área de dimensionamento de pavimentos asfálticos, implantação de trechos experimentais, previsão da irregularidade longitudinal e avaliação de misturas asfálticas, com o intuito contribuir com a Coordenação-Geral do Instituto de Pesquisa em Transportes (CGIPT-IPR)(...)	Material utilizado em projeto em desenvolvimento.
153164	UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	Importação direta de um Hamburgo (Wheel Tracking Test) e seus acessórios, junto ao exportador INFRATEST PRUFTECHNIK GMBH, para atender o Projeto de Pesquisa Desenvolvimento de estudos técnicos especializados na área de dimensionamento de pavimentos asfálticos, implantação de trechos experimentais, previsão da irregularidade longitudinal e avaliação de misturas asfálticas, com o intuito contribuir com a Coordenação-Geral do Instituto de Pesquisa em Transportes (CGIPT-IPR) (...)	Material utilizado em projeto em desenvolvimento.

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DE COMPRA	INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
153164	UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	Importação direta de uma Peça bomba turbo recondicionada , junto ao exportador PT SALES, INC, para atender o Projeto de Pesquisa Desenvolvimento de métodos analíticos para a determinação de agrotóxicos e outros contaminantes em amostras complexas.	Material utilizado em projeto em desenvolvimento.
153164	UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	Importação direta de um Equipamento de prensa, junto ao exportador CONTROLS S.P.A., para atender o Projeto de Pesquisa Desenvolvimento de estudos técnicos especializados na área de dimensionamento de pavimentos asfálticos, implantação de trechos experimentais, previsão da irregularidade longitudinal e avaliação de misturas asfálticas, com o intuito contribuir com a Coordenação-Geral do Instituto de Pesquisa em Transportes (...)	Material utilizado em projeto em desenvolvimento.
153164	UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	Importação direta de Itens de segurança, junto ao exportador PEGASUS AUTO RACING SUPPLIES, para atender o Projeto de Pesquisa Pesquisa e desenvolvimento de motores de combustão interna para aumento de eficiência e redução de emissões de poluentes e gases de efeito estufa.	Material utilizado em projeto em desenvolvimento.
153164	UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	Importação direta de um Sistema de cromatografia em fase gasosa, junto ao exportador SHIMADZU LATIN AMERICA S.A., para atender o Projeto de Pesquisa Estudo da qualidade do etanol do milho e melhoria no sistema de injeção de combustível visando aumento de desempenho em motores ciclo otto.	Material utilizado em projeto em desenvolvimento.
153164	UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	Importação direta de um Concentrador rotativo a vácuo modelo RVC 2-18, junto ao exportador EQUILAB FL CORPORATION, para atender o Projeto de Pesquisa Inovação e sustentabilidade na cadeia produtiva do azeite de oliva: adequação dos azeites de oliva nacionais ao teor mínimo de compostos fenólicos para alegação de benefícios à saúde.	Material utilizado em projeto em desenvolvimento.
153164	UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	Importação direta de licenças Orbit.com, junto ao exportador QUESTEL ORBIT INC, para atender o Projeto de Pesquisa Prospecção tecnológica em documentos de patentes como estratégia para inovação.	Material utilizado em projeto em desenvolvimento.
153164	UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	Importação direta de Consumíveis e peças de reposição, junto ao exportador AGILENT TECHNOLOGIES INC., para atender o Projeto de Pesquisa Desenvolvimento de métodos analíticos para a determinação de agrotóxicos e outros contaminantes em amostras complexas.	Material utilizado em projeto em desenvolvimento.

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DE COMPRA	INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
153164	UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	Importação direta de um Reômetro e acessórios, junto ao exportador ANTON PAAR, para atender o Projeto de Pesquisa Desenvolvimento de estudos técnicos especializados na área de dimensionamento de pavimentos asfálticos, implantação de trechos experimentais, previsão da irregularidade longitudinal e avaliação de misturas asfálticas, com o intuito contribuir com a Coordenação-Geral do Instituto de Pesquisa em Transportes (CGIPT-IPR) e a Diretoria de Planejamento e Pesquisa (...).	Material utilizado em projeto em desenvolvimento.
153164	UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	Importação direta de uma Placa de medição, junto ao exportador ANTON PAAR GMBH, para atender o Projeto de Pesquisa Preparos e compactação do solo e hidrologia de superfície e subsuperfície em sistemas florestais e agrícolas.	Material utilizado em projeto em desenvolvimento.
153164	UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	Importação direta de uma Placa de circuito impresso, junto ao exportador JLCPCB, para atender o Projeto de Pesquisa Pesquisa e Desenvolvimento de Powertrain Elétrico de Alto Desempenho para Automóveis.	Material utilizado em projeto em desenvolvimento.
153164	UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	Importação direta de Componentes eletrônicos, junto ao exportador DIGI-KEY ELECTRONICS, para atender o Projeto de Pesquisa Instituto nacional de ciência e tecnologia em geração distribuída de energia elétrica.	Material utilizado em projeto em desenvolvimento.
153164	UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	Importação direta de Peças OroboPOS-Connector, OroboPOSHolder, O2k-Chamber Holder e Stopper-Spacer for O2k-Stopper, junto ao exportador OROBOROS INSTRUMENTS, para atender o Projeto de Pesquisa Rede Gaúcha de pesquisa em métodos alternativos.	Material utilizado em projeto em desenvolvimento.
153164	UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	Importação direta de um Kit Elisa, junto ao exportador MYBIOSOURCE, para atender o Projeto de Pesquisa Efusões neoplásicas e não neoplásicas de felinos: avaliação citopatológica, atividade da lactato desidrogenase e níveis de matriz metaloproteinase-9.	Material utilizado em projeto em desenvolvimento.
153164	UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	Importação direta de Componentes eletrônicos, junto ao exportador MOUSER ELECTRONICS, para atender o Projeto de Pesquisa Desenvolvimento e Ensaio de Inversor e Máquina Elétrica para Aplicações Veiculares.	Material utilizado em projeto em desenvolvimento.
153164	UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	Importação direta de Componentes eletrônicos, junto ao exportador DIGI-KEY ELECTRONICS, para atender o Projeto de Pesquisa Sistema modular e reconfigurável para recarga rápida de veículos elétricos.	Material utilizado em projeto em desenvolvimento.
153164	UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	Importação direta de uma Placa de aquisição de dados, junto ao exportador JAV NETHERLANDS, para atender o Projeto de Pesquisa Desenvolvimento e avaliação de desempenho e emissões de um sistema de injeção bicombustível de um motor de trator agrícola com combinações de óleo diesel, biodiesel e biometano.	Material utilizado em projeto em desenvolvimento.

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DE COMPRA	INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
153164	UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	Importação direta de uma Licença para uso do HLQ-Br, junto ao exportador SWINBURNE UNIVERSITY OF TECHNOLOGY, para atender o Projeto de Pesquisa Letramento em saúde de pacientes cirúrgicos por patologia do sistema digestório de um hospital universitário da região sul.	Material utilizado em projeto em desenvolvimento.
153164	UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	Importação direta de um Sistema Completo Micro-ondas MULTIWAVE 5000, junto ao exportador ANTON PAAR GMBH, para atender o Projeto de Pesquisa Rede de Inovação e Tecnologias em Química Aplicada à Qualidade de Vida - Inova-Vida RS.	Material utilizado em projeto em desenvolvimento.
153164	UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	Importação direta de Acessórios para a Máquina Ceifeira-Debulhadora, junto ao exportador WINTERSTEIGER CLASSIC PLUS, para atender o Projeto de Pesquisa Consolidação da estrutura multiusuária de pesquisa na UFSM - fase VII.	Material utilizado em projeto em desenvolvimento.
153164	UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	Importação direta de uma Cabine de Segurança Biológica Classe IIB2, junto ao exportador AZBIL TELSTAR, para atender o Projeto de Pesquisa Teste rápido molecular e nanosequenciamento para identificação e detecção de resistência a antimicrobianos em M. tuberculosis: uma alternativa viável para o SUS.	Material utilizado em projeto em desenvolvimento.
153164	UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	Importação direta de Linhagens mutantes de Drosophila melanogaster, junto ao exportador BLOOMINGTON DROSOPHILA STOCK CENTER, para atender o Projeto de Pesquisa Dependência de nicotina: mecanismo de ação dos genes da acetilcolinesterase usando Drosophila melanogaster como modelo de pesquisa.	Material utilizado em projeto em desenvolvimento.
153164	UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	Importação direta de uma Placa de aquisição de dados, junto ao exportador JAV NETHERLANDS, para atender o Projeto de Pesquisa Injeção de ultra-alta pressão para motores flex-fuel: desafios tecnológicos para uso de etanol.	Material utilizado em projeto em desenvolvimento.
153164	UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	Importação direta de Componentes eletrônicos - placas de circuito impresso, junto ao exportador JLCPCB JiaLiChuang (HongKong) Co; Limited, para atender o Projeto de Pesquisa Sistema modular e reconfigurável para recarga rápida de veículos elétricos.	Material utilizado em projeto em desenvolvimento.
153164	UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	Importação direta de Componentes eletrônicos, junto ao exportador MOUSER ELECTRONICS, para atender o Projeto de Pesquisa Sistema modular e reconfigurável para recarga rápida de veículos elétricos.	Material utilizado em projeto em desenvolvimento.
153164	UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	Importação direta de Componentes eletrônicos, junto ao exportador MOUSER ELECTRONICS, para atender o Projeto de Pesquisa Segurança Veicular 4.0 UFSM: Tecnologias de Internet das Coisas para melhor segurança de motoristas, passageiros e pedestres.	Material utilizado em projeto em desenvolvimento.

UASG	UNIDADE/ÓRGÃO	OBJETO DE COMPRA	INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
153164	UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	Importação direta de Placas de circuito impresso, junto ao exportador JLCPCB JiaLiChuang (HongKong) Co; Limited, para atender o Projeto de Pesquisa Pesquisa e Desenvolvimento de Powertrain Elétrico de Alto Desempenho para Automóveis.	Material utilizado em projeto em desenvolvimento.
153164	UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	Gerenciamento de recursos financeiros para pagamento de despesas aduaneiras conforme contrato 092/2020, para atender o Projeto de Pesquisa Estudo da qualidade do etanol do milho e melhoria no sistema de injeção de combustível visando aumento de desempenho em motores ciclo otto.	
153164	UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	Gerenciamento de recursos financeiros para pagamento de despesas aduaneiras conforme contrato 092/2020, para atender o Projeto de Pesquisa Desenvolvimento de estudos técnicos especializados na área de dimensionamento de pavimentos asfálticos, implantação de trechos experimentais, previsão da irregularidade longitudinal e avaliação de misturas asfálticas, com o intuito contribuir com a Coordenação-Geral do Instituto de Pesquisa em Transportes (CGIPT-IPR) (...).	
153164	UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	Gerenciamento de recursos financeiros para pagamento de despesas aduaneiras conforme contrato 092/2020, para atender o Projeto de Pesquisa Desenvolvimento de estudos técnicos especializados na área de dimensionamento de pavimentos asfálticos, implantação de trechos experimentais, previsão da irregularidade longitudinal e avaliação de misturas asfálticas, com o intuito contribuir com a Coordenação-Geral do Instituto de Pesquisa em Transportes (CGIPT-IPR) (...).	
153164	UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	Gerenciamento de recursos financeiros para pagamento de despesas aduaneiras conforme contrato 092/2020, para atender o Projeto de Pesquisa Desenvolvimento de estudos técnicos especializados na área de dimensionamento de pavimentos asfálticos, implantação de trechos experimentais, previsão da irregularidade longitudinal e avaliação de misturas asfálticas, com o intuito contribuir com a Coordenação-Geral do Instituto de Pesquisa em Transportes (CGIPT-IPR) (...).	
153164	UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	Analizador de Espectro.	
153164	UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	Gerenciamento de recursos financeiros para pagamento de despesas aduaneiras conforme contrato 092/2020, para atender o Projeto de Pesquisa Desenvolvimento de estudos técnicos especializados na área de dimensionamento de pavimentos asfálticos, implantação de trechos experimentais, previsão da irregularidade longitudinal e avaliação de misturas asfálticas, com o intuito contribuir com a Coordenação-Geral do Instituto de Pesquisa em Transportes (CGIPT-IPR) (...).	